



Universidade de Aveiro
2012

Departamento de Educação

Sara Ançã Calão

O papel dos direitos linguísticos na educação para a cidadania



Sara Ançã Calão

O papel dos direitos linguísticos na educação para a cidadania – Um estudo na educação de infância

Relatório apresentado à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Educação Pré-Escolar e Ensino no 1º Ciclo do Ensino Básico, realizado sob a orientação científica da Doutora Ana Isabel de Oliveira Andrade, Professora Associada do Departamento de Educação da Universidade de Aveiro.

Dedico este trabalho em especial à minha mãe por acreditar em mim e ter estado sempre presente ao longo de todo o meu percurso, académico e pessoal.

O júri

Presidente

Prof^ª Doutora Maria Gabriela Correia de Castro Portugal

Professora Associada da Universidade de Aveiro

Doutora Susana Marques de Sá

Assistente Convidada da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto

Prof^ª Doutora Ana Isabel de Oliveira Andrade

Professora Associada da Universidade de Aveiro (orientadora)

“O valor das coisas não está no tempo que elas duram, mas na intensidade com que acontecem.

Por isso existem momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis.”

Fernando Pessoa

Agradecimentos

Terminada esta etapa do meu percurso, é chegado o momento de deixar algumas palavras de agradecimento às “pessoas incomparáveis” que se cruzaram comigo e que deixaram a sua marca.

Assim, agradeço ...

À minha orientadora Ana Isabel Andrade por ter acreditado sempre em mim, mesmo quando já não havia vontade de continuar, pela sua disponibilidade, apoio, compreensão, ajudando-me a lutar até ao fim;

À professora Filomena Martins pelo seu contributo no meu percurso, apoio e orientação, que foram fundamentais no meu crescimento enquanto futura educadora/professora;

À orientadora cooperante Adelaide Alves por toda a disponibilidade, por todos os conselhos, contribuindo para que eu seja uma melhor profissional;

Aos “meus” meninos que me ajudaram neste percurso, recebendo-me sempre com um sorriso, contagiando-me com a sua alegria e fazendo-me acreditar que tudo isto é possível;

À minha mãe, pelo amor incondicional, por todo o apoio, ajuda, compreensão, por toda a sua força, que nunca me deixou desistir apesar de todas as contrariedades;

À minha irmã, por ter sido companheira, amiga, e por ter estado presente nos momentos bons, mas também nos menos bons;

Aos meus avós, tios, pai e restante família por todo o amor e companheirismo, estando presentes na longa caminhada que é a vida;

Às minhas amigas de curso, Joana, Lúcia, Micaela, Nilza, Sofia e Susana, por toda a amizade, por todo o apoio e partilha, por terem estado sempre presentes, mesmo quando eu não estive tão presente;

Aos meus amigos Andreia e Pedro que me têm acompanhado ao longo da vida, acreditando sempre em mim, apoiando-me em todos os momentos, ajudando-me a ultrapassar os obstáculos que foram surgindo;

Às minhas amigas Catarina, Cláudia e Rita pela amizade, pelo apoio, pelas horas e horas de conversa, pelas gargalhadas e lágrimas, dando-me o ânimo e a força que tantas vezes precisei para terminar esta etapa;

Aos meus amigos Bruno e Marco, Ana e Pedro, que, em momentos diferentes do meu percurso, tiveram um papel fundamental na minha vida, contribuindo para o meu crescimento e acreditando sempre nas minhas capacidades, incentivando-me, sem nunca me deixarem desistir;

Às “minhas” equipas que foram tantas vezes o meu escape, que me deram muitas alegrias mas também algumas tristezas, e que contribuíram para ser a pessoa que sou hoje, numa troca constante de valores e de grande companheirismo;

A todas as pessoas que direta ou indiretamente deram o seu contributo para que conseguisse atingir o objetivo pretendido, ajudando-me a crescer, tanto a nível pessoal como profissional.

Obrigada!

Palavras-chave

Diversidade Linguística e Cultural, Direitos Linguísticos, Educação para a Cidadania, Educação de Infância

Resumo

O presente relatório da prática de ensino descreve uma experiência desenvolvida num jardim de infância, com um grupo de crianças do pré-escolar, tendo como objetivos principais a sensibilização à diversidade linguística e cultural nos primeiros anos de escolaridade, assim como a abordagem dos direitos linguísticos, culturais e humanos da criança, numa perspetiva de educação para a cidadania. Pretendeu-se sensibilizar as crianças para a diferença cada vez mais presente na nossa sociedade, com vista a formar cidadãos mais conscientes e responsáveis, que lutem por uma sociedade mais justa e solidária.

Trata-se de um estudo de tipo investigação-ação, em que a recolha de dados para o mesmo foi concretizada através de observação direta, da vídeogravação e de fichas de registo das crianças. Posteriormente, e recorrendo às vídeogravações efetuadas, foram elaboradas as respetivas transcrições das várias sessões e analisadas com base na escala apresentada por Portugal e Laevers (2010), e adaptada ao projeto.

A análise dos dados permitiu-nos perceber que as crianças encararam e realizaram as atividades de forma positiva, demonstrando bastante interesse, curiosidade. A abordagem desta temática levou as crianças a desenvolverem atitudes positivas face ao outro, à diferença, ajudando desta forma na construção de cidadãos mais conscientes e responsáveis. Apesar da complexidade da temática, este projeto permitiu-nos concluir que a sensibilização à diversidade linguística nos primeiros anos de escolaridade é de extrema importância pelas possibilidades de dar a conhecer o mundo e o outro.

Keywords

Linguistic and cultural diversity, language rights, citizenship education, childhood education

Abstract

This report on teaching practice describes an experiment made in a kindergarten with a group of young children. The main aims of the study are the sensibility to cultural and language diversity in the first years of schooling, as well as the approach to the language, cultural and human rights of the child, having in mind education towards citizenship. So we tried to make the children aware of the growing differences in today's society in order to raise more conscious and responsible citizens, who can fight for a fairer and more solidary society.

It is a 'research – action' study, in which the data collection was made through direct observation, videotaping and children's records. Supported by the videotapes, the transcriptions of the several sessions were organized and studied based on the chosen scale presented by Portugal and Laevers (2010) and adapted to the project.

The analysis of the data allowed us to understand that children faced and performed the activities in a positive way, showing full interest, curiosity. The approach to such a theme made the children develop positive attitudes towards the others, the differences, helping the raising of more conscious and responsible citizens. In spite of being a complex theme, this project allowed us to conclude that the sensibility to language diversity in the first years of schooling is of utmost importance the possibilities of raising awareness of the world and the other.

Índice

Índice

Índice.....	XV
Índice de esquemas	XVII
Índice de ilustrações	XIX
Índice de quadros	XIX
Índice de anexos	XX
Lista de abreviaturas	XXI
Introdução	23
Capítulo I - Educação e diversidade linguística e cultural	27
Breve introdução.....	29
1. Diversidade linguística e cultural na sociedade atual	29
1.1. No mundo.....	30
1.2. Na Europa	34
1.3. Em Portugal	37
2. Sensibilização à diversidade linguística e cultural nos primeiros anos de escolaridade	38
3. Escola inclusiva	41
Capítulo II - Os direitos linguísticos e a educação para a cidadania	43
Breve introdução.....	45
1. Direitos linguísticos e culturais.....	45
2. Declaração universal dos direitos humanos	48
3. Convenção dos direitos da criança	49
4. Educação para a cidadania	52
Capítulo III - Orientações metodológicas e projeto de intervenção	55
Breve introdução.....	57
1. Enquadramento e apresentação do estudo.....	57
1.1. Metodologia de investigação: a investigação-ação	57
1.2. Contexto de emergência do estudo.....	59
1.3. Questões e objetivos da investigação	60
2. Apresentação do projeto de intervenção	61
2.1. Inserção curricular da temática	61
2.2. Caracterização do contexto de intervenção	63
2.3. Quadro síntese do projeto de intervenção	65
2.4. Descrição das sessões do projeto de intervenção	68

3.	Instrumento de recolha de dados	70
3.1.	Observação direta	70
3.2.	Vídeogravação	71
3.3.	Fichas de registo	71
4.	Proposta de análise	71
4.1.	Categorias de análise	71
	Capítulo IV - Análise dos dados e discussão dos resultados da intervenção.....	77
	Breve Introdução.....	79
1.	Análise do bem estar emocional e implicação	80
1.1.	5ª Sessão – Os direitos num mundo colorido.....	80
1.2.	6ª Sessão – O livro das línguas.....	83
1.3.	7ª Sessão – De olho nas culturas	86
1.4.	8ª Sessão – A árvore dos direitos.....	87
2.	Análise da perceção sobre os conhecimentos adquiridos	88
2.1.	Conhecimentos sobre a diversidade linguística e cultural	88
2.2.	Conhecimentos sobre os direitos da criança.....	90
2.3.	Conhecimentos sobre os direitos linguísticos e culturais	91
2.4.	Consciência do Outro e da diferença	92
	Capítulo V - Considerações finais.....	95
	Bibliografia	105
	Sites Consultados	109
	Anexos.....	111

Índice de esquemas

Esquema 1 - Fases do processo de investigação - ação.....	58
Esquema 2 - Esquematização das sessões do projeto.....	67

Índice de ilustrações

Ilustração 2 - Famílias de Línguas na Europa	34
Ilustração 3 - Livro "Direitos da Criança "	68
Ilustração 4 - " O livro das línguas "	69
Ilustração 5 - Atividade d' "O livro das Línguas"	69
Ilustração 6 - Capa de documento em PowerPoint " De olho nas culturas "	69
Ilustração 7 - A árvore dos direitos.....	70

Índice de quadros

Quadro 1 - Línguas e número de falantes por continente.....	31
Quadro 2 – Línguas mais faladas	32
Quadro 3 - Categorias de Análise (adaptado)	72
Quadro 4 - Categoria 1 - Avaliação do bem - estar emocional	73
Quadro 5 - Categoria 2 – Avaliação de Implicação (adaptado).....	74
Quadro 6 - Categoria 3 – Perceção sobre os conhecimentos adquiridos.....	75

Índice de anexos

Anexo 1 - Cidadãos estrangeiros residentes em Portugal

Anexo 2 - Distribuição geográfica da população portuguesa

Anexo 3 - Principais nacionalidades em Portugal

Anexo 4 - Evolução da população residente

Anexo 5 - Declaração universal dos direitos linguísticos

Anexo 6 - Declaração universal sobre a diversidade cultural

Anexo 7 - Declaração universal dos direitos humanos

Anexo 8 - Convenção sobre os direitos da criança

Anexo 9 - Planificação global das sessões

Anexo 10 - Planificação das sessões com objetivos e descrição pormenorizada

Anexo 11 - Tabelas de análise de níveis de implicação das crianças na 1ª sessão

Anexo 12 - Tabelas de análise de níveis de bem estar das crianças na 1ª sessão

Anexo 13 - Tabelas de análise de níveis de implicação das crianças na 2ª sessão

Anexo 14 - Tabelas de análise de níveis de bem estar das crianças na 2ª sessão

Anexo 15 - Tabelas de análise de níveis de implicação das crianças na 3ª sessão

Anexo 16 - Tabelas de análise de níveis de bem estar das crianças na 3ª sessão

Anexo 17 – Capa do livro “Direitos da criança”

Anexo 18 - Exemplo de uma ilustração usada na sessão dos direitos da criança

Anexo 19 - Ficha de registo utilizada na 1ª Sessão / trabalho de texto

Anexo 20 - Trabalho realizado na 8ª sessão - Árvore dos direitos

Anexo 21 - Imagem utilizada na 8ª sessão

Lista de abreviaturas

CDC - Convenção dos direitos da criança

CE – Conselho da Europa

DL – Direitos linguísticos

DLC – Diversidade linguística e cultural

DUDH – Declaração universal dos direitos humanos

DUDL – Declaração universal dos direitos linguísticos

PEL – Portfólio europeu de línguas

PNUD – Programa das nações unidas para o desenvolvimento

QECR – Quadro europeu comum de referência

SDLC – Sensibilização para a diversidade linguística e cultural

SEF – Serviço de estrangeiros e fronteiras

UE – União Europeia

Introdução

A realização deste relatório, desenvolvido no âmbito de uma Unidade Curricular do Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino no 1º Ciclo do Ensino Básico, faz todo o sentido perante a sociedade atual em que estamos inseridos, uma sociedade em constante mudança, com aumento significativo dos índices de migração, que leva ao contacto com novas línguas e culturas diariamente. No início do percurso académico muitas eram as dúvidas relativamente ao papel do educador/professor e de que forma este poderia ser fulcral no futuro das crianças que iria ter à sua responsabilidade.

Assim, com a realização deste relatório, foi desde logo perceptível a importância e responsabilidade que nós, futuros docentes, teremos ao longo da nossa carreira. Todo o processo foi caracterizado por uma aprendizagem constante, fruto de toda uma investigação e reflexão conjunta, envolvendo colegas de mestrado, docentes do mesmo e ainda a orientadora cooperante. Cada vez mais o trabalho cooperativo tem um papel preponderante ao longo da vida, pois permite uma troca de ideias mais completa, aumentando o nosso conhecimento e contacto com outras realidades, tornando-nos pessoas e docentes mais completos.

Este relatório é o culminar de um trabalho teórico-prático realizado ao longo das unidades curriculares de Seminário de Investigação Educacional A1 e A2 e de Prática Pedagógica Supervisionada A2.

A Prática Pedagógica Supervisionada A2 foi realizada em contexto de Pré-Escolar, num Jardim de Infância, funcionando apenas numa única sala com um grupo heterogéneo de 25 crianças entre os 3 e os 5 anos. Foi neste grupo que realizámos o projeto de intervenção, tendo recolhido dados junto das crianças e feito a análise correspondente, tentando perceber se é realmente possível sensibilizar as crianças nos primeiros anos de escolaridade, para temas tão complexos como os abordados ao longo das sessões.

Apesar de ser um projeto conjunto entre a autora deste relatório e o seu par, constituído por oito sessões, as quatro primeiras foram realizadas e analisadas pela colega e as quatro últimas sessões, da 5ª à 8ª, constituem o objeto deste relatório.

A temática do projeto aqui apresentado parte de um “grande tema” designado “sensibilização à diversidade linguística e cultural” tendo, culminado no título “O papel dos direitos linguísticos na educação para a cidadania”. A abordagem desta temática torna-se cada vez mais pertinente nos primeiros anos de escolaridade pois a diversidade e a diferença são atualmente uma realidade nas

salas de aula portuguesas. É importante que o educador/professor tenha essa consciência pois só assim poderá trabalhar da forma mais correta, procurando ir ao encontro das necessidades da realidade que o rodeia, seja em contexto escolar ou não. Essencialmente, importa consciencializar os nossos futuros alunos, as crianças com as quais trabalharemos, para a diversidade linguística e cultural existente, para a sua importância na continuidade da humanidade, e para as ameaças a que esta diversidade está constantemente sujeita, com o intuito de formarmos futuros cidadãos responsáveis e ativos.

Perante esta realidade, a educação para a cidadania deve ser uma constante na nossa ação profissional, não devendo constituir-se como um espaço de informação isolada, mas sim uma temática transversal a todas as áreas curriculares, prolongando-se ao longo da vida do indivíduo. Dessa forma poderemos contribuir para que as crianças se venham a tornar cidadãos mais justos, aptos a lutar pelos seus direitos da forma mais correta e fundamentada possível, evitando situações de racismo e xenofobia.

O presente relatório apresenta-se dividido em cinco capítulos. O primeiro e segundo capítulos contêm a fundamentação teórica que suporta a parte prática do relatório, como a abordagem à diversidade linguística e cultural nos primeiros anos e escolaridade, aos direitos linguísticos e culturais, e a educação para a cidadania; o terceiro capítulo é constituído pelas orientações metodológicas e a apresentação do projeto de intervenção; o quarto capítulo apresenta a análise e discussão dos resultados obtidos nas sessões; por fim, no quinto capítulo, são apresentadas as considerações finais, onde faremos uma reflexão à volta da questão de investigação, das limitações do nosso projeto, fazendo algumas sugestões do que poderá ser feito num trabalho futuro.

Capítulo I

Educação e diversidade linguística e cultural

Breve introdução

Neste primeiro capítulo faremos a primeira abordagem teórica da temática em estudo, analisando tópicos como as características da sociedade atual no que concerne à diversidade linguística e cultural, desde a situação mundial, à situação portuguesa. Após este primeiro momento, seguir-se-á uma reflexão acerca da importância da sensibilização à diversidade linguística e cultural nos primeiros anos de escolaridade, bem como acerca da realidade escolar e do papel do educador/professor nesta mudança. Por fim será destacada a importância de uma escola inclusiva, que esteja aberta à mudança, fazendo a sensibilização necessária para que a diferença seja respeitada e encarada positivamente. Esta contextualização é fundamental para que consigamos fazer uma reflexão mais completa e consciente.

1. Diversidade linguística e cultural na sociedade atual

O mundo onde vivemos caracteriza-se por uma enorme diversidade, não só diversidade biológica, onde encontramos uma enorme multiplicidade de ecossistemas de plantas e animais, mas também diversidade de línguas e culturas existentes (cf. http://www.terralingua.org/wp-content/uploads/downloads/2011/01/UNESCO_publication.pdf). Ao longo dos anos, a ameaça a esta diversidade tem vindo a aumentar devido a uma multiplicidade de fatores, havendo por isso a necessidade de preservação e valorização de toda esta diversidade, sendo que a sociedade atual é cada vez mais complexa, caracterizando-se por viver a ritmo vertiginoso de mudança, que se traduz em mudanças sociais, culturais e tecnológicas.

A diversidade linguística e cultural é uma realidade no nosso dia a dia, principalmente nas nossas escolas, por isso ao nível da educação básica é necessária e urgente uma promoção da educação intercultural, pois é fundamental dar-se resposta a essa diversidade sociocultural. Deste modo, importa promover uma escola inclusiva, uma igualdade de direitos, permitindo que todos tenham uma educação adequada ao potencial de cada um, generalizando, mas ao mesmo tempo individualizando. A escola deve ser assim um local de partilha de conhecimentos, de saberes, de maneiras de estar e de ser, de valores e tradições específicos de cada cultura, tornando-se um espaço privilegiado de comunicação intercultural (cf. Peres, 2000).

Esta diversidade cultural presente nas escolas vai implicar que o papel do professor se altere e se adapte a esta nova realidade, exigindo um docente mais reflexivo, mais voltado para o aluno como

um todo e, como tal, mais consciente do seu papel na promoção de atitudes e valores de respeito pela diversidade que nos rodeia. O professor deverá por isso ser também um ser intercultural, com uma visão global, devendo procurar uma “educação inclusiva”, adequando o currículo à realidade onde está inserido, abordando a questão da interculturalidade de forma transversal.

Nos pontos seguintes será feita uma análise da diversidade linguística e cultural existente, partindo do geral, ou seja, da contextualização da situação mundial, passando pelo contexto europeu, terminando numa realidade mais particular, a situação atual de Portugal.

1.1. No mundo

No contexto atual, num mundo globalizado, o aumento das migrações e o crescimento das cidades, levam ao consequente aumento da diversidade, não só cultural mas também linguística. Para alguns a “diversidade cultural é intrinsecamente positiva, na medida em que se refere a um intercâmbio da riqueza inerente a cada cultura do mundo”, enquanto para outros “as diferenças culturais fazem-nos perder de vista o que temos em comum como seres humanos, constituindo assim a raiz de numerosos conflitos.” (UNESCO, 2009: 1).

A diversidade linguística e cultural sempre foi um fato mas, atualmente, devido a diversos fatores, os povos estão cada vez mais perto uns dos outros, sendo esta diversidade mais evidente e conhecida. Gomes refere o “mundo atual como um “arco-íris de culturas”, resultando num inevitável contacto entre línguas e culturas diferentes” (Gomes, 2006: 8).

No mundo atual, e segundo o “Ethnologue”, responsável pela identificação das línguas no mundo, existem 6912 línguas vivas, sendo que 96% das mesmas são faladas por apenas um 4% da população mundial, e 84% são endémicas, isto é, são faladas apenas num só país (in <http://www.ethnologue.com/>).

No seguinte quadro é apresentado o número de línguas faladas atualmente em cinco continentes e ainda o número de falantes nos mesmos.

Area	Living languages		Number of speakers			
	Count	Percent	Count	Percent	Mean	Median
Africa	2,110	30.5	726,453,403	12.2	344,291	25,200
Americas	993	14.4	50,496,321	0.8	50,852	2,300
Asia	2,322	33.6	3,622,771,264	60.8	1,560,194	11,100
Europe	234	3.4	1,553,360,941	26.1	6,638,295	201,500
Pacific	1,250	18.1	6,429,788	0.1	5,144	980
<i>Totals</i>	6,909	100.0	5,959,511,717	100.0	862,572	7,560

Quadro 1 - Línguas e número de falantes por continente

Analisando o quadro podemos constatar que é no continente asiático que encontramos um maior número de línguas (2322) e falantes, situando-se 33,6% da diversidade linguística mundial e também 61% de todos os falantes do mundo (o mandarim é a língua com maior número de falantes). Podemos também constatar que a grande maioria das línguas identificadas neste continente pertence a comunidades pequenas e com poucos falantes.

Relativamente ao continente africano, este caracteriza-se como o continente com o segundo maior número de línguas identificadas tal como podemos verificar no quadro acima, com 2110, e com cerca de 30,5% da riqueza linguística mundial. Embora tenha um terço da diversidade linguística no seu território, este continente apenas detém 12,2% de falantes de todo o globo.

No que diz respeito ao continente europeu, este apenas tem 3,4% da diversidade linguística total, com apenas 234 línguas reconhecidas, sendo possível concluir que a sua diversidade é reduzida. Em compensação é o segundo continente com maior número de falantes, com uma percentagem de 26,1% da totalidade de falantes existentes a nível mundial. Em comparação com a Ásia, que é o país com mais falantes, podemos constatar que, na Europa, o número de falantes por língua é mais elevado, 201.500 de mediana.

Contrariamente ao verificado no continente europeu, no continente americano existe uma elevada diversidade linguística, apresentando uma percentagem de 14,4% da totalidade, traduzindo-se em 993 línguas identificadas. Apesar de toda a diversidade, apresenta um número pequeno de falantes, traduzindo-se num total de 0,8% da totalidade mundial, ou seja, aproximadamente 50 milhões de falantes.

Por fim, na região do Pacífico encontramos cerca de 18% da diversidade linguística existente no mundo, num total de 1250 línguas, mas tal como acontece no continente americano, o número de falantes é bastante reduzido (0,1%), levando-nos a concluir que a maior parte das línguas existentes nesta região é falada por um número bastante reduzido de falantes.

Com esta análise também é possível constatar que os países mais desenvolvidos são os que apresentam menor diversidade linguística.

No que concerne às línguas mais faladas no mundo, o site da “Ethnologue” apresenta a seguinte classificação:

Posição	Língua	Nº de Falantes (em milhões)
1ª	Chinês/Mandarim	1,213
2ª	Espanhol	329
3ª	Inglês	328
4ª	Árabe	221
5ª	Hindi	182
6ª	Bengali	181
7ª	Português	178
8ª	Russo	144
9ª	Japonês	122
10ª	Alemão	90,3
16ª	Francês	67,8
19ª	Italiano	61,7

Quadro 2 – Línguas mais faladas

Podemos então constatar que, tal como referido na análise anterior, o mandarim é a língua com maior número de falantes, justificando-se certamente pelo elevado crescimento demográfico no

continente asiático, sendo que grande parte dos falantes se encontram na China, país com maior taxa populacional.

O facto de o espanhol, o inglês, o português e o russo apresentarem um grande número de falantes, prende-se com questões de política expansionista da língua ocorridas ao longo da história de cada um dos territórios que ocupam, sendo que todos eles possuem territórios além do país de origem da língua.

Línguas como o alemão, o japonês, o francês e o italiano constam, neste conjunto, em grande parte, por serem línguas de comunicação e trabalho, estando presentes no dia a dia, em diferentes locais do globo.

Apesar de no quadro 2 constarem as 10 línguas mais faladas no Mundo, estas apenas representam 0,15% de todas as línguas faladas atualmente.

Apesar da extensa diversidade linguística existente, podemos assistir nos próximos tempos ao que Skutnabb-Kangas (2000, in Valente, 2010:28) designa por “genocídio linguístico”, pois estima-se que “das 6912 línguas faladas atualmente”, segundo o site “Ethnologue”, “metade corre sério riscos de extinção ou está potencialmente ameaçado ou seja moribundo” (in <http://www.ethnologue.com/>).

Metade das línguas encontram-se, atualmente em perigo de extinção, sendo que tal como Valente refere, “languages are considered in endangered when parents are no longer teaching the language to their children and are no using it actively in everyday life” (Valente, 2010: 28).

O facto de as línguas morrerem “leva a que muito do seu conhecimento, valores, convicções também se percam, sendo muitas vezes substituídos por outras línguas e por outras culturas dominantes” (Castro et. al, 2006: 20).

São variadas as razões pelas quais as línguas estão a desaparecer, como é o caso da “*urbanização, migração e mobilidades crescentes*”, em que as pessoas para se adaptarem mais facilmente, “abandonam” as suas línguas maternas, adotam e recorrem às línguas dominantes; a “*forte influência dos mass media, produtos de entretenimento e culturas*”, pois ocorrem maioritariamente em línguas dominantes; na educação, as crianças aprendem muitas vezes “línguas dominantes em *detrimento da sua língua materna*”, por incentivo dos pais com receio de que a sua língua materna limite de alguma forma as oportunidades no mercado de trabalho; a insuficiente utilização e proteção dos direitos

linguísticos; e por fim a “ideologia de que o monolinguismo é algo natural, satisfatório e por muitos desejável” (Castro et. al, 2006). Valente faz referência ainda ao reduzido número de falantes e muitas vezes à idade dos mesmos, e ainda à falta de um sistema de escrita próprio, o que impossibilita as pessoas de o ler e escrever e assim levar à sua consolidação ou à sua expansão (2010: 29).

De forma resumida podemos concluir que esta crise na preservação da diversidade linguística e que pode acontecer nos próximos anos está intimamente relacionada com fatores de ordem política, económica e social.

Após esta análise mais geral, passaremos a analisar a realidade onde estamos inseridos, o continente europeu.

1.2. Na Europa

No que diz respeito à Europa, tal como analisado no gráfico anterior, “is very poor on linguistic diversity” (Skutnabb- Kangas, 2002 in Valente, 2010: 33), pois apenas são identificadas 239 línguas, correspondendo a 3% da diversidade linguística existente. No mapa seguinte podemos encontrar as línguas e respetivas famílias existentes na Europa.

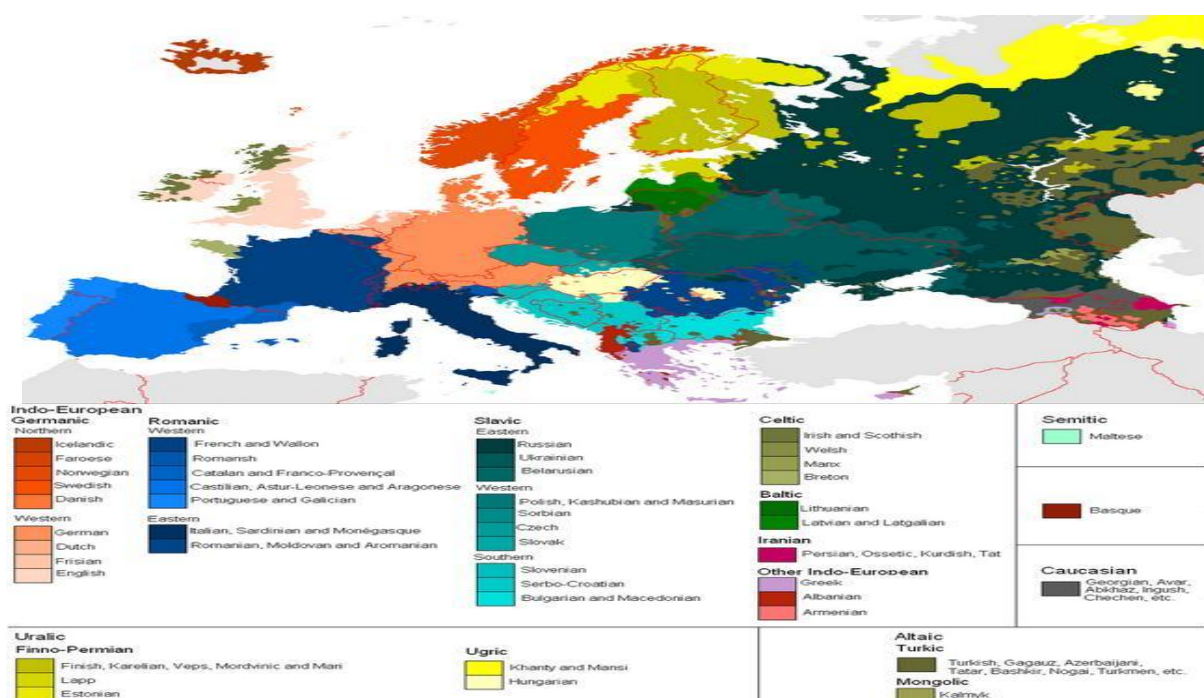


Ilustração 1 - Famílias de Línguas na Europa (in http://www.portugaliza.net/num07/Languages_of_Europe.png)

Tal como podemos verificar no mapa anterior, o português está inserido na família das línguas românicas, assim como o espanhol ou castelhano, o italiano e o francês. Já o alemão e o inglês fazem parte do grupo das línguas germânicas.

Esta diversidade linguística europeia é reconhecida oficialmente na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e no projeto de Constituição, sendo que, no artigo 22º dessa mesma Carta, se afirma que “a União Europeia (UE) respeita a diversidade cultural, religiosa e linguística” (in Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia).

Apesar de estar expressa no artigo, e de haver algum apoio para que o mesmo seja posto em prática, “no terreno, além de haver muitas línguas que vão sendo menos faladas, verifica-se uma quebra na transmissão intergeracional, uma ausência do ensino por meio da língua, e situações em que muitos cidadãos não têm o direito de usar a língua em qualquer ato oficial” (Parlamento Europeu, 2006: 10).

Na política linguística da União Europeia são as línguas oficiais dos estados membros que assumem um maior destaque, sendo que desta divisão ainda constam as línguas regionais (também designadas minoritárias) e as línguas das minorias migrantes de origem não europeia. Relativamente às línguas regionais ou minoritárias, estas não têm sido alvo de diretivas concretas por parte de União Europeia, mas “os representantes dos falantes destas línguas têm conseguido formular e defender os seus direitos com o apoio de algumas instituições europeias” (ILTEC, 2008: 17). O estatuto das línguas das minorias migrantes de origem não europeia permanece ainda indefinido por parte da UE (ILTEC, 2008: 17).

A posição da UE em relação à promoção da diversidade linguística é relativamente recente, devendo-se à

“importância crescente das línguas nas economias europeias e global enquanto elemento fundamental para a mobilidade física e virtual dos cidadãos europeus; à necessidade de construção de uma identidade europeia que respeite a especificidade cultural e linguística dos diferentes estados membros; ao número crescente de línguas na União Europeia, resultante do alargamento da UE e do agravamento dos fluxos migratórios oriundos de diferentes partes do globo; e por fim aos movimentos de valorização das línguas designadas minoritárias com particular destaque para as línguas regionais” (ILTEC, 2008: 17).

O Conselho da Europa (CE), também um organismo europeu, foi fundado em 1949 sendo constituído por 46 estados membros, entre eles estados membros da UE, países candidatos ao mesmo (CE) e alguns países do leste europeu. Este organismo tem como principal objetivo a defesa dos direitos humanos e o princípio da democracia, tendo-se tornado a educação para a cidadania democrática, o maior foco de interesse do CE (ILTEC, 2008: 19). No centro da sua atenção está também a promoção do plurilinguismo, sendo este a capacidade de um indivíduo se exprimir em várias línguas, consoante as circunstâncias o exijam, podendo ter níveis diferentes de proficiência em cada uma das línguas que dominar (Conselho da Europa, 2001: 23).

O CE apresenta ainda alguns argumentos que defendem esta mesma promoção sendo estes de ordem ética (os direitos linguísticos são parte integrante dos direitos humanos), ordem sociocultural (as línguas desempenham um papel essencial nas relações interpessoais e intergrupais), ordem cultural (todas as línguas faladas na Europa integram o património cultural europeu e por isso devem ser preservadas) e ordem económica (o domínio das línguas facilita a mobilidade de pessoas, bens, informação e conhecimento) (ILTEC, 2008: 21).

Com base nestes argumentos podemos concluir que de fato as migrações têm um papel crucial no desenvolvimento dos países, embora seja um fenómeno com características bastante distintas em cada país europeu.

O Conselho da Europa elaborou ainda alguns documentos que têm contribuído para a promoção e preservação da diversidade linguística e cultural, como a Carta Europeia das Línguas Regionais e Minoritárias, o Quadro Europeu Comum de Referência (Q.E.C.R.) e o Portfólio Europeu de Línguas (P.E.L.).

Valente, citando o PNUD, refere que “gerir a diversidade cultural é um dos principais desafios do nosso tempo, [e que] o reconhecimento, a aceitação de etnicidades, religiões, línguas e valores diversos constituem uma característica incontornável da paisagem linguística do século XXI” (2010: 36). Acrescentamos que nós, futuros educadores e professores, estando a con(viver) diariamente com toda esta diversidade, devemos caminhar no sentido de sensibilizar todas as crianças para esta realidade, tendo consciência de que o nosso papel será preponderante nas suas decisões ao longo da vida, nas suas atitudes face ao Outro, e à sua língua e cultura. Assim, importa perceber de que forma esta diversidade é uma realidade no nosso país.

1.3. Em Portugal

Durante muitos anos Portugal foi considerado um país fortemente monolíngue, mas nos dias de hoje o nosso país apresenta um panorama linguístico e cultural diversificado, deparando-nos diariamente com a realidade do multilinguismo.

A imigração, fenómeno com um papel bastante importante, é relativamente recente no nosso país. Até à década de 70, éramos um país caracterizado maioritariamente por fenómenos de emigração. Após o 25 de abril de 1974, houve grandes alterações, tendo-se verificado a partir da década de 80 um aumento exponencial dos fenómenos de imigração. O novo século ficou então caracterizado pelo crescente aumento da população imigrante residente em Portugal (in http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2010.pdf ; cf. Rocha Trindade; cf. Fonseca).

De acordo com os dados disponibilizados pelo SEF, no seu relatório anual de imigração, é possível verificar que tem havido um aumento bastante significativo de imigrantes, sendo que desde 1980 até ao ano em que se centra o relatório, o ano de 2010, se registou um aumento de 7 vezes mais o número de residentes estrangeiros em Portugal, traduzindo-se num aumento de 89% (Anexo 1 e 4). No que concerne à sua distribuição no território nacional, existe uma maior concentração na zona de Lisboa (189.220 mil estrangeiros), seguindo-se Faro (71.818), Setúbal (47.935), Porto (27.112), Leiria (17.031), Santarém (14.460) e Aveiro (14.050), ou seja, encontramos cidadãos estrangeiros maioritariamente na zona litoral do país (Anexo 2).

Relativamente à sua origem, a grande maioria dos cidadãos estrangeiros residentes em Portugal são oriundos do Brasil (27%), da Ucrânia (11%), de Cabo Verde (10%), da Roménia (8%), de Angola (5%), da Guiné Bissau (4%), do Reino Unido (4%), da China (4%), da Moldávia (4%), de São Tomé e Príncipe (2%), totalizando cerca de 80% das nacionalidades estrangeiras existentes no nosso país (Anexo 3).

Toda esta população, que vem residir para Portugal, não se traduz apenas em números mas também numa multiplicidade de culturas e línguas. Todas estas alterações a nível linguístico, cultural e social têm inevitavelmente reflexos nas escolas portuguesas, que possuem atualmente públicos muito mais diversificados a todos os níveis. É na escola, “espaço privilegiado de troca, interação, partilha e aprendizagem, que se faz sentir de forma mais clara”, a heterogeneidade linguística e cultural (Valente, 2010: 52). Assim, cabe à escola “sensibilizar os alunos para a diversidade linguística e cultural presente no tecido social da sociedade, assim como para os riscos da perda dessa

diversidade” (Marques, 2010: 53). Esta realidade traduz-se num número cada vez maior de alunos cuja língua materna não é o português. No projeto de investigação desenvolvido pelo ILTEC (Instituto de Linguística Teórica e Computacional), “Diversidade Linguística na Escola Portuguesa, que tinha como objetivo perceber o contexto atual das escolas portuguesas, realizou-se um levantamento das línguas maternas dos alunos na área metropolitana de Lisboa, nos dois primeiros ciclos de ensino, tendo-se identificado 75 nacionalidades diferentes.

Estes dados, assim como os de outros estudos realizados no nosso país permitem-nos perceber que mediante todas estas alterações que têm ocorrido nas nossas escolas, torna-se urgente uma mudança a nível das políticas educativas, no sentido “de uma educação intercultural que acolhe, interage, valorize e eduque para a unidade na diversidade” (Sá, 2007: 57).

Mediante esta necessidade de mudança, Simões refere que “caberá ao ensino de línguas e às políticas linguísticas educativas nacionais e europeias um papel fundamental neste processo, fazendo face à realidade social e permitindo a todos os cidadãos o acesso a formas de educação que lhes permitam a construção de uma cidadania democrática” (2006: 70).

No ponto seguinte iremos refletir acerca da sensibilização à diversidade linguística e cultural nos primeiros anos de escolaridade, bem como sobre o papel do educador/professor nesta sensibilização.

2. Sensibilização à diversidade linguística e cultural nos primeiros anos de escolaridade

“promover a educação pela e para a diversidade”

(Craveiro e Ferreira, 2007)

A diversidade linguística e cultural, tal como constatado anteriormente, já é uma realidade no nosso país, e o fenómeno tende a crescer, sendo por isso essencial que encaremos este desafio de frente para lhe darmos a melhor resposta possível. Assim, é importante que comecemos a ter um papel ativo nesta área, logo nos primeiros anos de escolaridade, tendo necessariamente que alterar o papel da escola e do educador/professor, para que estejam preparados para responder aos novos repto provenientes das transformações profundas que tem sofrido a sociedade.

O primeiro processo de socialização, designado de socialização primária, ocorre através do contacto da criança com os pais. Cada família tem as suas características próprias e, por isso, as crianças têm

educações diferentes, valores diferentes, o que leva a que desde cedo exista diversidade na vida delas. Aquando da entrada na escola (Jardim de Infância ou 1º Ciclo), os educadores e professores têm de tomar consciência das diferenças de cada criança, por forma a intervir de modo mais ativo e consciente possível, devendo ter sempre presente as vivências e o meio em que a criança está inserida fora da escola.

A escola atual portuguesa é cada vez mais um espaço plural, em que aos poucos começamos a verificar características multilingues e multiculturais em detrimento das monolingues e monoculturais, confrontando-nos com um número crescente de alunos com línguas e culturas distintas. Neste sentido, e para que todos tenham as mesmas oportunidades, é necessário que a SDLC seja um trabalho conjunto, em que todos os agentes internos (educadores/professores, auxiliares, psicólogos) e externos (pais, família, amigos) que rodeiam a criança têm de trabalhar no mesmo sentido. Perante esta realidade, o “novo professor com que sonhamos será um professor intercultural (Cortesão et al, 2002) que se dê conta da heterogeneidade e da diversidade (linguística, cultural, pessoal), capaz de ser flexível e de responder diferenciadamente a múltiplas situações educativas” (Andrade e Martins, 2009: 2).

A atitude intercultural deve atravessar todas as dimensões organizacionais da escola e não ficar restrita a certos conteúdos ou disciplinas, devendo-se traduzir, a nível curricular, numa articulação entre uma matriz comum, ou seja, um currículo nacional com competências nucleares e um processo de gestão flexível, de cariz local, que introduza componentes que permitam a expressão das culturas minoritárias. Deve-se por isso promover a interdisciplinaridade com o intuito de abordar a temática da DLC de forma transversal e não em áreas compartimentadas (veja-se, no capítulo III, os documentos que regem os primeiros anos de escolaridade), já que esta não é uma área à parte no currículo.

A sensibilização à diversidade linguística e cultural não passa necessariamente pelo ensino de uma língua, sendo que na educação pré-escolar pretende-se essencialmente que “as crianças tenham contacto com outras línguas, que conheçam outras culturas, que as respeitem e não as desvalorizem em relação à sua (...)” (Andrade e Sá, 2006: 13). Deste modo pretende-se levar as crianças a perceber que “a sua língua materna não é a única forma de comunicação verbal” (2006: 14), levando a que despertem para a “diversidade do mundo, incluindo o mundo das línguas e das culturas” (Andrade e Martins, 2009: 2).

Além desta sensibilização feita também com o intuito das crianças construírem atitudes positivas e abertura face à diversidade que as rodeia, destacamos ainda outros aspetos que contribuem para o crescimento da criança. Assim, Silva no seu artigo “O direito à língua - a diversidade linguística na escola”, refere que “promovendo a diversidade linguística e cultural procura-se desenvolver a flexibilidade mental (que se efetua na passagem de uma série de símbolos para outra) (...) promover a auto- confiança e a vontade de participar, bem como criar o desejo de conhecer e viver com o outro (...)” (2010: 3). De salientar também que a posterior aprendizagem de um sistema linguístico contribui para o “desenvolvimento cognitivo da criança”, “estrutura e consolida a identidade pessoal”, levando-a depois a “assumir o seu papel de ser social” (Silva, 2010: 4).

Ainda o mesmo autor acrescenta que “as crianças que dominam mais do que uma língua apresentam maiores probabilidades de alcançar um nível superior de desenvolvimento das suas capacidades metalinguísticas” (2010: 4).

Para que todos os aspetos referidos anteriormente contribuam efetivamente para o crescimento de cada criança, é necessário que o educador dinamize estratégias educativas que deem oportunidade de igual forma a todas as crianças, permitindo-lhes que demonstrem as suas capacidades sem se encontrarem limitadas, sem terem receio de discriminação. É por isso essencial que o “educador esteja recetivo a novas estratégias e imprescindível que seja flexível e demonstre abertura a novas metodologias”, metodologias essas centradas no aluno (Rocha, 2006: 61).

Perante todas estas necessidades torna-se imprescindível que o papel do professor se altere e se adapte a novas realidades, exigindo que seja mais reflexivo, mais voltado para o aluno como um todo inserido numa sociedade e, como tal, mais consciente do seu papel na promoção de atitudes e valores de respeito pela realidade circundante.

É importante termos presente que, quanto mais cedo esta sensibilização for feita, este apelo à diversidade, mais facilmente se evitará a assimilação de estereótipos e de atitudes que frequentemente surgem associadas a fenómenos como o racismo e a xenofobia. Assim, faz todo o sentido falar de escola inclusiva, de um espaço em que todos têm as mesmas oportunidades, são tratados de igual forma e têm acesso à educação na sua forma plena.

3. Escola inclusiva

Cada vez mais a diversidade cultural e linguística é uma realidade nas nossas escolas e deve ser algo a ter em conta. Para isso torna-se necessário, mais do que falar em escola inclusiva, falar em educação inclusiva. A sociedade foi delegando à escola um papel primordial na educação, sendo atualmente uma realidade indiscutível. Esta mesma sociedade é a responsável pelo apelo “a uma educação intercultural e inclusiva, para que todos os alunos, independentemente das suas necessidades e especificidades, tenham direito a uma educação efetiva e valorativa” (Cavalcanti et al., 2010: 1).

Atualmente a escola, enquanto instituição social, assume “uma dimensão social que se manifesta na interação entre gerações e entre pares, interação essa própria do ato educativo” (Cavalcanti et al., 2010: 3). O facto de hoje em dia as interações serem caracterizadas pela heterogeneidade e diversidade dos grupos que as compõem, faz com que haja interações cada vez mais ricas e positivas.

Stoer & Cortesão (citados por Cavalcanti et al., 2010: 3) referem que, devido ao facto da escola ser o reflexo de cada sociedade, “torna-se imprescindível abraçar estratégias capazes de favorecer mudanças consideradas fundamentais, através da alteração de práticas educativas, de forma a responder à diversidade e heterogeneidade em que a nossa sociedade vive e se reproduz.” Com o intuito de contribuir para diminuir os índices de exclusão ou desnivelamento social das populações pertencentes a minorias, é essencial que o educador/professor adote práticas educacionais inclusivas e interculturais, tentando dessa forma por fim à massificação.

Em 1990 realizou-se na Tailândia uma conferência mundial com vista à necessidade de definir objetivos para que se pudesse proporcionar “uma educação básica a todas as crianças e reduzir drasticamente o analfabetismo entre os adultos até ao final da década.” (Unesco, 2000) Posteriormente, no Senegal, num fórum realizado no ano 2000, reafirmou-se a meta da educação para todos, estipulando-se “que até 2015 todas as crianças deveriam ter acesso a educação básica gratuita e de boa qualidade”. Como suporte para este programa foram definidos seis objetivos:

1. Desenvolver e melhorar a proteção e a educação da primeira infância, nomeadamente das crianças mais vulneráveis e desfavorecidas;
2. Proceder de forma a que, até 2015, todas as crianças tenham acesso a um ensino primário obrigatório gratuito e de boa qualidade;

3. Responder às necessidades educativas de todos os jovens e adultos, tendo por objetivo a aquisição de competências necessárias;
4. Melhorar em 50% os níveis de alfabetização dos adultos, até 2015;
5. Eliminar a disparidade do género no acesso à educação primária e secundária até 2005 e instaurar a igualdade nesse domínio em 2015;
6. Melhorar a qualidade da educação.

(In http://www.unesco.pt/cgi-bin/educacao/programas/edu_programas.php).

No contexto de educação pré – escolar “o educador procura trabalhar, em contextos informais, de acordo com as características e potencialidades de cada criança, convidando o grupo a planificar com ele o trabalho e as suas rotinas” (Vasconcelos, 1997, in Cavalcanti et al., 2010: 4). Deve-se, então, potencializar a existência de um ambiente educativo aberto à inclusão e heterogeneidade existente na sala de aula.

O papel do educador/professor enquanto agente de mudança é, mais uma vez, fundamental neste processo, devendo assumir um papel de “agente de criação de uma igualdade de oportunidades bem como de uma tentativa de atenuamento das diferenças, sejam pessoais ou culturais” (Cavalcanti et al., 2010: 7).

No seguimento dos intervenientes com um papel fulcral na concretização de uma educação inclusiva, é importante salientar também o papel da comunidade educativa, sendo de extrema importância que esta tenha uma abertura à heterogeneidade, à diversidade cultural e a todas as necessidades e diferenças que possam existir no meio das crianças envolvidas. Deve-se portanto adequar o ensino às características, interesses e motivações dos alunos.

Nesta perspetiva de escola inclusiva e, por conseguinte, de educação intercultural, importa perceber o que é feito e de que formas são preservadas as diferenças, linguísticas e culturais, quais os documentos que sustentam essa mesma preservação, e, por fim, como é que a educação intercultural contribui para uma educação para a cidadania. São todos estes aspetos que serão focados no capítulo seguinte.

Capítulo II

Os direitos linguísticos e a educação para a cidadania

Breve introdução

No primeiro capítulo foi feita uma breve uma abordagem à diversidade linguística e cultural e às suas características atuais, iniciando a análise a nível mundial, passando pela Europa e terminando pela situação portuguesa. De seguida fizemos uma reflexão acerca da sensibilização à diversidade linguística e cultural nos primeiros anos de escolaridade, onde foi importante perceber qual o nosso papel e de que forma esta sensibilização contribui para que as crianças se tornem cidadãos mais ativos e responsáveis. Por fim foi feita uma análise à educação inclusiva e à forma como poderemos ou devemos trabalhar na educação para ir ao encontro dessa realidade. Neste capítulo II faremos uma abordagem aos vários direitos, nomeadamente aos direitos linguísticos e culturais, tentando perceber de que forma as temáticas em estudo estão presentes nos documentos que os sustentam, passando pela análise aos direitos humanos e ainda pelos da criança. Por fim será analisada a educação para a cidadania, o seu papel e a importância que tem junto das crianças.

1. Direitos linguísticos e culturais

“As políticas de apoio ao plurilinguismo, o ensino de línguas e a preservação de línguas em perigo são indispensáveis para assegurar a perenidade da diversidade cultural.”

(UNESCO, 2009: 14)

Tendo presente a diversidade mundial, o “contacto cada vez mais frequente entre diferente línguas e culturas”, percebeu-se a necessidade de criar um documento que de alguma forma protegesse essa mesma diversidade. Assim em julho de 1996, em Barcelona, foi elaborada a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (Anexo 5), pela Assembleia de Participantes da Conferência Mundial dos Direitos Linguísticos. Esta tomada de consciência, de que é necessário *“corrigir os desequilíbrios linguísticos com vista a assegurar o respeito e o pleno desenvolvimento de todas as línguas e estabelecer os princípios de uma paz linguística planetária justa e equitativa, como fator fundamental da convivência social”* (Branco, 2001: 20), contribuiu para que efetivamente se realizasse esta mesma conferência e daí resultasse o documento citado.

É indiscutível o papel que as línguas têm na nossa sociedade, assumindo-se como expressão da individualidade humana, e mesmo distintas, todas elas representam uma fonte de riqueza essencial à diversidade e ao equilíbrio mundiais. Tendo em conta a constante ameaça e/ou extinção de grande parte da diversidade linguística mundial, podemos afirmar que este documento foi fulcral para

contrariar essa direção. Assim, apela-se ao favorecimento de ambientes multilíngues, bem como ao reconhecimento do direito à preservação das línguas e culturas das minorias étnicas e à integração dos seus falantes em comunidades que estimulem a aprendizagem destas e de outras línguas (Valente, 2010: 31).

Perante esta realidade, realçamos ainda o papel fulcral que o educador/professor desempenha neste processo, pois é um dos principais responsáveis por promover as línguas e as culturas presentes nas suas realidades escolares e na sociedade em que está inserido.

Relativamente ao nosso objeto de estudo, e às temáticas abordadas neste relatório, destaco alguns artigos presentes na DUDL que se tornam mais relevantes na nossa análise e no contexto em que se insere o estudo, o artigo 3º (“O direito a ser reconhecido como membro de uma comunidade linguística; o direito ao uso da língua em privado e em público; o direito ao uso do próprio nome”), o Artigo 10º, Ponto 1 (“Todas as comunidades linguísticas são iguais em direito”), o Artigo 23º, Ponto 3 e 4 (“O ensino deve estar sempre ao serviço da diversidade linguística e cultural, e das relações harmoniosas entre as diferentes comunidades linguísticas do mundo inteiro; No quadro dos princípios anteriores, todos têm direito a aprender qualquer língua. “), o Artigo 26º (“Todas as comunidades linguísticas têm direito a um ensino que permita a todos os seus membros adquirirem o perfeito conhecimento da sua própria língua, com as diversas capacidades relativas a todos os domínios de uso da língua habituais, bem como o melhor conhecimento possível de qualquer outra língua que desejem aprender”), o Artigo 28º (“Todas as comunidades linguísticas têm direito a um ensino que permita aos seus membros adquirirem um conhecimento profundo do seu património cultural (história e geografia, literatura e outras manifestações da própria cultura), assim como o melhor conhecimento possível de qualquer outra cultura que desejem conhecer) e, por fim, o Artigo 29º, Ponto 1 e 2 (“Todos têm direito ao ensino na língua própria do território onde residem; Este direito não exclui o direito de acesso ao conhecimento oral e escrito de qualquer língua que lhes sirva de instrumento de comunicação com outras comunidades linguísticas”) (Anexo 5).

Embora a aprendizagem de uma língua estrangeira ou a acesso à mesma esteja garantido como um direito de todos os cidadãos, tal como está presente na declaração, no Brasil, por exemplo, esta aprendizagem não acontece maioritariamente na educação formal pública, ela tem de ser complementada em escolas de línguas (Barqueta e Dantas, 2009: 206). Infelizmente não é a única

situação, pois apesar dos esforços e da clara intenção da realização da DUDL, existem ainda grandes lacunas na prática dos direitos, estando muitas vezes dependentes da política exercida no país.

Os direitos linguísticos são parte integrante dos direitos humanos e nesse sentido o Conselho da Europa defende que “todas as línguas existentes no espaço europeu devem ser igualmente valorizadas, promovidas e ensinadas quer se trate das línguas oficiais de estados-membros, das línguas regionais ou das línguas minoritárias migrantes” (ILTEC, 2008: 20).

Na mesma linha de intenções foi elaborada a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (Anexo 6) em 2001, na 31ª Conferência da UNESCO. Esta declaração é composta por 12 artigos e foi criada com o intuito de “preservar esse tesouro vivo (...) que é a diversidade cultural, que não pode ser entendida como um património estático mas sim como processo que garante a sobrevivência da humanidade” (Sá, 2007: 67).

No que concerne aos artigos presentes nesta declaração, à semelhança do que aconteceu com os DL, destaco os que mais se encaixam na compreensão do nosso objeto de estudo. Assim, *Artigo 2º (“ (...) indispensável garantir uma interação harmoniosa entre pessoas e grupos com identidades culturais a um só tempo plurais, variadas e dinâmicas, assim como a sua vontade de conviver”)*, o *Artigo 5º (“ os direitos culturais são parte integrante dos direitos humanos, que são universais, indissociáveis e interdependentes (...); toda pessoa deve poder participar na vida cultural que escolha e exercer suas próprias práticas culturais, dentro dos limites que impõe o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais”)* (Anexo 6).

Tal como referido no artigo acima citado, os direitos culturais, à semelhança dos direitos linguísticos, são também parte integrante dos direitos humanos. Apesar disso, os direitos culturais ainda são pouco explorados a nível internacional pelas diferentes organizações e estabelecimentos de ensino.

Promover os direitos linguísticos e culturais é imprescindível para promovermos o respeito pela língua do Outro, já que é um indicador do respeito pelo Outro, pelo seu modo de ser, estar e pensar. Com efeito, cada língua é um produto cultural que está na base das identidades das comunidades que as falam, sendo que respeitar uma língua é respeitar o grupo cultural que a fala. Todas as línguas e todas as culturas são equivalentes no seu valor individual e universal.

Em jeito de conclusão, podemos dizer que o “ direito de aprender línguas passa por ter um local onde se tem “direito à voz”, contacto com a cultura do outro e que permite a descoberta e a compreensão de si mesmo” (Barqueta e Dantas, 2009: 213).

2. Declaração universal dos direitos humanos

Após uma época de grande instabilidade a nível mundial, marcada pela II Guerra Mundial, que teve a duração de 6 anos (1939-1945), tornou-se urgente elaborar uma declaração de forma a promover a paz e a tranquilidade tão ansiada por todos. Assim, a 10 de dezembro de 1948, foi proclamada, pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos do Homem (Anexo 7) pois havia a necessidade da existência de um organismo eficaz e suscetível de promover a paz e de obter o consenso generalizado das nações. Foi por isso o documento criado no século XX com maior importância.

Este artigo é composto por um preâmbulo e trinta artigos que enumeram os direitos humanos que todos os homens e mulheres possuem, de todo o mundo, sem qualquer exceção. Esta abrangência está bem patente nos artigos 1º e 2º, que passo a citar: “ *Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. (...)* ” (**Artigo 1.º**); “*Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião pública ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação (...)*” (**Artigo 2.º**) (Anexo 7).

Ao longo de toda a Declaração são referidos os direitos civis e políticos (nos artigos 3º a 21º), os direitos económicos, sociais e culturais (do artigo 22º ao 27º), da não limitação dos direitos, apelando também aos deveres perante a comunidade onde cada indivíduo está inserido e, por fim, no Artigo 30º é mencionado que nenhum estado, grupo ou indivíduo pode reivindicar qualquer direito “de se entregar a alguma atividade ou praticar algum ato destinado a destruir quaisquer direitos e liberdades” patentes na declaração.

Após a elaboração da DUDH, a nível mundial, foi possível dispor de um “regulamento” em que a sociedade se pudesse basear, e saber como deve um cidadão agir perante a sociedade em que está inserido, quais os direitos e deveres e, caso necessário, puni-lo se violar algum dos direitos presentes.

Apesar de ser uma Declaração que, tal com o nome indica, é Universal, cada país é livre de erigir a sua constituição, com a qual o seu país melhor se identifique e que leve ao seu melhor funcionamento, nunca esquecendo o respeito exigido pela Declaração.

Podemos falar numa educação para os direitos humanos? Do que se trata?

No Programa Mundial para la educación en derechos humanos, podemos ler que,

“La educación en derechos humanos puede definirse como un conjunto de actividades de educación, capacitación y difusión de información orientadas a crear una cultura universal de los derechos humanos. Una educación integral en derechos humanos no sólo proporciona conocimientos sobre los derechos humanos y los mecanismos para protegerlos, sino que, además, transmite las aptitudes necesarias para promover, defender y aplicar los derechos humanos en la vida cotidiana. La educación en derechos humanos promueve las actitudes y el comportamiento necesarios para que se respeten los derechos humanos de todos los miembros de la sociedad.”

(<http://www.unesco.org.uy/educacion/fileadmin/templates/educacion/archivos/PlandeaccionDDHH.pdf>).

Neste excerto é perceptível a finalidade do programa, ou seja, “atuar na formação da pessoa em todas as suas dimensões a fim de contribuir ao desenvolvimento de sua condição de cidadão e cidadã, ativos na luta por seus direitos, no cumprimento de seus deveres e na fomentação de sua humanidade” (Tavares, 2006).

Assim, nós futuros docentes, temos um papel fulcral na educação para os direitos humanos, cabendo-nos sensibilizar as crianças para o mundo que as rodeia, para a necessidade de respeitar e proteger a dignidade e os valores de cada um, preparando-as para o combate a toda e qualquer discriminação.

Neste sentido é importante, não só ter presente esta declaração, como também a Convenção dos Direitos da Criança, tal como falarei no ponto seguinte.

3. Convenção dos direitos da criança

Tal como já foi refletido anteriormente, é necessário que o educador/professor reconheça a criança como um ser humano com direitos, como um ator social, que lhe dê oportunidade de participar

ativamente no meio onde está inserida. Craveiro e Ferreira (2007) afirmam que “a criança tem um papel ativo nos contextos de que faz parte. Ela atua, intervém, tem influência sobre quem a rodeia e sobre os contextos”, cabendo-nos a nós assumir o papel de moderadores, sempre no sentido de uma educação para a cidadania (2007: 15).

Mas nem sempre a criança foi considerada um ser com direitos e com papel ativo. Vários foram os documentos elaborados com o intuito de proteger a criança, reconhecendo a sua vulnerabilidade. Assim, em 1924 foi elaborada a primeira Declaração dos Direitos da Criança, que era demasiado sintética e generalista, não tendo um carácter vinculativo dos estados. Em 1959 surge a segunda Declaração dos Direitos da Criança, sendo esta mais alargada que a anterior, mas igualmente generalista e não vinculativa. Apesar disso é, neste documento, que, pela primeira vez, se afirma que a criança tem direito a um nome, a uma nacionalidade.

A 20 de novembro de 1989, através das Nações Unidas, votou-se na Convenção sobre os Direitos da Criança (Anexo 8). Este documento, segundo a Unicef, “enuncia um amplo conjunto de direitos fundamentais – os direitos civis e políticos, e também os direitos económicos, sociais, e culturais – de todas as crianças, bem como as respetivas disposições para que sejam aplicados” (in <http://www.unicef.pt/artigo.php?mid=18101111&m=2>). É neste documento que se assume que a criança é um ser humano detentor de direitos e que passa finalmente a ter um papel ativo. Foi em 1990, a 21 de setembro, que Portugal ratificou a Convenção.

Esta convenção está assente em quatro pilares fundamentais, relacionados com os direitos das crianças:

- **a não discriminação**, que significa que todas as crianças têm o direito de desenvolver todo o seu potencial – todas as crianças, em todas as circunstâncias, em qualquer momento, em qualquer parte do mundo;
- **o interesse superior da criança**, como consideração prioritária em todas as ações e decisões que lhe digam respeito;
- **a sobrevivência e desenvolvimento** sublinham a importância vital da garantia de acesso a serviços básicos e à igualdade de oportunidades para que as crianças possam desenvolver-se plenamente;

- *a opinião da criança* que significa que a voz das crianças deve ser ouvida e tida em conta em todos os assuntos que se relacionem com os seus direitos.

(In <http://www.unicef.pt/artigo.php?mid=18101111&m=2>).

No que concerne à sua estrutura, tal como a DUDH, esta é composta por um preâmbulo e por artigos, sendo que a CDC compreende 54 artigos, podendo ser divididos em quatro categorias:

- direitos à sobrevivência (ex. o direito a cuidados adequados)
- direitos relativos ao desenvolvimento (ex. o direito à educação)
- direitos relativos à proteção (ex. o direito de ser protegida contra a exploração)
- direitos de participação (ex. o direito de exprimir a sua própria opinião)

(In <http://www.unicef.pt/artigo.php?mid=18101111&m=2>).

Relativamente ao estudo em causa e, no que diz respeito à educação, é nos artigos 28º e 29º que podemos ler que todas as crianças têm direito à educação e devem ter a mesma igualdade de oportunidades, devendo tornar-se as várias etapas de ensino acessíveis a todas as crianças. São ainda apresentadas algumas atitudes que os Estados devem assumir para garantir o cumprimento desta Convenção na sua plenitude.

Segundo Craveiro e Ferreira “a Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989, reconhece a vulnerabilidade da criança pequena como uma das características básicas, comprometendo-nos a todos nós que fazemos parte dos Estados membros, que assinaram a Convenção, a proteger as crianças de qualquer forma de violência, crueldade ou ofensa à sua dignidade” (2007: 15).

Os profissionais ligados à educação assumem um papel de grande responsabilidade, pois sendo reconhecida a “vulnerabilidade e dignidade da criança”, estes devem recorrer, de forma constante a “uma prática de proteção à criança, de tratamento especial e de resposta imediata às necessidades que implicam cuidar, tratar e proteger a criança de modo abrangente e efetivo” (Craveiro e Ferreira, 2007: 15).

O nosso papel, o dos adultos, não só dos educadores e professores como também dos pais e da comunidade onde estão inseridas as crianças, deve ser igualmente o de promover, junto das crianças, o conhecimento e a reflexão sobre os seus direitos (Cavalcanti et al., 2010).

Este compromisso tem, então, de ser assumido por diversas entidades, não só pela família, como pela comunidade e pela escola, mas também pelo Governo e Instituições que pela criança se interessam.

4. Educação para a cidadania

No ponto anterior é referida a importância de promover junto das crianças os seus direitos e, consciencializar as crianças para a importância de serem respeitadas, o que em nossa opinião é uma forma de promover a cidadania. Assim, somos levados a promover igualmente a cidadania. A cidadania em termos genéricos, segundo Figueiredo, “é a qualidade do cidadão, ou seja, do indivíduo pertencente a um estado livre, no gozo dos seus direitos civis e políticos e sujeito a todas as obrigações inerentes a essa condição” (2001: 34). Esta aparece normalmente definida na Constituição dos estados, tal como aparece definida no preâmbulo da Constituição da República Portuguesa. Ainda na mesma obra de Figueiredo, lemos que “ser cidadão num país como o nosso, em que, atualmente, se garante o aprofundamento da democracia participativa, e não meramente formal, é algo de muito estimulante para a juventude, se para isso for sensibilizado muito cedo” (2001: 34)

Leite e Rodrigues (2001), no livro “Jogos e contos numa educação para a cidadania”, afirmam que a educação para a cidadania não se “resume à aprendizagem dos direitos e deveres dos cidadãos (...)”, pois esta “representa muito mais do que a educação cívica, a educação para a civilidade ou para a participação política” (2001: 25). Segundo Tomaz (2007) esta educação para a cidadania vai para além da procura do cumprimento dos direitos e deveres, sendo “também, um modo de ser, uma implicação pessoal na construção e transformação da sociedade, apontando, deste modo, para uma pertença mais alargada, abarcando o próprio mundo, pelo que se trata de uma dimensão que não se esgota numa listagem de direitos e deveres, nem sequer em nenhuma constituição” (2007: 99).

Assim, a educação para a cidadania, de uma forma geral tem o intuito de formar indivíduos, numa interação constante entre os intervenientes num mesmo contexto, e em que a escola é apenas mais um dos vários locais onde essa interação ocorre. Mas é na família “o primeiro espaço de afeto, de segurança e de alteridade”, que se pode constituir um primeiro espaço de educação para a cidadania porque é a “instância matriz da socialização na vida das crianças” (Vasconcelos, 2007: 112). Apesar deste papel primordial da família, nem sempre isto é possível pois pode também ser um lugar problemático e até mesmo fechado, dificultando o espaço para a cidadania. O segundo local poderá

ser considerado a escola enquanto organização social. É no jardim de infância que a criança experimenta pela primeira vez a vida democrática pois, ao contrário do que acontece no ambiente familiar, deixa de ser o centro das atenções para passar a ser “um entre outros”. Desta forma a criança aprende a viver e a trabalhar em grupo, traduzindo-se numa distribuição de tarefas e gestão dos problemas de forma participativa (cf. Vasconcelos, 2007).

É também à escola que cabe um papel na mudança, devendo este ser um espaço de diálogo e de reflexão, mas, para que esta mudança se dê, é necessário o “reconhecimento do ato educativo como ato social e o reconhecimento da escola como uma organização ou sistema social, promotora de mudanças sociais e preparada para responder aos novos desafios que surgem na sociedade” (Araújo, 2004: 92). Neste seguimento, é importante que “a escola atual mobilize e incorpore saberes e recursos de modo a vivenciar o contacto das diversas culturas e da democracia”, sendo que aprender a viver e a conviver com os outros é um dos pilares da educação de crianças e jovens.

Uma educação para a cidadania implica que as pessoas sejam capazes de, segundo Martín-Díaz (2002) “compreender, interpretar y atuar sobre la sociedad, es decir, de participar activa y responsablemente sobre los problemas del mundo, con la conciencia de que es posible cambiar la sociedad en que vivimos” (citado por Sá, 2007: 42), ou seja, isto significa que a prática da cidadania valoriza a participação ativa dos cidadãos nos debates, nas decisões e nas opções que a sociedade tem de fazer.

Toda esta promoção de uma educação para a cidadania decorre ao longo de todo o processo educativo dos alunos, pois não basta apenas adquirir competências, mas é também necessário aplicá-las nos contextos próprios, ajudando-os dessa forma a adaptarem-se de uma forma mais conseguida aos sistemas sociais por onde vão passando, permitindo-lhes ter uma participação mais ativa e correta. É importante também referir que este direito de expressão da criança se encontra na Convenção dos Direitos da Criança, nomeadamente nos artigos 12º “1. *Os Estados Partes garantem à criança com capacidade de discernimento o direito de exprimir livremente a sua opinião sobre as questões que lhe respeitem, sendo devidamente tomadas em consideração as opiniões da criança, de acordo com a sua idade e maturidade*” e 13º “1. *A criança tem direito à liberdade de expressão. Este direito compreende a liberdade de procurar, receber e expandir informações e ideias de toda a espécie, sem considerações de fronteiras, sob forma oral, escrita, impressa ou artística ou por qualquer outro meio à escolha da criança*”. Deste modo torna-se fundamental reconhecer o direito

de palavra da criança, e reconhecer a capacidade que ela tem de pensar e de agir sobre si mesma, sobre o espaço que a rodeia e em que está inserida.

Como futuros educadores e professores, responsáveis pelas crianças do amanhã, cabe-nos criar oportunidades, instrumentos e ambientes que proporcionem à criança essa capacidade de ter palavra, de poder escolher e tomar decisões, fazendo valer os seus direitos, sem nunca desrespeitar o próximo.

Capítulo III

***Orientações metodológicas e projeto de
intervenção***

Breve introdução

Após dois capítulos onde é apresentado o enquadramento teórico que sustenta o projeto, surge agora o terceiro capítulo onde são apresentadas as orientações metodológicas do estudo, bem como o projeto de intervenção educativa dirigido às crianças do pré-escolar e os respetivos instrumentos de recolha de dados.

O projeto aqui apresentado baseia-se numa metodologia de tipo investigação-ação com algumas características de estudo de caso, com o intuito de uma sensibilização para a diversidade linguística, numa perspetiva de educação para a cidadania, numa entrada pelo tratamento dos direitos linguísticos. As questões de investigação e respetivos objetivos são também apresentados neste capítulo.

Assim o capítulo apresentará quatro momentos, iniciando-se com o enquadramento e a apresentação do estudo, passando para a apresentação do projeto de intervenção educativa, respetivos instrumentos de recolha de dados e, por fim, a apresentação de uma proposta de análise aos dados recolhidos.

1. Enquadramento e apresentação do estudo

1.1. Metodologia de investigação: a investigação-ação

Este estudo assenta numa metodologia de tipo investigação-ação, constituindo-se como uma investigação qualitativa, “uma vez que esta metodologia proporciona aos professores uma maior autonomia e um maior envolvimento no processo de ensino, permitindo-lhes refletir sobre a prática de forma a poderem reformulá-la e melhorá-la criticamente” (Sá, 2007: 95). O “pai” desta investigação foi Kurt Lewin e, mais recentemente, Pérez Serrano. (Fernandes. 2006: 70) Este tipo de metodologia permite que o professor melhore as suas práticas educativas, podendo produzir dois tipos de conhecimento, segundo Luiza Cortesão e Stephen Stoer, um baseia-se no professor como investigador e o outro baseia-se no desenvolvimento de dispositivos pedagógicos, o professor como educador (c.f. Fernandes, 2006). Este tipo de investigação apresenta um duplo objetivo básico e essencial que é, “por um lado obter melhores resultados naquilo que se faz e, por outro, facilitar o aperfeiçoamento das pessoas e dos grupos com que se trabalha” (Fernandes, 2006: 72). O grande objetivo é, então, a reflexão sobre a ação a partir da mesma para que se desenvolva uma espiral de ciclos de planificação, ação, observação e reflexão.

Pérez Serrano (1994) apresenta um proposta dividindo o processo em quatro fases:

1. Diagnóstico ou descoberta de uma preocupação temática, isto é o “problema”;
2. Construção do plano de ação;
3. Proposta prática do plano e observação de como funciona;
4. Reflexão, interpretação e integração dos resultados e nova planificação. (in Fernandes, 2006: 73)

São também apresentadas por Nunan quatro fases:

- I. Planear – desenvolver um plano de ação no sentido de melhorar o que já está a acontecer
- II. Agir – implementar o plano de ação
- III. Observar - verificar os efeitos da implementação em contexto
- IV. Refletir – analisar os efeitos observados (1989: 12, in Sá, 2007: 97)



Esquema 1 - Fases do processo de investigação - ação

Na generalidade, vários autores concordam em relação às principais características deste tipo de metodologia:

- ❖ Desenvolve-se de forma cíclica ou em espiral, consistindo na definição do âmbito e planeamento do projeto, antes da ação, seguido de revisão, crítica e reflexão;
- ❖ Facilita um misto de capacidade de resposta e rigor nos requisitos da investigação e da ação;
- ❖ Proporciona uma ampla participação geradora de responsabilidade e envolvimento;
- ❖ Produz mudanças inesperadas e conduz a processos inovadores (Fernandes, 2007: 75).

Apesar de termos recorrido a este tipo de investigação, esta escolha não se prende com a deteção de um problema, pois a temática havia já sido pensada. Prende-se sim com a preocupação por nós demonstrada, de uma necessidade de uma sensibilização à diversidade linguística e cultural no âmbito de uma educação para a cidadania.

O nosso projeto (ver Santos,2012) de prática pedagógica, apresenta ainda características de estudo de caso, sendo que esta é uma abordagem abrangente que pode incluir várias técnicas, por nós

utilizadas, como a observação e a análise de documentos. Nas palavras de Fernandes (2006), segundo Yin (2005) e Bogdan e Biklen (1994) trata-se de um estudo de caso único pois a pesquisa incidiu sobre uma realidade particular e circunscrita, ou seja, um dado jardim de infância com os atores bem identificados que gravitam em torno desse cenário educativo (educadores, crianças e auxiliares); para Stake (2005) trata-se de um estudo de caso intrínseco pois o propósito de investigação incidiu sobre uma situação específica para a estudar na sua particularidade e singularidade; e, por fim, Yin (2005) classifica-o como estudo de caso descritivo e interpretativo porque se intentou efetuar uma descrição densa e detalhada da realidade com o objetivo de perceber aquilo que os sujeitos pensaram e experimentaram durante o estudo de caso.

Após definir a metodologia utilizada neste projeto de intervenção, passaremos então a analisar o contexto de emergência do estudo.

1.2. Contexto de emergência do estudo

Como já referimos no capítulo I, e citando Afonso e Cavalcanti (2006: 9), “ A aldeia já não é a mesma”, e é um facto que a nossa sociedade tem vindo a sofrer alterações ao longo dos últimos anos. Tal como refere a UNESCO no seu Relatório Mundial de 2009, “no contexto da globalização, o aumento das migrações e o crescimento das cidades, os desafios conexos com a preservação da identidade cultural e o fomento do diálogo intercultural adquirem uma nova projeção e tornam-se mais urgentes” (UNESCO, 2009). Assim, em sociedades cada vez mais complexas, a educação deve ser um auxílio na aquisição de competências interculturais e de valorização da diversidade linguística, ajudando no convívio com as diferenças culturais e não apesar delas.

A escola assume então um papel de “agente de mudança e fator de desenvolvimento”, percebendo-se “não só como um potenciador de recursos, mas também como um lugar de abertura e de solidariedade, de justiça e de responsabilização mútua, de tolerância e respeito, de sabedoria e de conhecimento” (Oliveira Martins, 1992, in Vasconcelos, 2007: 111). Gonçalves, Gonçalves e Monteiro (2008: 67) referem que “os professores ocupam uma posição estrategicamente central nas sociedades contemporâneas, em particular nas dimensões do desenvolvimento e da mudança social (e/ou cultural) ”. Deste modo é importante, desde os primeiros anos haver por parte de educadores e professores, uma atenção especial a esta situação, numa preocupação com a sensibilização à diversidade linguística e cultural, pois “quanto mais precocemente (...) atitudes de «solidariedade ativa» forem adquiridas, mais facilmente se evitará a assimilação de estereótipos a de atitudes que,

frequentemente, surgem associados a fenómenos como o racismo e a xenofobia.” (Leite e Rodrigues, 2001: 16)

O projeto que apresentamos neste relatório surge então numa tentativa de fazer esta sensibilização junto de crianças pequenas, alertando para a necessidade de existirem direitos linguísticos, culturais e da criança, tentando fazer refletir sobre as realidades que estes direitos pretendem preservar e/ou combater, nomeadamente em relação às línguas e culturas que o mundo de hoje ainda possui.

1.3. Questões e objetivos da investigação

A realização deste projeto incide sobre a questão dos direitos linguísticos e dos direitos culturais, aliados aos direitos da criança, na perspetiva de uma educação para a cidadania, com a intenção de sensibilizar as crianças para a necessidade de preservar os direitos linguísticos no sentido de promover a diversidade linguística e cultural. De acordo com estas problemáticas, definimos uma questão central de investigação: *Como podem ser abordados os direitos linguísticos com crianças em idade pré-escolar numa perspetiva de educação para uma cidadania global?*

Assim, partindo desta questão definimos alguns objetivos, tendo por base o documento “Orientações Curriculares para o Pré-escolar” (1997), nomeadamente as finalidades educativas aí definidas:

- ❖ Sensibilizar as crianças para a existência de direitos (da criança, linguísticos e culturais), na construção de um ambiente de paz e harmonia;
- ❖ Desenvolver atitudes de abertura, compreensão e respeito pela diversidade através da interação de diferentes intervenientes;
- ❖ Fomentar nas crianças:
 - “Atitudes de tolerância, compreensão do outro, respeito pela diferença”;
 - “Reconhecimento de laços de pertença social e cultural, respeitando outras culturas” (ME, 1997: 54);
 - “Reconhecimento de diversidade de características e hábitos de outras pessoas e grupos, manifestando respeito por crianças e adultos, independentemente de diferenças físicas, de capacidades, de género, etnia, cultura, religião ou outras” (ME, 2010).

Através destes objetivos concebemos o projeto, na totalidade, composto por oito sessões, sendo que apenas quatro são objeto de estudo deste relatório, sessões essas por mim concebidas e

implementadas (as outras quatro ficaram a cargo da minha colega de estágio numa preocupação comum de sensibilização para a diversidade linguística e cultural).

2. Apresentação do projeto de intervenção

2.1. Inserção curricular da temática

Para iniciar a segunda fase do projeto, e visto que este foi implementado no Jardim de Infância, tornou-se necessário analisar dois documentos que sustentam a sua inserção curricular, as “Orientações Curriculares para o Pré-Escolar” (1997) e as Metas de Aprendizagem (2010). Assim no primeiro documento é definido um princípio geral da Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar onde se refere que *“a educação pré - escolar é a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da ação educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita relação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, como ser autónomo, livre e solidário”* (ME, 1997: 15). No seguimento deste princípio surgem nove objetivos pedagógicos gerais para o pré-escolar, mas, no que concerne à sensibilização à diversidade linguística, apenas três demonstram o que se pretende neste nível de ensino sendo:

- b) *“fomentar a inserção da criança em grupos sociais diversos, no respeito pela pluralidade das culturas, favorecendo uma progressiva consciência como membro da sociedade”;*
- c) *“contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso da aprendizagem”;*
- e) *“desenvolver a expressão e a comunicação através de linguagens múltiplas como meios de relação, de informação, de sensibilização estética e de compreensão do mundo”* (ME, 1997: 15-16).

O documento contempla ainda as “Áreas de Conteúdo” definidas para o Pré-Escolar e, tal como é referido no texto, estas são consideradas como “âmbitos de saber, com uma estrutura própria e com pertinência sociocultural, que incluem diferentes tipos de aprendizagem, não apenas conhecimentos, mas também atitudes e saber-fazer” (ME, 1997: 47). Encontramos três “Áreas de Conteúdo” sendo a área de Formação Pessoal e Social, a área de Expressão e Comunicação e ainda a área de Conhecimento do Mundo.

Na primeira área, é dada ênfase à necessidade de construir um contexto propício à tomada de consciência por parte da criança de si própria e dos outros, desempenhando assim um papel importante a educação para os valores. Numa fase posterior, depois de uma vivência significativa em grupo, pretende-se que a criança perceba a existência de perspectivas e vivências diferentes em seu redor, devendo partir do educador a necessidade de fomentar na criança “atitudes de tolerância, compreensão do outro, respeito pela diferença” (ME, 1997: 54). O desenvolvimento da identidade integra a necessidade de “*reconhecer laços de pertença social e cultural, respeitando outras culturas*” (ME, 1997: 54), a que acrescentamos outras línguas e falantes.

Num processo educativo que respeita diferentes maneiras de ser, de estar e de saber, com o intuito de dar sentido à aquisição de novos saberes e culturas, a aceitação da diferença sexual, social e étnica é facilitadora da igualdade de oportunidades. Neste documento, refere-se que “*é numa perspectiva de educação multicultural que se constrói uma maior igualdade de oportunidades entre mulheres e homens, entre indivíduos de diferentes classes sociais e de diferentes etnias*” (ME, 1997: 54).

Relativamente à educação para a cidadania, que está também inserida na área de Formação Pessoal e Social, é referido que, sendo esta “*baseada na aquisição de um espírito crítico e da interiorização de valores*”, pode pressupor-se que os conhecimentos e atitudes necessários ao desenvolvimento de um espírito crítico e interiorização de valores poderão iniciar-se através de temas transversais como a educação multicultural, a educação sexual, a educação para a saúde, a educação para a prevenção de acidentes e a educação para o consumo (ME, 1997: 55), bem como pela educação para as línguas.

No documento “Metas de Aprendizagem” (2010) que visa “contribuir para uma educação de qualidade e melhores resultados escolares nos diferentes níveis educativos”, identificam-se competências e desempenhos esperados dos alunos, como instrumentos de apoio à gestão curricular. Para a educação pré-escolar encontram-se definidas metas para as diferentes áreas, sendo discriminadas seis áreas. Na área de Formação Pessoal e Social destaco as metas

Meta Final 2) No final da educação pré-escolar, a criança reconhece laços de pertença a diferentes grupos (família, escola, comunidade entre outros) que constituem elementos da sua identidade cultural e social;

Meta Final 26) No final da educação pré-escolar, a criança manifesta respeito pelas necessidades, sentimentos, opiniões culturais e valores dos outros (crianças e adultos), esperando que respeitem os seus;

Meta Final 29) No final da educação pré-escolar, a criança reconhece a diversidade de características e hábitos de outras pessoas e grupos, manifestando respeito por crianças e adultos, independentemente de diferenças físicas, de capacidades, de género, etnia, cultura, religião ou outras;

Meta Final 32) No final da educação pré-escolar, a criança identifica no seu contexto social (grupo, comunidade) algumas formas de injustiça e discriminação (por motivos de etnia, género, estatuto social, de incapacidade ou outras), propondo ou reconhecendo formas de as resolver ou minorar.

Na área de Conhecimento do Mundo há duas metas que mais se adequam ao projeto em desenvolvimento, são elas

Meta Final 31) No final da educação pré-escolar, a criança situa-se socialmente numa família (relacionando graus de parentesco simples) e também noutros grupos sociais de pertença, reconhecendo a sua identidade pessoal e cultural;

Meta Final 36) No final da educação pré-escolar, a criança reconhece a diversidade de características e hábitos de outras pessoas e grupos, manifestando atitudes de respeito pela diversidade.

Assim, após a pesquisa nos documentos orientadores que apoiaram o projeto, iniciámos a caracterização do contexto de intervenção, de modo a permitir-nos perceber melhor onde estávamos inseridas para que o projeto fosse planificado e posto em prática da melhor forma possível, com o intuito de obter os resultados pretendidos

2.2. Caracterização do contexto de intervenção

O projeto foi implementado num contexto de educação pré-escolar, mais concretamente um Jardim de Infância, local onde realizámos o estágio curricular no âmbito da Unidade Curricular Prática Pedagógica Supervisionada A2.

O jardim de Infância está localizado a cerca de 5 km da escola sede, pertence ao Agrupamento de Escolas de Esgueira, Aveiro, sendo este composto por vários estabelecimentos de ensino.

Através dos seus estabelecimentos de ensino, este agrupamento serve uma população diversificada em termos sócio – económicos e profissionais, manifestando-se numa grande diversidade e heterogeneidade da população escolar, que culmina na presença de diferentes culturas nos estabelecimentos de ensino. Neste jardim há apenas uma sala e, por isso, o projeto foi implementado num universo de 25 crianças, com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos, sendo portanto um grupo heterogéneo. Como recursos humanos, este grupo dispõe de uma educadora titular de turma e de uma auxiliar, e funcionando em períodos letivos, num total de cinco horas curriculares de trabalho diário, funcionando de manhã das 9:00h às 12:00h e da parte da tarde das 13:30h às 15:30h.

No que diz respeito a documentos internos consultados, destaco as finalidades do projeto educativo que mais enquadram o projeto planificado:

- ❖ Desenvolver hábitos de cidadania ativa e responsável;
- ❖ Promover a cooperação, o trabalho de equipa, a multidisciplinaridade e a transdisciplinaridade;
- ❖ Fomentar o desenvolvimento das relações interpessoais;
- ❖ Promover a igualdade de oportunidades na construção de uma Escola inclusiva;
- ❖ Incentivar a utilização das TIC como ferramentas indispensáveis no contexto atual.

Terminada a caracterização do contexto de intervenção, demos início à planificação de todo o projeto. Começámos por fazer um quadro síntese onde são apresentadas as características principais de todo o projeto, como o título do mesmo, o público a que este se destina, as línguas envolvidas, a duração prevista e os objetivos principais. Posteriormente são apresentados os objetivos principais de cada sessão.

2.3. Quadro síntese do projeto de intervenção

Quadro-síntese de apresentação	
Título do suporte:	A união de todas as cores: um mundo em harmonia
Público a que se destina:	Crianças dos 3 aos 6 anos
Línguas envolvidas:	português, mandarim, crioulo da Guiné Bissau, quechua
Duração prevista:	8 sessões de 90 minutos cada
Objetivos principais:	Sensibilizar as crianças para a valorização da diversidade biocultural, no âmbito de uma educação para o desenvolvimento sustentável; sensibilizar as crianças para a existência de direitos (da criança, linguísticos e culturais), na construção de um ambiente de paz e harmonia; Desenvolver o respeito pelo outro e pelo diferente.

Projeto de Intervenção: “A união de todas as cores: um mundo em harmonia”		
1ª Parte		
Sessões	Objetivos Principais	Interdisciplinaridade
1ª Sessão: “As cores do Mundo”	<ul style="list-style-type: none"> •Motivar para lidar com diferentes línguas e culturas numa educação para a cidadania e para o diálogo intercultural; •Fomentar a inserção da criança em grupos sociais diversos, no respeito pela pluralidade das culturas, favorecendo uma progressiva consciência como membro da sociedade; •Fomentar na criança o reconhecimento e valorização da diversidade de características e hábitos de outras pessoas e grupos. 	Formação Pessoal e Social Expressão e Comunicação - Linguagem oral Conhecimento do Mundo
2ª Sessão: “A diversidade do planeta”	<ul style="list-style-type: none"> •Desenvolver a expressão e a comunicação através de linguagens múltiplas como meios de relação, de informação, de sensibilização estética e de compreensão do mundo; •Fomentar na criança o reconhecimento da diversidade de características e hábitos de animais e plantas, desenvolvendo atitudes de respeito pela diversidade; •Promover a criatividade e a imaginação. 	
3ª Sessão: “Os problemas do planeta – saber	<ul style="list-style-type: none"> •Preparar os alunos para os novos desafios de forma a contribuir para a construção de um futuro mais solidário e sustentável; •Alertar para a necessidade de se viver num ambiente saudável e para os perigos da poluição; 	

conviver”	<ul style="list-style-type: none"> •Consciencializar para um ambiente limpo; •Promover a criatividade e a imaginação; •Sensibilizar a criança para manifestar comportamentos de preocupação com a conservação da natureza e respeito pelo ambiente, indicando algumas práticas adequadas; •Fomentar na criança a importância da separação dos resíduos sólidos domésticos, levando-a a identificar os materiais a colocar em cada um dos ecopontos. 	
4ª Sessão: “A régua da cidadania”	<ul style="list-style-type: none"> • Preparar os alunos para os novos desafios de forma a contribuir para a construção de um futuro mais solidário e sustentável; • Alertar para a necessidade de se viver num ambiente saudável e para os perigos da poluição; • Sensibilizar a criança para manifestar comportamentos de preocupação com a conservação da natureza e respeito pelo ambiente, indicando algumas práticas adequadas. 	
2ª Parte		
Sessões	Objetivos Principais	Interdisciplinaridade
5ª Sessão: “Os direitos num mundo colorido”	<ul style="list-style-type: none"> •Desenvolver a consciência de si e do outro; •Contribuir para a interiorização de valores (família, partilha, cooperação, solidariedade, tolerância); •Sensibilizar para a necessidade de adoção de comportamentos de respeito pelo outro, liberdade; •Sensibilizar para a importância de reconhecer, aceitar e ajudar os outros com capacidades e necessidades diferentes; •Educar para a cidadania, promovendo atitudes e comportamentos de cidadãos conscientes e participativos. 	Formação Pessoal e Social; Expressão e Comunicação - Linguagem oral; Conhecimento do Mundo.
6ª Sessão: “O livro das línguas”	<ul style="list-style-type: none"> •Desenvolver a consciência de si e do outro; •Levar as crianças a reconhecer o valor da amizade; •Sensibilizar para a necessidade de adoção de comportamentos reveladores de emergência de valores como: respeito pelo outro, liberdade...; •Sensibilizar para a importância do reconhecimento e respeito pelas várias línguas, incluindo a sua; •Contribuir para o enriquecimento linguístico e cultural de cada criança; •Sensibilizar para a preservação de todas as línguas e da diversidade; •Educar para a cidadania, promovendo atitudes e comportamentos conscientes e participativos. 	
7ª Sessão: “De olho nas culturas”	<ul style="list-style-type: none"> •Desenvolver a consciência de si e do outro; • Sensibilizar para a importância de reconhecimento e respeito pelas várias línguas, incluindo a sua; •Contribuir para o enriquecimento linguístico e cultural de cada 	

	<p>criança;</p> <ul style="list-style-type: none"> •Sensibilizar para a preservação de todas as línguas e da diversidade; •Educar para a cidadania, promovendo atitudes e comportamentos conscientes e participativos. 	
8ª Sessão: “A árvore dos direitos”	<ul style="list-style-type: none"> •Desenvolver a consciência de si e do outro; •Contribuir para a interiorização de valores (família, partilha, cooperação, solidariedade, tolerância); •Sensibilizar para a necessidade de adoção de comportamentos de respeito pelo outro, liberdade; •Sensibilizar para a importância de reconhecer, aceitar e ajudar os outros com capacidades e necessidades diferentes; •Educar para a cidadania, promovendo atitudes e comportamentos conscientes e participativos. 	



Esquema 2 - Esquematização das sessões do projeto

2.4. Descrição das sessões do projeto de intervenção

Relativamente ao projeto de intervenção, apesar de este estar concebido em oito sessões, no que diz respeito a este relatório, apenas quatro foram por nós desenvolvidas, as quatro últimas sessões que passamos a descrever.

Sessão V - Os direitos num mundo colorido

A 5ª sessão iniciou-se fazendo, juntamente com as crianças, um breve resumo do que foi abordado nas três primeiras sessões. Após esse resumo, foi apresentado o livro “Direitos da criança”, explorando primeiro a capa com o intuito de identificar o que iria ser tratado. No momento seguinte foi lida a história, tendo-se colocado algumas questões relativas às ilustrações do livro. Terminada a leitura da história foi feita a exploração da mesma com interpretação das



ilustrações e com questões por nós colocadas, com enfoque para as cores existentes ao longo de todo o livro e às associações feitas (p.e. “vermelho dos desertos”).

Ilustração 2 - Livro
"Direitos da Criança "

Após este momento de exploração foram introduzidos os direitos, primeiramente de uma forma muito geral, para que as crianças percebessem o significado da palavra (o que é afinal um direito e quais as finalidades da sua existência), e com situações reais e, num segundo momento, introduziram-se os direitos da criança. A identificação dos mesmos foi feita com a ajuda das crianças, recorrendo a imagens (Anexo 17) e pedindo que descrevessem o que estaria a acontecer nas mesmas (correto ou errado). Por fim foram distribuídas fichas de registo às crianças onde estavam imagens com alguns direitos. Inicialmente pedimos que estas as colorissem e após a conclusão da pintura que viessem junto de nós e dissessem qual o direito que estava representado. Todas as ideias que as crianças expressaram foram registadas na ficha (anexo 18) e posteriormente foi feito o trabalho de texto, prática comum na sala. Este trabalho de texto é feito numa ficha própria onde é escrita uma frase dita pelo aluno, que copia as palavras na linha abaixo, tal como mostra o anexo 18.



Ilustração 3 - Direito
da criança

Sessão VI - O livro das línguas

No início desta sessão, tal como nas anteriores, foi feito um resumo da sessão anterior para que todas as temáticas tratadas fossem recordadas e pudessem estar presentes, uma vez que todas as sessões se relacionam entre si. Após o resumo apresentámos um novo livro às crianças, "O livro das línguas". Iniciámos a exploração do mesmo através da capa, onde estão presentes os quatro meninos já apresentados nas primeiras sessões pela

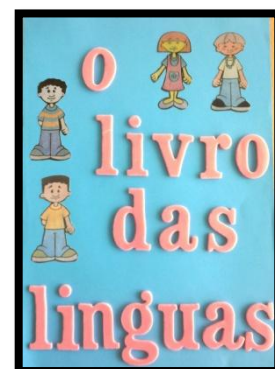


Ilustração 4 - "O livro das línguas"

colega de prática pedagógica supervisionada (o Miguel, a Jai Li, o Djuma e o luka) e pedimos ainda que identificassem o número de palavras do título do livro. Depois desta pequena introdução, foi dada uma missão ao grupo. Esta consistia em ajudar os quatro amigos que precisavam da nossa colaboração para terminar o livro, livro com espaços em branco a preencher. Assim, o livro iniciou-se com a apresentação dos meninos e das línguas que estes falam. De seguida foi feito o levantamento das línguas faladas pelo grupo, das línguas que as crianças

já tinham ouvido, e por fim das línguas que gostavam de aprender, registando-as no local destinado.

Depois deste registo foi perguntado às crianças o que é uma língua e para que serve, qual a importância das línguas e, ainda, se estas se podem extinguir e o motivo disso acontecer. Por fim foi feito o registo do que do poderá ser feito para preservar as línguas.

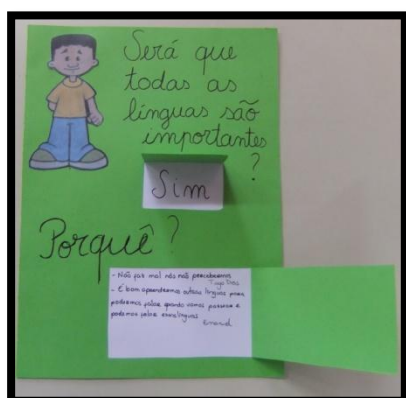


Ilustração 5 - Atividade d' "O livro das línguas"

Sessão VII - De olho nas culturas

Na sétima sessão foi, mais uma vez, feito um breve resumo da sessão anterior, com especial enfoque sobre as personagens e as suas línguas, bem como sobre o que pode ser feito para preservar as línguas.

Foi então utilizado um documento em powerpoint com imagens que caracterizam as culturas da Jai Li, do Djuma e do luka, como a língua e bandeira, onde se localiza o seu país de origem, tipo de habitação,



Ilustração 6 - Capa de documento em PowerPoint "De olho nas culturas"

vestuário, alimentação, música e religião. No caso da Jai Li, as crianças puderam ainda ouvir uma mensagem em mandarim. Ao longo do documento, fizemos algumas comparações, juntamente com o grupo, com a nossa cultura, apelando às diferenças existentes. Por fim deixámos em aberto a abordagem à cultura do Miguel, sendo que este personagem “vive” em Portugal e as características da cultura do mesmo foram definidas pelas crianças.

Sessão VIII - A árvore dos direitos

A última sessão iniciou-se com um breve resumo sobre as sessões anteriores, com realce para a sessão onde foram abordados os direitos da criança. Após esta reflexão com o grupo, foram mostradas imagens (Anexo 20) com duas crianças a segurar num círculo que se encontra vazio. Pedimos a cada criança que referisse um direito e registei o mesmo no círculo. Posteriormente, as crianças pintaram a imagem a seu gosto, imagem que foi colada na árvore em cartolina que já se encontrava recortada (Anexo 19).



Ilustração 7 - A árvore dos direitos

3. Instrumento de recolha de dados

3.1. Observação direta

A observação direta foi umas das formas de recolha de dados selecionado pois permite ao investigador captar a situação no momento em que esta acontece: “A observação caracteriza-se por um trabalho em profundidade, mas limitado a uma situação e a um tempo de recolha de dados (...). A observação também tem como objetivo fixar-se na situação em que se produzem os comportamentos, a fim de obter dados que possam garantir uma interpretação “situada” desses comportamentos” (Estrela, 1994:18).

Assim, valorizámos a observação participante e, como refere Estrela (1994), “Fala-se de observação – participante quando, de algum modo, o observador participa na vida do grupo por ele estudado”. Esta postura do observador torna-se uma mais valia na medida em que permite recolher de perto impressões e dados mais concretos e, até mesmo intervir, junto das crianças. O facto de o observador pertencer ao grupo, leva também a que as crianças se sintam mais à vontade e ajam de forma mais natural, obtendo o investigador resultados mais reais.

Esta técnica de recolha de dados, tal como outras, tem algumas limitações, nomeadamente o facto do registo não se efetuar no momento em que a ação acontece, sendo que a nossa memória é seletiva, pode eliminar alguma informação que seria importante registar. Por isso é necessário outros instrumentos de recolha de dados e, para isso, recorreremos também à vídeogravação e a fichas de registo.

3.2. Vídeogravação

Tal como foi referido acima, para colmatar as falhas que ocorrem numa observação direta, optámos por videogravar as sessões para que ficassem registadas, com maior precisão, todas as interações verbais e não-verbais. Assim, procedeu-se a um registo vídeo em cada sessão, o que nos possibilita rever cada vídeo e desse modo fazer uma análise mais correta e rigorosa.

Relativamente à autorização aos encarregados de educação para que pudéssemos gravar em vídeo as crianças, esta já tinha sido solicitada pela educadora no início do ano letivo pelo que não foi preciso solicitá-las de novo. De qualquer forma, assumimos o compromisso perante a educadora de que as imagens seriam exclusivamente para nossa análise e não haveria divulgação das mesmas.

3.3. Fichas de registo

Este tipo de instrumento apenas foi utilizado numa das minhas sessões, curiosamente a primeira. O facto de não o ter utilizado nos outros momentos, prendeu-se com outro tipo de registos usados nessas mesmas sessões. Com esta ficha pretendia que ficassem registadas as perceções e as opiniões com que as crianças tinham ficado sobre as aprendizagens que efetuaram e se os conceitos ou conhecimentos tinham sido de alguma forma adquiridos.

4. Proposta de análise

4.1. Categorias de análise

Após a implementação do projeto e da recolha feita através dos vários instrumentos, tornou-se necessário organizar os dados para que se possa fazer a análise dos mesmos. Assim, para que tal fosse possível, foram definidas categorias de análise. Perante os dados que tínhamos, as categorias abaixo apresentadas são de facto as que mais se adequam para tentarmos de alguma forma responder à questão de investigação e ir ao encontro dos objetivos definidos.

Quadro 3 - Categorias de Análise (adaptado de Portugal e Laevers, 2010)

Categorias	Subcategorias
1) Avaliação do bem-estar emocional	1.1. Abertura e recetividade 1.2. Flexibilidade 1.3. Alegria
2) Avaliação de Implicação	2.1. Concentração 2.2. Energia 2.3. Expressão facial e postura 2.4. Persistência 2.5. Tempo de reação
3) Percepção sobre os conhecimentos adquiridos	3.1. Conhecimentos sobre a diversidade linguística e cultural 3.2. Conhecimentos sobre os direitos da criança 3.3. Conhecimentos sobre os direitos linguísticos e culturais 3.4. Consciência do outro e da diferença

Relativamente à avaliação do nível de bem-estar emocional, recorreremos à obra elaborada por Portugal e Laevers (2010) onde o primeiro define bem-estar emocional como "um estado particular de sentimentos que pode ser reconhecido pela satisfação e prazer, enquanto a pessoa está relaxada e expressa serenidade interior, sente a sua energia e a sua vitalidade e está acessível e aberta ao que a rodeia." O autor define ainda oito indicadores de bem-estar emocional, mas para o projeto em questão, as subcategorias abaixo apresentadas, pareceram as mais pertinentes.

Quadro 4 - Categoria 1 - Avaliação do bem - estar emocional

Subcategoria	Descrição
1.1. Abertura e recetividade	Indicadores de que a criança está recetiva ao projeto e disponível para interagir e explorar as atividades sugeridas.
1.2. Flexibilidade	Sinais de que a criança, perante situações novas ou diferentes, não evidencia perturbação, adaptando-se rapidamente e desfrutando das novas oportunidades.
1.3. Alegria	Indicadores de que a criança demonstra contentamento e retira prazer do que está a fazer e a experienciar de forma “certa”.
Níveis de bem estar emocional	
Baixo	
Médio	
Alto	

No que concerne à avaliação da implicação do grupo e de cada criança nas várias sessões do projeto, Laevers define implicação como “uma qualidade da atividade humana que pode ser reconhecida pela concentração e persistência, caracterizando-se por motivação, interesse e fascínio, abertura aos estímulos, satisfação e um intenso fluxo de energia.” (Portugal e Laevers 2010: 25). Mais uma vez o autor define 9 indicadores de implicação, mas apenas seleccionámos 5, como está apresentado no quadro abaixo, por serem os que melhor, em nossa opinião, permitiam responder às questões deste projeto.

Quadro 5 - Categoria 2 – Avaliação de Implicação (adaptado)

Subcategoria	Descrição
2.1. Concentração	Sinais da focalização das crianças nas atividades, sinais de atenção ou distração na realização das atividades.
2.2. Energia	Indicadores de entusiasmo demonstrado através do falar alto e de ações e movimentos que revelam que a criança está concentrada e mentalmente ativa.
2.3. Expressão facial e postura	Indicadores não-verbais que demonstram a implicação da criança (diferença entre olhos perdidos no vazio e deambulantes de um olhar intenso e focalizado).
2.4. Persistência	Sinais de desistência, ou não, das crianças na realização das atividades e da preocupação e cuidado com que as realizam. Indicadores de satisfação e de resistência a estímulos distratores e atraentes que possam surgir.
2.5. Tempo de reação	Sinais da reação das crianças às atividades (por exemplo a rapidez de resposta à atividade).
Níveis de Implicação	
Baixo – atividade esporádica ou frequentemente interrompida. Médio – atividade mais ou menos continuada ou sem grande intensidade. Alto – atividade com momentos intensos.	

No que diz respeito à última categoria, percepção sobre os conhecimentos adquiridos, esta é mais específica, sendo direcionada ao projeto aqui objeto de estudo, tendo por base a questão de investigação e os objetivos definidos no início. Permite-nos perceber de que forma um projeto deste tipo tem influência em crianças tão pequenas como as que compunham o nosso grupo.

Quadro 6 - Categoria 3 – Percepção sobre os conhecimentos adquiridos

Subcategoria	Descrição
3.1. Conhecimentos sobre a diversidade linguística e cultural.	<p>Unidades de registo onde se verifica que as crianças adquiriram conhecimento sobre as línguas, a diversidade linguística e cultural e a necessidade da sua preservação.</p> <p>Respeito pelas outras culturas e pessoas de aspeto diferente do das crianças.</p> <p>Conhecimento sobre a importância da igualdade de todos os seres do Mundo.</p>
3.2. Conhecimentos sobre os direitos da criança	<p>Unidades de registo onde se verifica que as crianças adquiriram conhecimentos sobre os direitos da criança, que existem várias realidades e crianças diferentes e direitos que protegem e valorizam essa diferença.</p>
3.3. Conhecimentos sobre os direitos linguísticos e culturais	<p>Unidades de registo onde se verifica que as crianças adquiriram conhecimento sobre os direitos linguísticos e culturais, que existem várias realidades e direitos que protegem e valorizam essa diferença.</p> <p>Unidades de registo que indicam que as crianças percebem a importância e necessidade de preservação de todas as línguas e culturas</p>
3.4. Consciência do outro e da diferença	<p>Unidades de registo onde se verifica que as crianças adquiriram consciencialização de si mesmo, do outro e da diferença, não desvalorizando qualquer situação diferente da sua ou da sua maneira de ver o mundo.</p>

No capítulo seguinte será feita a análise dos dados e posterior discussão dos resultados obtidos, recorrendo às categorias descritas acima, tendo por base as transcrições efetuadas com auxílio dos vídeos recolhidos.

Capítulo IV

Análise dos dados e discussão dos resultados da intervenção

Breve Introdução

Após termos apresentado o projeto, onde foram explicadas as várias sessões e as atividades desenvolvidas, os métodos de recolha de dados utilizados e ainda definidas as categorias de análise, passamos à análise dos resultados das atividades desenvolvidas nas quatro sessões. Para isso recorreremos às vídeogravações, tendo sido efetuadas as respetivas transcrições, excetuando a 8ª sessão do projeto, que por motivos técnicos, não ficou videogravada e da qual apenas temos registo fotográfico.

A análise tem como base as categorias e sub-categorias definidas no capítulo anterior e divide-se em dois momentos. Num primeiro momento, são analisadas as categorias de bem-estar emocional e de implicação das quatro sessões; num segundo momento é efetuada a análise da categoria da perceção sobre os conhecimentos adquiridos.

Pelo facto do grupo ser constituído por muitas crianças e pelas limitações com que nos deparámos num estudo empírico como este, a nossa análise centrar-se-á apenas num leque reduzido de crianças (10 no total), variando de sessão para sessão. Para completar a análise, em anexo estarão presentes quadros resumo com o resultado da aplicação das categorias de bem estar emocional e implicação das crianças analisadas para uma melhor compreensão do que aconteceu durante as sessões, nomeadamente das intervenções das crianças.

1. Análise do bem estar emocional e implicação

1.1. 5ª Sessão – Os direitos num mundo colorido

A primeira sessão da segunda parte do projeto iniciou-se com um pequeno resumo da sessão realizada anteriormente pela colega de prática pedagógica. Este pequeno resumo permitiu-nos logo perceber que as crianças estavam envolvidas no projeto, pois foram capazes de enumerar o que tinham feito e explicitar o objetivo das atividades. Como exemplo a criança C2 referiu um direito abordado nessa sessão, *“Não podemos atirar lixo para o chão nem para o mar”*, ou a criança C5 que disse *“Não matar os animais”*. Após terminado o resumo, iniciou-se a sessão em análise, intitulada *“Os direitos num mundo colorido”*. Para esta sessão recorreu-se ao livro de Maria João Carvalho, *“Os direitos da Criança”*. Quando questionadas se as crianças também teriam direitos, a resposta foi unânime, *“SIM”*, prosseguindo-se com a análise da capa do livro (anexo 17). Todos identificaram os meninos presentes e reconheceram que os meninos não eram todos iguais, sendo que a criança C6 disse *“São brancos e castanhos”*, a criança C3 *“E também amarelos”* e ainda a criança C2 afirmou *“Aquela menina é vermelha”*, revelando assim atenção e interesse.

Apesar de a história ser um pouco complexa, as crianças estiveram, de modo geral, atentas e interessadas pela mesma, tendo participado fazendo questões. Quando questionadas sobre as cores que estariam nas páginas seguintes, nem sempre identificaram a cor, mas a imagem a ela associada como *“O mar”* em vez da cor azul, ou com *“o deserto”* em vez da cor vermelha que lhe foi associada na história. No entanto, ressalvamos o facto de terem memorizado a imagem subsequente, que demonstra efetivamente a concentração das crianças durante a história.

Ao longo da história foram aparecendo personagens com características idênticas às exploradas nas sessões anteriores. Quando as crianças foram questionadas se conheciam aqueles meninos, a criança C1 respondeu *“O castanho”*, acrescentando que este se chamava *“Djuma”*. Salientamos o facto desta criança, C1, ao longo de todo o projeto, ser sempre a primeira a referir o nome deste personagem, talvez por ter achado divertida a pronúncia do mesmo.

O interesse na análise da história manteve-se do início ao fim e muitas vezes as crianças respondiam ao mesmo tempo e a *“gritar”*, como, por exemplo, comparando com outra personagem, o *“IUKA”*, fazendo também referência à língua do mesmo, o *“quechua”*. Lembravam-se também do personagem branco, tendo a criança C2 identificado a nacionalidade do mesmo, *“Português”*, e a

criança C4 o seu nome, *“Miguel”*. Destacamos ainda a chamada de atenção por parte das crianças, quando propositadamente nos *“esquecemos”* de referir uma das personagens presentes na imagem e estas referiram Cs que faltava a *“Jia Li”*, acrescentando a criança C3, que a menina morava no continente *“Chinês”*.

Terminada a análise da história prosseguiu-se para a atividade seguinte que, de um modo geral, teve bastante adesão por parte das crianças. Assim, esta consistiu na apresentação de ilustrações onde estavam presentes os direitos da criança e onde as crianças tinham de as identificar, descrevendo as ilustrações. Ao longo da atividade, as crianças estiveram atentas e muito participativas, descrevendo todas as imagens e baseando-se na sua experiência e no meio em que estão inseridas.

Após a descrição de todas as ilustrações foram entregues às crianças pequenas imagens onde estavam ilustrados alguns direitos, pedindo a cada uma que identificasse o direito que estaria representado na sua imagem. O direito foi, então, escrito por nós na ficha de registo (anexo 18), que estava dividida em duas partes, sendo que, na primeira, as crianças faziam trabalho de texto, reproduzindo em baixo o que tínhamos escrito e, na segunda parte, colariam a imagem com o direito em questão e coloririam.

O facto desta ficha de registo ter o trabalho de texto exigiu que as crianças estivessem bastante concentradas e empenhadas para que este fosse feito corretamente. E sem dúvida alguma que foi o que se verificou, por ser também uma atividade realizada frequentemente com o grupo e de que as crianças gostavam bastante.

Nesta primeira sessão destacamos a participação contínua de seis crianças, sendo que duas delas mantiveram um nível de concentração e intervenção mais elevado que as restantes. O facto de estarmos perante um grupo grande e com muitas crianças com três anos, teve influência na concentração e atenção, pois nesta idade as crianças distraem-se muito facilmente, levando os mais velhos a ter a mesma reação. Em anexo estão presentes os quadros de avaliação destas seis crianças nesta sessão (anexos 11 e 12).

A criança C1 era um menino com quatro anos e estava pela primeira vez na sala. Apresentava uma personalidade muito forte e era muito extrovertido mas também muito irrequieto. Os seus níveis de concentração e implicação nas atividades variavam muito ao longo das sessões. Apesar disso quando

atingia o nível mais alto era uma criança bastante participativa e bastante curiosa, adquirindo conhecimentos com bastante facilidade e memorizando facilmente.

A criança C2 tinha cinco anos e era uma menina. Era muito extrovertida e igualmente irrequieta, mas conseguia manter o nível de concentração por mais tempo do que a anterior, participando também frequentemente e de forma bastante expressiva e alegre.

A criança C3 era uma menina de cinco anos bastante calma e reservada. Mantinha níveis altos de concentração, participando de forma muito ativa e pertinente. O facto de atravessar uma fase complicada no contexto familiar, levou a que por vezes o seu nível de bem estar atingisse níveis mais baixos. Adquiria conhecimentos com muita facilidade, memorizando de igual forma.

A criança C4 era um menino com quatro anos. Ao longo das sessões e, mesmo no dia a dia, variava entre momentos em que se apresentava mais calmo e outros muito irrequieto. Isto levou a que maioritariamente atingisse apenas níveis médios de concentração e implicação. De qualquer forma, queria participar e fazia-o com correção, sendo uma criança bastante afetiva e expressiva.

A criança C5, do sexo masculino, tinha cinco anos. Era um rapaz reservado e calmo, mantendo níveis de concentração elevados ao longo de todas as sessões. Era um menino muito participativo, com intervenções bastante pertinentes, sendo que, por vezes, para agradar, era precipitado e tinha intervenções menos corretas. Mantinha quase sempre a mesma postura, não sendo muito expressivo. Não adquiria conhecimentos com tanta facilidade como a criança C3, por exemplo, mas quando esclarecido memorizava facilmente.

Por fim, a criança C6, era um menino e tinha cinco anos. Era um menino muito reservado mas muito irrequieto, levando a grandes variações dos níveis de concentração e implicação. Era participativo, embora ao longo das sessões não tenha sido tanto quanto o esperado, mas muito pertinente e assertivo quando intervinha. Não era muito expressivo, porém adquiria conhecimentos com muita facilidade, sendo das crianças mais atentas do grupo.

A seleção destas seis crianças justificou-se pelo facto de terem sido as que mais participaram e que tiveram um maior número de intervenções como podemos constatar no gráfico seguinte.

Intervenções individuais na 1ª Sessão

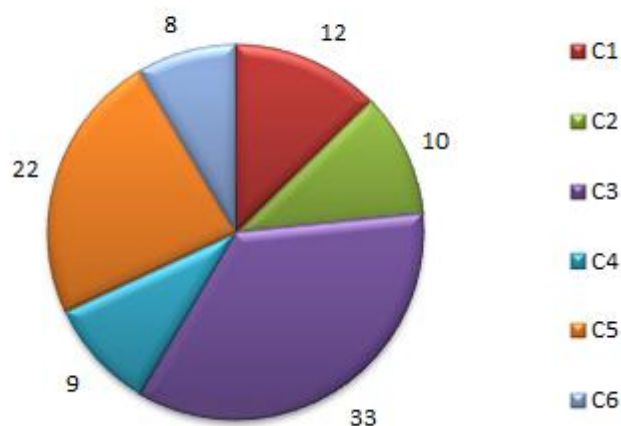


Gráfico 1 - Número de intervenções individuais na 1ª Sessão

Após totalizar as intervenções desta sessão, através da transcrição respetiva, fizemos a contagem das mesmas por criança. Os resultados aqui apresentados apenas dizem respeito às crianças que mais participaram, sendo que o 100% corresponde a 94 intervenções, ou seja, o total das intervenções efetuadas pelas 6 crianças mais participativas desta sessão.

De maneira geral obtivemos resultados positivos. Apesar de ser uma temática complexa, onde os conceitos abordados eram demasiado abstratos para esta faixa etária, achamos que as crianças retiveram alguns conhecimentos, tal como pudemos comprovar nas sessões seguintes, onde os direitos das crianças foram referidos frequentemente.

1.2. 6ª Sessão – O livro das línguas

Na segunda sessão, começámos por fazer um pequeno resumo das atividades do dia anterior, tendo exibido novamente a obra utilizada, “Os direitos da criança”. Nesta primeira abordagem as crianças demonstraram que, na sessão anterior, tinham estado atentas pois quando questionadas acerca da temática do livro e das atividades, responderam corretamente como, por exemplo, a criança C7 que se recordava do nome do livro, “*direitos da criança*”. Também se recordavam de alguns direitos tratados nas ilustrações, sendo que a criança C4 referiu o “*direito de ir à escola*” (direito à educação), ou ainda a criança C7 que salientou o “*direito de ficar ao pé das mães e dos pais*” (direito a ter uma família), demonstrando assim interesse pela atividade do dia anterior.

Quando apresentámos a atividade desta 6ª sessão onde estavam os personagens principais do projeto, mais uma vez, à semelhança do que já tinha acontecido na 5ª sessão, as crianças rapidamente mencionaram os seus nomes e ficaram bastante entusiasmadas. Seguiu-se a apresentação do “livro das línguas”, tendo sido solicitada a ajuda do grupo para o preenchimento dos espaços que se encontravam vazios. Fomos colocando algumas questões como o nome e a língua que falavam e as crianças responderam sempre corretamente, fazendo ainda relações consigo próprias, como no caso da criança C7 que, aquando da resposta da criança C5 “*Português*”, referindo-se à língua do personagem *Miguel*, respondeu “*Como eu*”, reconhecendo que falava a mesma língua. Este tipo de observações demonstra a atenção e o interesse com que as crianças estiveram durante as sessões anteriores.

Ao longo da atividade as crianças foram também questionadas acerca das línguas que gostariam de aprender, tendo demonstrado mais uma vez atenção, interesse e curiosidade. Várias crianças referiram que gostavam de aprender as línguas mencionadas ao longo do projeto, tendo compreendido que se as soubessem podiam comunicar com os falantes dessas línguas.

Nesta sessão, houve crianças que baixaram o seu número de intervenções, tendo-se destacado outras. Em anexo (anexos 13 e 14) seguem também as tabelas da avaliação dos níveis de bem estar e implicação das 6 crianças que se destacaram nesta sessão e abaixo é apresentado o gráfico das 6 crianças que tiveram um maior número de intervenções nesta sessão.

Intervenções individuais na 2ª Sessão

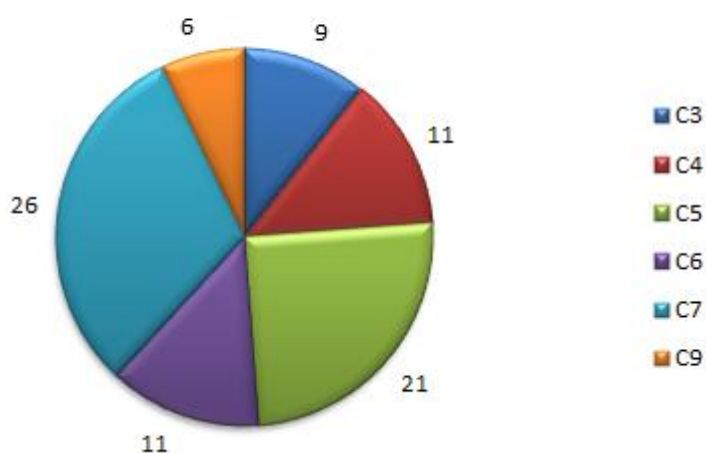


Gráfico 2 - Número de intervenções individuais na 2ª sessão

O cálculo destes dados efetuou-se da mesma forma do anterior, ou seja contagem apenas das intervenções das crianças que participaram mais vezes nesta sessão e, mais uma vez, o valor total, 100%, corresponde às 84 intervenções das 6 crianças.

Apesar de só serem avaliadas 6 crianças, faremos igualmente uma caracterização das 4 crianças que ainda não tinham sido referidas no ponto acima, mas que se destacaram.

Assim, a criança C7 era um menino de cinco anos, muito extrovertido, mas por vezes muito irrequieto. Conseguiu ao longo de todas as sessões atingir níveis altos de concentração e de implicação nas várias atividades, tendo sido bastante participativo. Na primeira sessão teve um número mais reduzido de intervenções pelo facto de só ter estado presente em metade da atividade. Tratava-se de uma criança com algumas experiências a nível de viagens, o que a levava muitas vezes a partilhar essas vivências com os colegas, enriquecendo sem dúvida as sessões. Na sua personalidade destacava-se também o facto de ser um menino muito alegre, bem disposto e bastante expressivo. Adquiria conhecimentos com muita facilidade e, tal como a criança C6, revelava vontade de aprender e de partilhar.

A criança C8 tinha cinco anos e era uma menina, e tal como a criança C1, era a primeira vez que estava na sala. Da sua personalidade fazem parte características como ser muito calma e reservada. Os seus níveis de concentração variaram muito, também pelo facto de ainda estar em fase de adaptação ao novo contexto, sendo pouco participativa, mas bastante expressiva quando intervinha.

A criança C9 era um menino de cinco anos que, tal como as crianças referidas acima, estava pela primeira vez nesta sala, diferenciando-se das anteriores por ser a primeira vez que frequentava um contexto de educação formal. Tratava-se de um menino bastante calmo e com níveis altos de concentração e implicação, sendo o elemento do grupo mais curioso e atento. Apesar disso, era pouco participativo, justificando-se talvez por apresentar algumas dificuldades a nível da fala, sendo, no entanto, muito expressivo.

A última criança analisada, C10, tinha quatro anos e era um menino muito extrovertido e irrequieto. Os seus níveis de concentração e implicação variavam muito, tendo sido participativo mas não tanto como o desejado, tendo-se mantido atento ao que as crianças mais “velhas” diziam. Tratava-se de uma criança bastante curiosa e muito expressiva e alegre.

Apesar de demonstrarem atenção e interesse nesta sessão e de os níveis de concentração terem sido satisfatórios, mais uma vez era uma temática difícil, e embora as crianças tenham referido diversas línguas ao longo de toda a atividade, o conceito “língua” no sentido de idioma, ainda não era totalmente percebido pelas crianças, sendo que estas se direcionavam maioritariamente para a “língua – órgão”. No entanto, não deixa de ser um tema a abordar, sendo importante consciencializar as crianças para a importância e existência de diferentes grupos linguísticos, ainda que o grupo onde estavam inseridos fosse monolíngue.

1.3. 7ª Sessão – De olho nas culturas

Na 7ª sessão, sem dúvida alguma atingiram-se os níveis mais elevados de concentração, interesse e atenção por parte de todo o grupo. Esta situação justificou-se pelo facto de a atividade ter tido suporte informático, um documento em powerpoint, que foi elaborado com uma série de ilustrações que pretendiam caracterizar a cultura dos personagens do projeto.

Apesar de termos registo vídeo desta sessão, as intervenções orais por parte das crianças foram mais raras, estando bastante atentas às explicações e, maioritariamente, faziam comparações com o meio que as rodeava.

A primeira personagem a ser tratada foi a “Jia Li”, a menina proveniente do continente asiático. Atribuímos a China como seu país de origem, por ser uma comunidade cada vez mais presente no nosso dia a dia. Recorremos a um mapa mundo onde estava representada a China e, com a influência de sessões anteriores, as crianças identificaram o continente em questão. Sendo o mandarim a língua mais falada neste país, conseguimos recorrer a um tradutor online, escrevendo uma mensagem, “encenando” o envio da mesma pela personagem. Foi um momento que as crianças apreciaram bastante, pedindo para repetir e tentando reproduzir o que tinham escutado.

De seguida foram mostradas imagens relativas ao tipo de alimentação que o povo chinês tem, tendo uma criança C1 dito logo que eles “*comem com pauzinhos*”. Os instrumentos musicais diferentes dos nossos, também foram apresentados, assim como os seus sons. Foi engraçado ver as crianças a associar o som que ouviam a instrumentos que já conheciam e a fazer o gesto correspondente como se estivessem a tocar. Quando foi apresentada a cítara, mais uma vez a criança C1 disse “*Está a tocar viola*”, fazendo o respetivo gesto, sendo os sons realmente parecidos por serem ambos instrumentos de cordas.

Apresentados os templos, edifícios muito frequentes neste país, tendo-os identificado como locais onde as pessoas se deslocam para rezar, a criança C7, referiu que eram as igrejas, fazendo a associação com a realidade em que está inserido. Foram também apresentadas imagens de casas típicas chinesas e ainda algum vestuário. Por fim, uma nova mensagem da “Jia Li” divertiu bastante o grupo, que mais uma vez pediu para repetirmos.

Relativamente ao “Djuma” e ao “luka”, a abordagem foi essencialmente a mesma, apresentando várias imagens que correspondiam ao vestuário, à alimentação, aos instrumentos e aos tipos de habitação.

Sem dúvida que o recurso às novas tecnologias permitiu obter resultados muito satisfatórios, pois permitiu que as crianças atingissem o nível mais alto de atenção e interesse das três sessões. Houve também uma curiosidade constante, que levou a que a atividade decorresse da forma pretendida.

Pelo facto das intervenções terem sido em menor número relativamente às sessões anteriores, apenas apresentamos em anexo os quadros relativos ao bem estar e implicação das crianças já avaliadas anteriormente.

1.4. 8ª Sessão – A árvore dos direitos

Nesta última sessão, tal como referido anteriormente, não houve videogravação por problemas técnicos, mas temos registos fotográficos da mesma. Esta iniciou-se com um pequeno resumo do que tinha sido abordado ao longo das três sessões anteriores. Falou-se principalmente de direitos, tentando sempre esclarecer o conceito que, apesar de ser a base de todo o projeto, se revelou de facto bastante complexo para este grupo. Assim, simplificando ao máximo, começámos por recordar os direitos da criança, pois foram aqueles que as crianças fixaram verdadeiramente. Relativamente aos direitos linguísticos e culturais, estes não foram abordados tal como aparecem nas respetivas declarações, mas sim numa forma simplificada para que percebessem o essencial, o respeito pela diferença numa perspetiva de preservar a diversidade linguística e cultural.

Por este motivo, a nossa última sessão intitulada “A árvore dos direitos”, e à semelhança do que foi feito na 3ª sessão, em que foi elaborada também uma árvore com os direitos do planeta, permitiu recorrer aos direitos da criança para construir a nossa árvore.

As crianças foram então questionadas aleatoriamente para que dissessem um direito e este foi registado no quadro. De seguida, após todos terem referido um direito, este foi escrito por nós numa imagem (anexo 21), tendo sido entregue às crianças para que estas o colorissem. Terminada essa tarefa, as imagens foram coladas numa árvore já recortada por nós, enchendo assim a mesma.

Apesar de ser uma atividade de duração mais curta, tratou-se de uma atividade importante, tendo mantido igualmente o interesse e a atenção das crianças. Foi interessante ver que cada criança aprende de forma única e singular, adquirindo as aprendizagens da forma que se torna mais clara para a mesma e, por isso, nem sempre os direitos eram referidos “à letra”, mas sim da maneira como os tinham compreendido.

No ponto seguinte apresentamos uma análise dos conhecimentos adquiridos relativamente à diversidade linguística e cultural, dos direitos da criança, dos direitos linguísticos e culturais e ainda acerca da consciência do outro e da diferença.

2. Análise da perceção sobre os conhecimentos adquiridos

Neste ponto iremos analisar os conhecimentos que as crianças adquiriram ao longo do projeto, tendo por base as videograções, os registos fotográficos dos trabalhos realizados e as fichas de trabalho que estas foram elaborando ao longo destas quatro sessões.

2.1. Conhecimentos sobre a diversidade linguística e cultural

Relativamente a esta temática, na 5ª sessão, quando foi apresentado o livro “Direitos da criança”, na capa apareciam alguns meninos que apresentavam diferenças entre eles e, quando questionámos as crianças acerca do que a capa representava, todas responderam (T) “Meninos”. Nós perguntámos “E os meninos são todos iguais?”, tendo sido a resposta “Não”, tendo a criança C6 completado dizendo “São brancos e castanhos”, a criança C3 “E também amarelos” e, por fim, a criança C2, “Aquele menina é vermelha”.

As crianças rapidamente fizeram a associação com os personagens apresentados nas primeiras sessões do projeto, o Miguel, o Djuma, a Jia Li e o Luka pelas cores da pele de cada um deles. Ao longo da sessão, foram feitas algumas questões como: “Estes dois meninos (apontando para as personagens que apareciam no livro) são parecidos com que personagem que nós já conhecemos?”. A

criança C1 respondeu logo *“o castanho”*. Questionámo-lo novamente perguntando como se chamava e C1, mais uma vez, respondeu corretamente, *“Djuma”*. De seguida várias crianças (Cs) fizeram referência ao nome de outro personagem, *“o luka”*, permitindo-nos perguntar qual era a língua que ele falava. Apesar de ser um nome fora do vocabulário do dia a dia, C5 respondeu *“Quechua”*. Estes são apenas alguns exemplos, mas salientamos o facto de as crianças terem sido capazes de identificar todos os personagens e as respetivas línguas e continentes.

Na 6ª sessão, que se iniciou, fazendo um pequeno resumo da anterior, foram abordados os direitos linguísticos. Assim, pareceu-nos importante esclarecer logo um aspeto e questionámos as crianças: *“Qual é a língua que os meninos desta sala falam?”*. Sem hesitar, todos responderam (T), *“Português”*. Ao longo do projeto tornou-se também importante perceber que noções tinham das línguas, saber quais é que já tinham ouvido e quais é que gostariam de aprender. Assim, começámos por perguntar: *“O que é a língua?”*. Muito rapidamente todos (T) disseram as línguas que já tínhamos referido ao longo do projeto: *“Quechua, Chinês, Mandarim, Português”*. De seguida perguntámos que línguas é que já tinham ouvido, ao que a criança C8 respondeu: *“Eu já ouvi uma vez chinês. Fui à loja dos chineses”*. A criança C6, quando questionada acerca da língua que já tinha ouvido, respondeu: *“Inglês”*. Por fim perguntámos que línguas é que o grupo gostava de aprender e foram várias as respostas, sempre com base no que já tinha sido abordado ao longo das sessões, excetuando a criança C6 que respondeu: *“Italiano”*. Terminada a atividade, questionámos as crianças se todas as línguas eram importantes. Embora inicialmente tenham hesitado, deram uma resposta afirmativa, ao que afirmámos: *“Todas as línguas são muito importantes”*. Perante esta nossa afirmação, as crianças, C6 e C5, acrescentaram algo que na nossa opinião foi muito importante, *“Não faz mal nós não percebermos”* e *“É bom aprendermos outras línguas para podermos falar quando vamos passear e podemos falar essas línguas”*, indicação de que a mensagem que pretendíamos passar tinha sido entendida.

Na 7ª sessão, quando abordámos as diferentes culturas dos nossos personagens, as crianças identificaram algumas diferenças, nomeadamente quando apareceu a imagem da comida chinesa e a criança C1 interveio, dizendo *“Comem com pauzinhos”*. Quando explicámos que os templos eram locais onde se faziam orações, a mesma criança C1 fez a comparação com a realidade que o rodeia, dizendo que eram *“igrejas”*. O facto de termos recorrido a um tradutor e termos conseguido verbalizar uma mensagem da personagem “Jia Li” foi também um momento importante, já que as

crianças perceberam a diferença entre as línguas, visto que, quando foram questionadas se tinham entendido a mensagem, afirmaram todas que (T) “*Não*”.

Todas as atividades foram bastante pertinentes sendo perceptível ao longo das sessões as aquisições que as crianças foram fazendo pois o seu discurso, as suas intervenções foram-se alterando, passando a ser mais fundamentadas e revelando mais cultura linguística.

2.2. Conhecimentos sobre os direitos da criança

No que diz respeito aos conhecimentos dos direitos da criança, o conceito *direito* já tinha sido abordado nas primeiras sessões, com os direitos do planeta, os direitos dos animais e, por isso, já não constituía “novidade”. Mas neste caso as crianças já estavam diretamente envolvidas, isto é, eram os direitos delas e, por isso, era importante que a temática fosse abordada de forma simples para que as crianças a percebessem e ficassem com algumas noções acerca do assunto. Para esta segunda categoria em análise, apenas recorremos à 5ª e 8ª sessões pois foram as direcionadas para esta abordagem.

Aquando da apresentação do livro, mais concretamente da capa, foi lido o título “Direitos da criança”, surgindo a primeira pergunta para o grupo, “*Será que as crianças têm direitos?*”, tendo sido unânime a resposta (T) “*Sim*”. Após a exploração do livro passámos à descrição das ilustrações onde estavam representados os direitos. Esta atividade envolveu alguns conhecimentos anteriores e ao longo das intervenções foi perceptível a influência da realidade em que cada criança está inserida, como por exemplo, a criança C5, quando nós questionámos se as crianças deviam trabalhar, ela respondeu “*Podem, mas têm de aprender. Eu ajudo o meu pai a fazer o pão*”. Tal como C5 explicou, o pai é padeiro e quando sai da escola, por vezes e por vontade própria, ele ajuda-o. A intenção da nossa pergunta foi posteriormente esclarecida e algumas crianças acrescentaram que, às vezes, ajudam os pais.

Na última atividade da segunda sessão onde foi entregue a cada criança a ficha de registo, pudemos constatar que as crianças retiveram alguma informação acerca do assunto abordado. A criança C5 referiu o “*direito a ter uma família que cuide de nós*”, a criança C2 o “*direito a jogar à bola, e os meninos especiais também podem jogar*”, a criança C3 escolheu o “*direito a ter pais e uma casa*”. São alguns exemplos dos direitos que elas perceberam, verbalizando-os de forma a tornarem-se mais claros para cada uma delas.

Apesar de, na 6ª sessão, ter sido feito um resumo da sessão anterior, não houve presença significativa de intervenções que demonstrassem a aquisição destes conhecimentos.

Na última sessão em que foi feita a “árvore dos direitos”, tal como foi explicado no ponto anterior, foi pedido às crianças que dissessem um dos direitos que tinham aprendido para preencher o espaço vazio da ilustração que lhes foi entregue. Algumas crianças quiseram referir mais do que um, dando assim uma ajuda aos mais novos. A criança C2 referiu o *“Direito a brincar no parque”*, a criança (C7) disse o *“Direito a trabalhar na escola”*, a criança C3 o *“Direito a ter pais”* e o *“Direito a ter água”*, sendo que este último está relacionado com os assuntos tratados nas sessões elaboradas pela colega de prática pedagógica (cf. Santos, 2012), onde foi abordada a carta da terra. A criança C5 escolheu o *“Direito a ter uma família”* e o *“Direito à educação”*, a criança C9 o *“Direito a ir à escola”* e, por fim, a criança C6 o *“Direito a ter uma casa”* e o *“Direito a brincar”*.

Apesar de não terem memorizado “todos” os direitos que apresentámos, achamos que os resultados obtidos são bastante gratificantes.

2.3. Conhecimentos sobre os direitos linguísticos e culturais

No que concerne aos conhecimentos sobre os direitos linguísticos e culturais, apenas nos focámos na 6ª e 7ª sessões. Importa salientar que os direitos linguísticos e culturais não foram mencionados tal e qual como aparecem nas respetivas declarações, sendo que apenas foi feita uma sensibilização aos mesmos, tentando nós transmitir às crianças o porquê de terem sido elaborados.

Na sessão onde foram abordados os direitos linguísticos, foi perceptível que as crianças já tinham compreendido que existem crianças diferentes delas, que falam línguas diferentes, que podem ter uma cor de pele diferente e que existem e vivem noutros continentes. Ao longo de toda a sessão, a referência a várias línguas foi uma constante, entre o português, o inglês, o francês, o mandarim, tendo nós esclarecido que todas as línguas têm a sua importância, tal como já foi dito anteriormente. Após esta constatação, questionámos as crianças sobre a morte das línguas (*“E vocês acham que as línguas podem morrer?”*), e obtivemos duas respostas diferentes: *“SIM”* e *“NÃO”*. Perante esta situação perguntámos porque é que achavam que não, ao que várias crianças (Cs) responderam *“Porque se morrerem não as podemos falar”*. Voltámos a interrogá-las *“Então para elas não morrerem o que é que temos de fazer?”*. A criança C7 respondeu *“Proteger”*, a criança C6 *“Não deixar de falar”* e a criança C5 *“Aprender a falar outras línguas”*.

Relativamente à sessão onde foram abordados os direitos culturais, sendo que recorremos a ilustrações que mostravam as diferenças nas culturas dos personagens do projeto, tornou-se mais esclarecedor para as crianças que existem diferenças claras entre as culturas, não só na língua como já tinham constatado, mas a nível da alimentação, do vestuário, do tipo de habitação, das atividades culturais. Ao longo desta atividade verificámos que as crianças identificaram as diferenças existentes, achando até engraçado, nunca desvalorizando as culturas diferentes da sua.

Todas estas atividades foram importantes na medida em que nos permitiram perceber que as crianças, apesar de ainda serem tão novas, já conseguem perceber que existem diferenças claras no mundo que as rodeia, não fazendo qualquer tipo de julgamento perante a diferença, antes pelo contrário, manifestando curiosidade em querer saber mais.

2.4. Consciência do Outro e da diferença

Ao longo de todas as sessões fomos nos apercebendo da tomada de consciência por parte das crianças no que diz respeito à consciência do outro e da diferença e, por isso, tivemos de analisar todas as sessões. Nos pontos acima já mencionámos algumas situações que comprovam que as crianças têm noção de que existem diferenças à sua volta, como línguas diferentes da sua e culturas diferentes. Sem dúvida que as personagens que utilizámos durante o projeto foram uma mais valia tendo permitido que, de forma mais concreta, as crianças percebessem as diferenças de que íamos falando.

O facto de termos um personagem que se chamava Miguel, nome português, que falava a língua portuguesa e que vivia em Portugal, permitiu que as crianças estabelecessem comparações com a sua própria identidade, que vissem as semelhanças com a sua vida, e a partir daí ver mais além da sua própria realidade.

Outra situação que demonstrou esta consciência foi quando na 5ª sessão, foi apresentada a ilustração de um direito onde estão representadas duas crianças de cores diferentes numa situação de partilha. Entre outras intervenções, destacamos o facto de as crianças reconhecerem que, apesar de as crianças serem de cores diferentes, podem ser amigas.

Após todas as sessões, e tendo feito um resumo da anterior no início de cada sessão, pudemos perceber que as crianças, apesar da tenra idade, tinham consciência de que não devemos viver apesar da diferença, mas sim com a diferença, percebendo que há línguas diferentes e culturas

diferentes, mas que todas têm a sua importância e contribuem para a diversidade biológica, linguística e cultural, garantindo assim a nossa sobrevivência. Numa palavra, pensamos que as vozes das crianças nos dizem que compreenderam a importância dos direitos linguísticos.

Capítulo V

Considerações finais

Terminada a análise das sessões de intervenção deste projeto, é chegado o momento de refletir acerca do trabalho realizado, porque, tal como iremos constatar mais a frente, a reflexão tornou-se essencial na vida diária de qualquer profissional de educação que queira ter um papel marcante e fundamental na vida dos seus alunos.

Assim, este projeto começou a ser desenvolvido no semestre precedente ao semestre da sua implementação. Estruturar um projeto de intervenção desconhecendo o público-alvo acarreta sempre muitas dificuldades. Este foi um projeto que precisou de vários reajustamentos e reformulações, o que torna o processo mais complicado mas ao mesmo tempo mais aliciante. A sua elaboração esteve assente no tema geral “Sensibilização à diversidade linguística e cultural” e, dada a sua abrangência, necessitava que o direccionássemos para uma temática mais particular. Após várias pesquisas, decidimos então explorar a temática dos direitos linguísticos, associados a uma educação para a cidadania. Sendo que a educação para a cidadania decorre ao longo de toda a vida de um indivíduo, pareceu-nos particularmente interessante perceber de que forma pode ocorrer essa educação, com crianças do pré-escolar, através da sensibilização à diversidade linguística.

Tendo em conta que todas as temáticas referidas anteriormente devem ser abordadas de forma integrada e transversal, elaborámos um projeto, composto por 8 sessões, numa perspetiva de perceber que tipo de abordagem deve ser feita nos primeiros anos de escolaridade para que a sensibilização à diversidade linguística e cultural seja uma realidade nos locais de ensino. Implementámos o nosso projeto num grupo de crianças de pré-escolar, com idades entre os 3 e os 5 anos, muito heterogéneo e, apesar de algumas contrariedades, obtivemos resultados muito satisfatórios. No entanto, o facto de estarmos tão envolvidas no projeto e tão centradas em cumprir todas as tarefas que tínhamos delineado levou a que muitas vezes não estivéssemos tão centradas no que realmente era importante, a criança, o grupo em que estávamos inseridas. É importante ressaltar que o facto de termos um grupo heterogéneo, o que segundo a teoria de Vigotsky, possibilita um maior enriquecimento cognitivo e social da criança, pois o contacto com pares mais avançados ou mesmo adultos é promotor de aprendizagem (cf. Saracho & Spodek, 1998).

Tal como já foi referido, este projeto precisou de vários ajustamentos, no sentido de conseguirmos que a mensagem chegasse à criança de uma forma acessível e fosse mais fácil que a criança assumisse um papel ativo no projeto, indo assim ao encontro das necessidades do grupo. Não se

tratou de momentos de “débito” de conhecimentos, mas sim de uma troca constante de ideias, de saberes, de experiências, o que tornou o processo bastante enriquecedor.

Em diálogo com as orientadoras que nos acompanharam neste processo, ambas as partes reconheceram que este projeto tinha e tem potencial para ser trabalho durante todo o ano letivo, e por isso, apesar dos resultados terem sido positivos, temos consciência de que foi pouco tempo para uma temática tão importante e com tantas potencialidades. Ficou a “saber a pouco”!

No entanto, o nosso empenho ao longo do trabalho para que este corresse da melhor forma, para que conseguíssemos que as crianças se envolvessem, foi sempre o máximo e, por isso, terminámos com o sentimento de dever cumprido.

A sensibilização à diversidade linguística e cultural é, hoje em dia, de importância extrema, pois encontramos-nos numa sociedade em constante mudança, que apresenta atualmente padrões linguísticos e culturais bem diferentes dos de antigamente. Assim, no pré-escolar, pretende-se que as crianças tenham essencialmente contacto com outras línguas e culturas, desenvolvendo atitudes de respeito, não desvalorizando as que são diferentes das suas. E foi sempre com este objetivo bem presente, que se desenrolou todo o processo de implementação do nosso projeto.

Sendo o jardim de infância o primeiro espaço onde a criança experiencia a vida democrática, onde assume um papel social, torna-se fundamental que este espaço assegure a igualdade de direitos, para preparar para de lidar com a heterogeneidade social, linguística e cultural que caracteriza atualmente a nossa sociedade. É neste sentido que a educação para a cidadania assume um papel central no dia a dia do contexto escolar, pois a criança deve ter efetivamente um papel ativo nos contextos em que está inserida, devendo proporcionar-lhe experiências que lhe permitam entender-se a si própria para posteriormente poder relacionar-se com os outros e viver em sociedade. Todo este processo é bastante dinâmico mas também muito complexo, ocorrendo ao longo de toda a vida do indivíduo, exigindo assim ao educador/professor que altere o seu papel, adaptando-se às novas realidades. Este deve ser então mais reflexivo, mais voltado para a criança. Quanto mais cedo esta promoção for feita, mais cedo se evitará que as crianças assimilem estereótipos e atitudes de racismo e xenofobia, permitindo-lhes participar de forma mais consciente e responsável na sociedade em que estão inseridos. Cabe, portanto, ao educador/professor criar estratégias capazes de favorecer a mudança, alterando as suas práticas educativas.

Esta mudança não pode nem deve ser feita “ da noite para o dia” e, por isso, deve ser pensada, estruturada, assentando em momentos de reflexão. Tendo em conta esta necessidade de reflexão e, alguma investigação, pareceu-nos pertinente recorrer à investigação ação para sustentar a metodologia do nosso relatório. A investigação ação é uma metodologia dinâmica e que Matos define como “uma espiral de planeamento e ação e busca de factos sobre os resultados das ações tomadas, um ciclo de análise e reconceptualização do problema, planeando a intervenção, implementando o plano, avaliando a eficácia da intervenção” (Matos, 2004, in Fernandes, 2006: 75). Este tipo de investigação leva, na prática educativa, a um papel mais ativo do educador/professor, considerado o agente de mudança e, por isso, importa que este faça uma reflexão sistemática sobre a sua prática educativa com o intuito de melhorar.

Segundo Alarcão, o educador/professor reflete “ de uma forma situada, na e sobre a interação que se gera entre o conhecimento científico (...) e a sua aquisição pelo aluno, refletem na e sobre a interação entre a pessoa do professor e a pessoa do aluno, entre a instituição escola e a sociedade em geral” (Alarcão, 1996: 176). No documento elaborado por Cardona et al. (2009), referem ainda que “é necessária a sua reflexão (do educador/professor), a partilha de experiências e saberes para a constituição de uma intencionalidade que se traduz numa ação pedagógica, sistemática, facilitadora das experiências de partilha de poder e que implicam o cuidado ao nível da organização do espaço e dos materiais e a criação de experiências de aprendizagens ativas” (Cardona et al., 2009: 60) Assim, e segundo os mesmos autores é importante que “quem educa deve acreditar na competência da criança para pensar, propor, decidir, assim como acreditar no seu próprio contributo para a inserção sociocultural da criança” (idem). Importa salientar que deve estar sempre presente a consciência de que a infância é uma etapa diferente da vida adulta e, por isso, tem necessidades diferentes, logo exige valores diferentes. E essa foi sempre uma preocupação nossa, adaptar o nosso projeto de intervenção à realidade que é a infância, o que pelos resultados obtidos, foi, de alguma forma, conseguido.

Após a análise dos resultados obtidos nas quatro sessões desenvolvidas neste relatório, percebemos desde logo que articulação de saberes e experiências anteriores é fundamental num trabalho deste género, pois é um fator de enriquecimento das atividades, e levando a uma maior envolvimento por parte das crianças. Foi também perceptível que de uma maneira geral as crianças gostaram das atividades que lhes foram propostas, mostrando receptividade às mesmas e participando ativamente. Esta participação é essencial, na medida em que, é através da mesma que a criança aprende a dar

valor às opiniões das outras crianças que estão inseridas no mesmo grupo social, percebendo dessa forma que as opiniões dos outros são tão ou mais importantes que as suas, levando-o a adquirir atitudes de respeito e consciência do e para com o outro.

Nos primeiros diálogos com as crianças, na primeira sessão, apesar de as crianças terem afirmado que as crianças tinham direitos, não era opinião geral das crianças que os tivessem. No fim da sessão, sentimos que as crianças tinham ficado sensibilizadas para com o tema e que perceberam que, apesar das diferenças existentes à nossa volta (sendo que a diferença que eles mais retiveram foi a da cor da pele), somos todos iguais pois todos temos os mesmos direitos.

Esta sensibilização foi, sem dúvida, o grande objetivo do nosso projeto, pois em idades tão novas é utópico pensar em aquisição sistemática e efetiva de conhecimentos. Obviamente que as crianças retêm algumas ideias, mas o facto de ter sido um projeto de curta duração dificulta essa retenção e, por conseguinte, muitos conceitos e ideias são esquecidos. É por isso fundamental que esta abordagem seja contínua, tendo em conta a realidade em que estamos inseridos atualmente. É aqui que entra também a família, interveniente essencial na vida da criança, e que tem um papel muito importante, pois deve dar continuidade ao trabalho feito em contexto escolar, ou seja, promover também essa mesma sensibilização, chamando à atenção para a diversidade e para as atitudes que as crianças devem ter para ajudar na preservação, seja da diversidade biológica, linguística ou cultural.

Apesar de ter tido um resultado muito satisfatório, ao longo do relatório também nos deparamos com algumas limitações como o tempo, o número e a heterogeneidade do grupo. Relativamente ao tempo, tal como referimos acima, desenvolver um projeto que envolve conteúdos tão importantes e complexos, deveria ter no mínimo uma abordagem ao longo do ano, o que, neste caso, não aconteceu. Apenas pudemos abordar os conteúdos nas nossas intervenções e desenvolvê-los em apenas oito sessões, o que nos deu pouca margem para explorar todas as potencialidades das atividades. O tempo reduzido não nos permitiu também explorar e avaliar efetivamente as fichas de registo que as crianças elaboraram ao longo do projeto, que são sempre bastante ricas e detentoras de muita informação. No que diz respeito à heterogeneidade do grupo, apesar de já termos salientado anteriormente as vantagens do mesmo, consideramos que, aliado ao fator tempo, este se tornou um obstáculo ao nosso projeto, ou seja, o facto de termos um grupo tão grande e tão heterogéneo, nem sempre as nossas atividades se adequaram à idade dos 3 anos. Não porque não houvesse vontade disso acontecer, mas porque tínhamos prazos a cumprir e não tivemos alternativa.

Relativamente ao grupo ser monolíngue, é indiscutível que tendo a realidade do multilinguismo na sala, se torna mais fácil para a criança perceber as diferenças e a diversidade, pois nestas idades o abstrato é demasiado complexo.

Apesar disso, consideramos que foi um projeto com uma temática bastante pertinente, que contribuiu sem dúvida para o nosso crescimento tanto a nível pessoal como profissional. Foi perceptível a potencialidade que um projeto destes tem em contexto escolar, mais concretamente em contexto de pré-escola. Percebemos ainda que nunca devemos, em momento algum, acomodar-nos ao que se passa à nossa volta, mas sim ser parte da mudança, ser agente de mudança, assumir um papel ativo na sociedade, tornando-nos cidadãos mais responsáveis e conscientes

No que diz respeito ao grande objetivo deste relatório, em que pretendíamos perceber de forma podiam os direitos ser abordados com crianças em idade pré-escolar, perspetivando uma educação para a cidadania, pensamos que conseguimos alcançar o pretendido. É um facto que é uma temática complexa, tal como já foi referido anteriormente, mas é possível. É importante mostrar às crianças que estas são cidadãs portadoras de direitos, não só os direitos das crianças ou direitos humanos, mas que têm ao seu alcance direitos que protegem as línguas que cada uma fala e ainda direitos que protegem a cultura a que pertencem. Esta sensibilização é bastante pertinente, ainda mais atualmente, em que estamos inseridos numa sociedade com índices de migração cada vez mais elevados, sendo a diversidade uma constante. Importa que as crianças percebam que todos temos os mesmos direitos, que é preciso haver respeito pelo Outro, pela diferença, e ainda que cada criança tem um papel importante na sociedade em que está inserida, devendo ter uma participação ativa na vida democrática dessa mesma sociedade. Através da abordagem dos direitos linguísticos, tentámos mostrar às crianças que é importante preservar a diversidade existente, que existem documentos que protegem essa mesma diversidade linguística e, que lhe cabe a elas, cidadãs do futuro, lutar para que esses direitos sejam cumpridos, exercendo assim o seu papel de cidadão.

Bibliografia

Bibliografia

- ❖ AFONSO, C. & CAVALCANTI, J. (2006) Do desconhecimento do outro à interculturalidade: a vida (re) escrita no processo de formação profissional. *Cadernos de Estudo*. Nº4, 9-21.
- ❖ ALARCÃO, I. (1996). Ser professor reflexivo. In ALARCÃO, I. *Formação reflexiva de professores: estratégias de supervisão*. Porto: Porto Editora, Coleção Cidine, 173- 189.
- ❖ ANDRADE, A. I. & ARAÚJO E SÁ, M. H. (2006). *Imagens das línguas em contextos de educação e formação linguística*. Cadernos do LALE. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- ❖ ANDRADE, A. I. & MARTINS, F. (2007). *Abordar as línguas, integrar a diversidade nos primeiros anos de escolaridade*. Cadernos do LALE. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- ❖ ANDRADE, A. I. & MARTINS, F. (2009). Educar para a diversidade linguística: resultados do projeto Ja-Ling em Portugal. *Saber & Educar. Cadernos de Estudo*. Nº14. Acedido em: 16 de Maio de 2011 em http://repositorio.esepf.pt/bitstream/handle/10000/337/SeE14_Educar_para_a_Diversidade_Linguistica.pdf?sequence=1
- ❖ ARAÚJO, S. A. (2004). *Contributo para uma educação para a cidadania*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Aberta.
- ❖ BARQUETA, C. & DANTAS, M.P. (2009). Língua estrangeira, direitos linguísticos e inclusão social. *Dialogia*. V. 8 Nº2, 205-015.
- ❖ BRANCO, R. A. (2001). *Declaração universal dos direitos linguísticos*. Porto. Campo das Letras .
- ❖ CARDONA, M^a.J.; NOGUEIRA, C.; TAVARES, T.; UVA, C.; VIEIRA, C. (2009). *Guião de educação, género e cidadania no pré-escolar*. Lisboa: Comissão para a cidadania e igualdade de género.
- ❖ CASTRO, T.; GONÇALVES, A.; NUNES, A. (2006). *Preservação da diversidade linguística e biológica no pulmão do mundo*. Monografia. Aveiro: Universidade de Aveiro

- ❖ CAVALCANTI, J.; CRUZ, M; RIBEIRO, A.S. (2010). Perspetivas atuais da educação intercultural na promoção de uma escola inclusiva. *Saber & Educar [Em linha]*.N.º15. Acedido em: 29 de Abril de 2011 em <http://repositorio.esepf.pt/bitstream/handle/10000/464/%28Perspectivas%20actuais%20da%20Educac.pdf?sequence=1>

- ❖ CONSELHO DA EUROPA (2001). *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas. Aprendizagem, Ensino, Avaliação*. Porto: Edições ASA

- ❖ CRAVEIRO, C; FERREIRA, I. (2007). A educação pré-escolar face aos desafios da sociedade no futuro. *Cadernos de Estudo*. N.º6, 15-21

- ❖ ESTRELA, A. (1994). *Teoria e prática de observação de classes – Uma estratégia de formação de professores*. Porto: Porto Editora.

- ❖ FERNANDES, A. M. (2006). *Projeto ser mais: Educação para a sexualidade online*. Dissertação de Mestrado. Porto. Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

- ❖ FIGUEIREDO, I. (2001). *Educar para a Cidadania*. Porto: Edições ASA

- ❖ FONSECA, M. L. (2008). Imigração, diversidade e novas paisagens étnicas e culturais. Coleção Portugal Intercultural. Volume II, p. 49-96. Acedido em 5 de Março de 2012 em http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col_Percursos_Intercultura/2_PI_Cap2.pdf

- ❖ GOMES, S. (2006). *Diversidade linguística no 1º ciclo do ensino básico: concepções dos professores*. Dissertação de Mestrado. Aveiro: Universidade de Aveiro

- ❖ GONÇALVES, A.; GONÇALVES,D.; MONTEIRO, F. (2008). Reflexões em torno da dimensão cultural. *Cadernos de Estudo*. N.º.7, 39-47

- ❖ ILTEC - Instituto de linguística teórica e computacional (2008). *Diversidade Linguística na Escola Portuguesa*. Coleção Textos de Educação. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- ❖ LEITE, C. & RODRIGUES, M.L. (2001). *Jogos e contos numa educação para a cidadania*. Lisboa: Práticas Pedagógicas – 10.
- ❖ MARQUES, C. (2010). *Educação para a era planetária : diversidade linguística e cultural*. Tese de Mestrado. Aveiro: Universidade de Aveiro
- ❖ M.E. (2001). *Curriculum nacional do ensino básico. Competências essenciais*. Lisboa: DEB.
- ❖ M.E. (1997). *Orientações curriculares para a educação pré-escolar*. Lisboa. Departamento de Educação Básica.
- ❖ M.E. (2010). *Metas de aprendizagem: educação pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico*. Lisboa. ME.
- ❖ PARLAMENTO EUROPEU (2006). *Relatório sobre um novo quadro estratégico para o multilinguismo*. Comissão da Cultura e da Educação.
- ❖ PINTO, P. F. (1998). *Formação para a diversidade linguística na aula de português. Práticas Pedagógicas*. Nº8.
- ❖ PORTUGAL, G. & LAEVERS, F. (2010). *Avaliação em educação pré-escolar*. Porto. Porto Editora.
- ❖ ROCHA, C. (2006). *A escola e a diversidade étnica e cultural*. Tese de Mestrado. Porto: Universidade Aberta. Porto
- ❖ ROCHA TRINDADE, B. (2010). Associativismo em contexto migratório. Revista Migrações. Nº 6, p. 39-58 in http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Revista_6/Migr6.pdf
- ❖ SÁ, S. (2007). *Educação, diversidade linguística e desenvolvimento sustentável*. Dissertação de Mestrado. Aveiro: Universidade de Aveiro.

- ❖ SANTOS, S. (2012). *Educação para a diversidade no pré-escolar – saber (con) viver*. Relatório de mestrado. Aveiro: Universidade de Aveiro.

- ❖ SARACHO, O. & SPODEK, B. (1998). *Ensinando Crianças de três a oito anos*. Porto Alegre: Artmed.

- ❖ SILVA, M. (2010). O direito à língua – a diversidade linguística na escola. *Saber & Educar. Cadernos de Estudo*. Nº15, 1-6

- ❖ SIMÕES, A. R. (2006). *A cultura linguística em contexto escolar: um estudo no final da escolaridade obrigatória*. Tese de Doutoramento. Aveiro: Universidade de Aveiro.

- ❖ TAVARES, C. (2007). Educar em direitos humanos, o desafio da formação dos educadores numa perspetiva interdisciplinar. Acedido em: 4 de junho de 2011 em http://www.redhbrasil.net/documentos/bilbioteca_on_line/educacao_em_direitos_humanos/29%20-%20Cap%203%20-%20Artigo%207.pdf.

- ❖ TOMAZ, A. C. (2007). *Supervisão Curricular e Cidadania: Novos desafios à formação de professores*. Tese de Doutoramento. Aveiro: Universidade de Aveiro

- ❖ UNESCO (2006). *Programa Mundial para la Educación en Derechos Humanos*. Acedido em: 18 de Maio de 2011 em <http://www.ohchr.org/Documents/Publications/PActionEducationsp.pdf>

- ❖ UNESCO (2009). *Relatório mundial da Unesco – Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural*. Paris. Acedido em: 13 de Maio de 2011 em <http://www.ohchr.org/Documents/Publications/PActionEducationsp.pdf>

- ❖ VALENTE, I. (2010). *Intercompreensão e sensibilização à diversidade linguística – um estudo numa turma de 1ºciclo*. Dissertação de Mestrado. Aveiro: Universidade de Aveiro

- ❖ VASCONCELOS, T. (2007). A importância da educação na construção da cidadania. *Saber e Educar*, Nº12. 109-117

Sites Consultados

<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>

<http://www.interculturaldialogue2008.eu/>

<http://www.unicef.pt/artigo.php?mid=18101111&m=2>

<http://direitoshumanos.gddc.pt/>

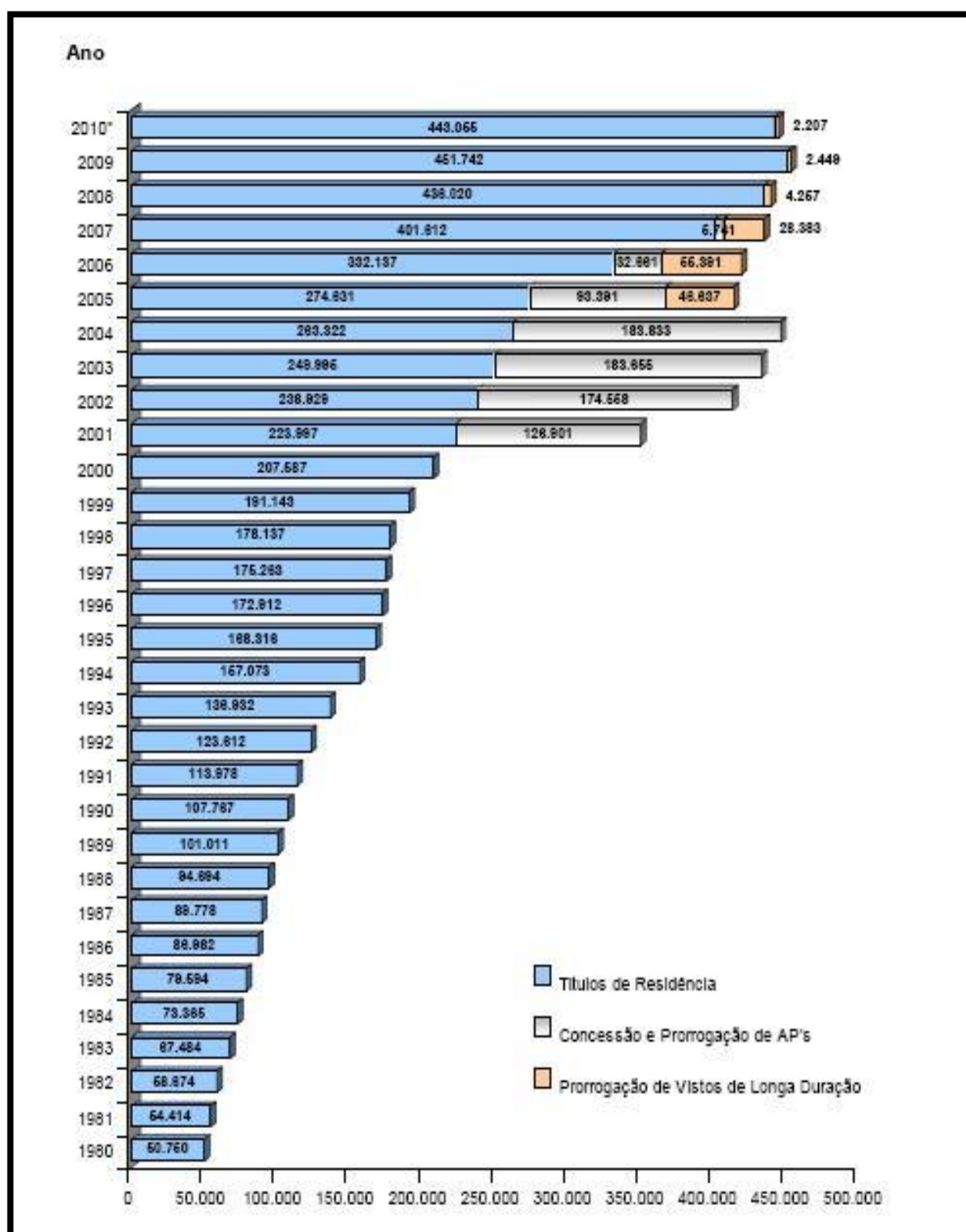
http://www.unicef.pt/18/sowc_20anoscdc.pdf

http://www.ethnologue.com/ethno_docs/distribution.asp?by=area

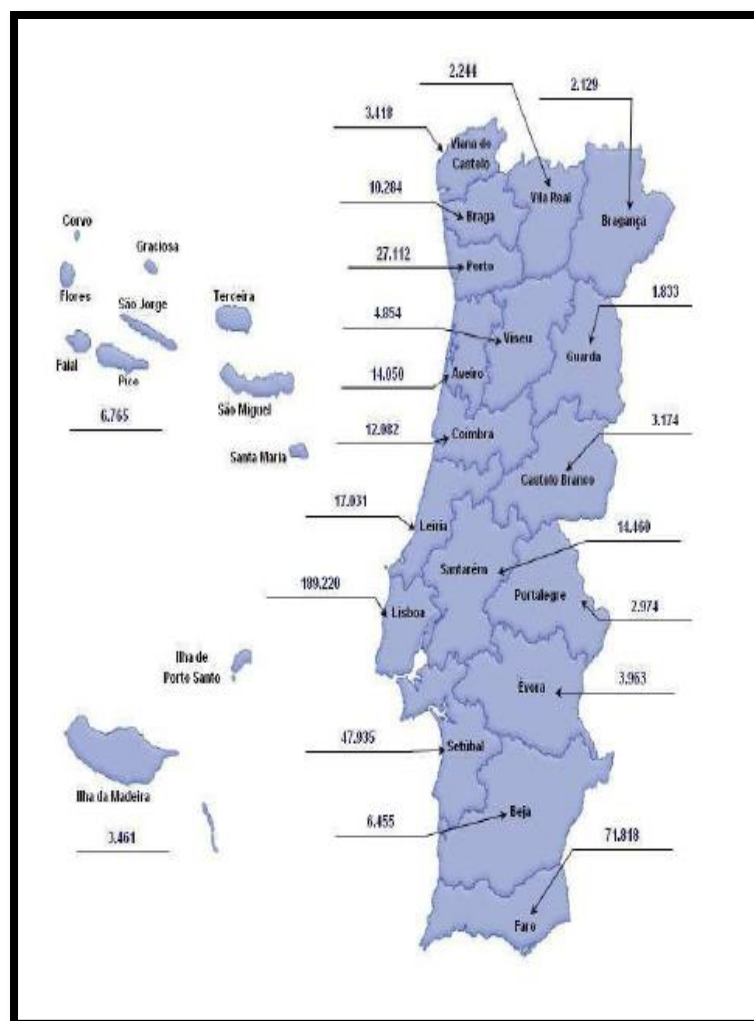
<http://www.sef.pt.>

Anexos

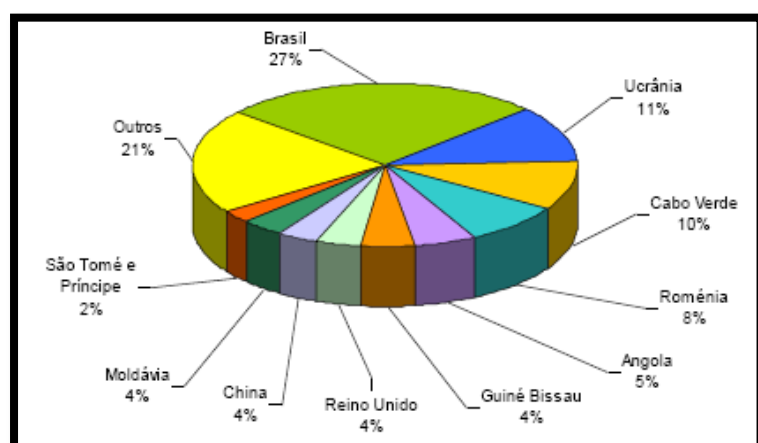
Anexo 1 - Cidadãos estrangeiros residentes em Portugal



Anexo 2 - Distribuição geográfica da população portuguesa



Anexo 3 - Principais nacionalidades em Portugal



Anexo 4 - Evolução da população residente

ANO	RESIDENTES	AUTORIZAÇÕES DE PERMANÊNCIA E PRORROGAÇÕES DE AUTORIZAÇÕES DE PERMANÊNCIA (2001 - 2007)	PRORROGAÇÕES DE VISTOS DE LONGA DURAÇÃO (VLD) (2005 - 2010)	TOTAL POPULAÇÃO ESTRANGEIRA	CRESCIMENTO (%)
1980	50.750	-	-	50.750	
1981	54.414	-	-	54.414	7.21
1982	58.674	-	-	58.674	7.82
1983	67.484	-	-	67.484	15.01
1984	73.365	-	-	73.365	8.71
1985	79.594	-	-	79.594	8.49
1986	86.982	-	-	86.982	9.28
1987	89.778	-	-	89.778	3.21
1988	94.694	-	-	94.694	5.47
1989	101.011	-	-	101.011	6.67
1990	107.767	-	-	107.767	6.68
1991	113.978	-	-	113.978	5.76
1992	123.612	-	-	123.612	8.45
1993	136.932	-	-	136.932	10.77
1994	157.073	-	-	157.073	14.70
1995	168.316	-	-	168.316	7.15
1996	172.912	-	-	172.912	2.73
1997	175.263	-	-	175.263	1.35
1998	178.137	-	-	178.137	1.63
1999	191.143	-	-	191.143	7.30
2000	207.587	-	-	207.587	8.61
2001	223.997	126.901	-	350.898	69.02
2002	238.929	174.558	-	413.487	17.84
2003	249.995	183.655	-	433.650	4.87
2004	263.322	183.833	-	447.155	3.11
2005	274.631	93.391	46.637	414.659	-7.27
2006	332.137	32.661	55.391	420.189	1.33
2007	401.612	5.741	28.383	435.736	3.70
2008	436.020	-	4.257	440.277	1.04
2009	451.742	-	2.449	454.191	3.16
2010*	443.055	-	2.207	445.262	-1.97

Anexo 5 - Declaração universal dos direitos linguísticos

INTRODUÇÃO

As instituições e organizações não governamentais signatárias da presente Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, reunidas em Barcelona de 6 a 9 de junho de 1996,

Considerando que a Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, que afirma no seu preâmbulo "a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade dos direitos dos homens e das mulheres"; e que no seu artigo 2.º estabelece que "todos têm todos os direitos e todas as liberdades", sem distinção "de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra, origem nacional ou social, fortuna, nascimento ou qualquer outra condição";

Considerando o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, de 16 de dezembro de 1966 (artigo 27.º), e o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, da mesma data, que nos respetivos preâmbulos declaram que o ser humano não pode ser livre se não forem criadas as condições que lhe permitam fruir tanto dos seus direitos civis e políticos, como dos seus direitos económicos, sociais e culturais;

Considerando a Resolução 47/135, de 18 de dezembro de 1992, da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, que adota a Declaração sobre os direitos das pessoas pertencentes a minorias nacionais ou étnicas, religiosas e linguísticas;

Considerando as declarações e as convenções do Conselho da Europa, como a Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, de 4 de novembro de 1950 (artigo 14.º); a Convenção do Conselho de Ministros do Conselho da Europa, de 29 de junho de 1992, na qual foi aprovada a Carta Europeia sobre as línguas regionais ou minoritárias; a Declaração da Cimeira do Conselho da Europa, de 9 de outubro de 1993, sobre as minorias nacionais; e a Convenção-quadro para a proteção das minorias nacionais, de novembro de 1994;

Considerando a Declaração de Santiago de Compostela do PEN Internacional e a Declaração de 15 de dezembro de 1993 do Comité de Tradução e Direitos Linguísticos do PEN

Internacional sobre a proposta de realização de uma Conferência Mundial de Direitos Linguísticos;

Considerando que na Declaração do Recife (Brasil), de 9 de Outubro de 1987, o XXII Seminário da Associação Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação Intercultural recomenda às Nações Unidas que tomem as medidas necessárias à adopção e aplicação de uma Declaração Universal dos Direitos Linguísticos;

Considerando a Convenção número 169 da Organização Internacional do Trabalho, de 26 de junho de 1989, relativa aos povos indígenas em países independentes;

Considerando que a Declaração Universal dos Direitos Coletivos dos Povos, aprovada em maio de 1990 em Barcelona, declara que todos os povos têm direito a exprimir e a desenvolver a sua cultura, a sua língua e as suas normas de organização e, para o fazerem, a dotarem-se de estruturas políticas, educativas, de comunicação e de administração pública próprias, em quadros políticos diferentes;

Considerando a Declaração Final da Assembleia Geral da Federação Internacional de Professores de Línguas Vivas, aprovada em Pécs (Hungria) em 16 de agosto de 1991, que recomenda que os direitos linguísticos sejam considerados direitos fundamentais do homem;

Considerando o relatório da Comissão dos Direitos Humanos do Conselho Económico e Social das Nações Unidas, de 20 de abril de 1994, sobre o texto provisório da Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas, declaração em que os direitos individuais são considerados à luz dos direitos coletivos;

Considerando o texto provisório da Declaração da Comissão Interamericana de Direitos Humanos sobre os direitos dos povos indígenas, aprovado na 1278.^a sessão, de 18 de setembro de 1995;

Considerando que a maioria das línguas ameaçadas do mundo pertencem a comunidades não soberanas e que dois dos principais factores que impedem o desenvolvimento destas línguas e aceleram o processo de substituição linguística são a ausência de autogoverno e a política de

Estados que impõem a sua estrutura político-administrativa e a sua língua;

Considerando que a invasão, a colonização e a ocupação, assim como outros casos de subordinação política, económica ou social, implicam frequentemente a imposição direta de uma língua estrangeira ou a distorção da percepção do valor das línguas e o aparecimento de atitudes linguísticas hierarquizantes que afetam a lealdade linguística dos falantes; e considerando que, por esses motivos, mesmo as línguas de alguns povos que acederam à soberania se confrontam com um processo de substituição linguística decorrente de uma política que favorece a língua das antigas colónias e das antigas potências colonizadoras;

Considerando que o universalismo deve assentar numa conceção da diversidade linguística e cultural que se imponha simultaneamente às tendências homogeneizadoras e às tendências para o isolamento enquanto fator de exclusão;

Considerando que para garantir a convivência entre comunidades linguísticas é necessário encontrar princípios de carácter universal que permitam assegurar a promoção, o respeito e o uso social público e privado de todas as línguas;

Considerando que diversos fatores de natureza extralinguística (políticos, territoriais, históricos, demográficos, económicos, socioculturais, sociolinguísticos e relacionados com comportamentos coletivos) geram problemas que provocam o desaparecimento, a marginalização e a degradação de numerosas línguas, e que se torna portanto necessário que os direitos linguísticos sejam considerados sob uma perspetiva global, para que se possam aplicar em cada caso as soluções específicas adequadas;

Conscientes de que é necessária uma Declaração Universal dos Direitos Linguísticos que permita corrigir os desequilíbrios linguísticos com vista a assegurar o respeito e o pleno desenvolvimento de todas as línguas e estabelecer os princípios de uma paz linguística planetária justa e equitativa, como fator fundamental da convivência social;

DECLARAM:

PREÂMBULO

A situação de cada língua, tendo em conta as considerações prévias, é o resultado da confluência e da interação de uma multiplicidade de fatores: político-jurídicos; ideológicos e históricos; demográficos e territoriais; económicos e sociais; culturais; linguísticos e sociolinguísticos; interlinguísticos; e, finalmente, subjetivos.

Mais concretamente, a situação atual caracteriza-se por:

— A tendência secular e unificadora da maioria dos Estados para reduzir a diversidade e favorecer atitudes contrárias à pluralidade cultural e ao pluralismo linguístico.

— O processo de mundialização da economia e, conseqüentemente, do mercado da informação, da comunicação e da cultura, que afeta as esferas de relação e as formas de interação que garantem a coesão interna de cada comunidade linguística.

— O modelo economicista de crescimento promovido pelos grupos económicos transnacionais, que pretende identificar a desregulação com o progresso e o individualismo competitivo com a liberdade, o que gera graves e crescentes desigualdades económicas, sociais, culturais e linguísticas.

As ameaças que atualmente impendem sobre as comunidades linguísticas, devido à ausência de autogoverno, a uma população reduzida ou parcial ou inteiramente dispersa, a uma economia precária, a uma língua não codificada, ou a um modelo cultural oposto ao predominante, levam a que muitas línguas não possam sobreviver e desenvolver-se se não forem tidos em conta os seguintes objetivos fundamentais:

— Numa perspetiva política, conceber uma organização da diversidade linguística que permita a participação efetiva das comunidades linguísticas neste novo modelo de crescimento.

— Numa perspetiva cultural, tornar o espaço de comunicação mundial plenamente compatível com a participação equitativa de todos os povos, de todas as comunidades linguísticas e de todas as pessoas no processo de desenvolvimento.

— Numa perspetiva económica, promover um desenvolvimento duradouro baseado na participação de todos e no respeito pelo equilíbrio ecológico das sociedades e por relações equitativas entre todas as línguas e culturas.

Por todas estas razões, esta Declaração toma como ponto de partida as comunidades linguísticas e não os Estados, e inscreve-se no quadro do reforço das instituições internacionais capazes de

garantir um desenvolvimento duradouro e equitativo para toda a humanidade, e tem como finalidade favorecer um quadro de organização política da diversidade linguística baseado no respeito, na convivência e no benefício recíprocos.

TITULO PRÉVIO

Conceitos

Artigo 1.º

1. Esta Declaração entende por comunidade linguística toda a sociedade humana que, radicada historicamente num determinado espaço territorial, reconhecido ou não, se identifica como povo e desenvolveu uma língua comum como meio de comunicação natural e de coesão cultural entre os seus membros. A denominação língua própria de um território refere-se ao idioma da comunidade historicamente estabelecida neste espaço.

2. Esta Declaração parte do princípio de que os direitos linguísticos são simultaneamente individuais e coletivos, e adota como referência da plenitude dos direitos linguísticos, o caso de uma comunidade linguística histórica no respetivo espaço territorial, entendendo-se este não apenas como a área geográfica onde esta comunidade vive, mas também como um espaço social e funcional indispensável ao pleno desenvolvimento da língua. É com base nesta premissa que se podem estabelecer, em termos de uma progressão ou continuidade, os direitos que correspondem aos grupos linguísticos mencionados no ponto 5 deste artigo e os das pessoas que vivem fora do território da sua comunidade.

3. Para os efeitos desta Declaração, entende-se que se encontram no seu próprio território e pertencem a uma mesma comunidade linguística as coletividades que:

- i. se encontram separadas do núcleo da sua comunidade por fronteiras políticas ou administrativas;
- ii. se encontram historicamente radicadas num espaço geográfico reduzido, rodeado pelos membros de outras comunidades linguísticas; ou
- iii. se encontram estabelecidas num espaço geográfico que partilham com os membros de outras comunidades linguísticas com antecedentes históricos semelhantes.

4. Para os efeitos desta Declaração, consideram-se igualmente como comunidades linguísticas no interior do seu próprio território histórico os povos nómadas nas suas áreas históricas de deslocação e os povos de fixação dispersa.

5. Esta Declaração considera como grupo linguístico toda a coletividade humana que partilhe uma mesma língua e esteja radicada no espaço territorial de outra comunidade linguística, mas não possua antecedentes históricos equivalentes, como é o caso dos imigrantes, dos refugiados, dos deportados, ou dos membros das diásporas.

Artigo 2.º

1. Esta Declaração considera que, nos casos em que diferentes comunidades e grupos linguísticos coabitam num mesmo território, o exercício dos direitos formulados nesta Declaração deve reger-se pelo respeito entre todos e dentro das máximas garantias democráticas.

2. Com vista a estabelecer um equilíbrio sociolinguístico satisfatório, ou seja, a articulação adequada entre os direitos destas comunidades e destes grupos linguísticos e os das pessoas que os compõem, há que ter em conta, além dos seus antecedentes históricos e da sua vontade democraticamente expressa, fatores que podem aconselhar um tratamento compensador que permita restabelecer o equilíbrio: o carácter forçado das migrações que levaram à coabitação de diferentes comunidades e grupos, ou o seu grau de precaridade política, socioeconómica e cultural.

Artigo 3.º

1. Esta Declaração considera como direitos individuais inalienáveis que devem ser exercidos em todas as situações os seguintes:

o direito a ser reconhecido como membro de uma comunidade linguística;

o direito ao uso da língua em privado e em público;

o direito ao uso do próprio nome;

o direito a relacionar-se e associar-se com outros membros da comunidade linguística de origem;

o direito a manter e desenvolver a própria cultura;

e todos os outros direitos de carácter linguístico reconhecidos no Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos de 16 de dezembro de 1966 e no Pacto Internacional de Direitos Económicos,

Sociais e Culturais da mesma data.

2. Esta Declaração considera que os direitos coletivos dos grupos linguísticos podem incluir ainda, em acréscimo aos estabelecidos no número anterior, e de acordo com as especificações do ponto 2 do artigo 2º:

o direito ao ensino da própria língua e da própria cultura;

o direito a dispor de serviços culturais;

o direito a uma presença equitativa da língua e da cultura do grupo nos meios de comunicação;

o direito a serem atendidos na sua língua nos organismos oficiais e nas relações socioeconómicas.

3. Os direitos das pessoas e dos grupos linguísticos mencionados anteriormente não devem representar qualquer obstáculo à sua interrelação e à integração na comunidade linguística de acolhimento, nem qualquer limitação dos direitos desta comunidade ou dos seus membros ao pleno uso público da própria língua na totalidade do seu espaço territorial.

Artigo 4.º

1. Esta Declaração considera que as pessoas que se deslocam e fixam residência no território de uma comunidade linguística diferente da sua têm o direito e o dever de manter com ela uma relação de integração. Por integração entende-se uma socialização adicional destas pessoas por forma a poderem conservar as suas características culturais de origem, ao mesmo tempo que compartilham com a sociedade que as acolhe as referências, os valores e os comportamentos que permitirão um funcionamento social global, sem maiores dificuldades que as experimentadas pelos membros da sociedade de acolhimento.

2. Por outro lado, esta Declaração considera que a assimilação — entendida como a aculturação das pessoas na sociedade que as acolhe, de tal maneira que substituam as suas características culturais de origem pelas referências, pelos valores e pelos comportamentos próprios da sociedade de acolhimento — em caso nenhum deve ser forçada ou induzida, antes sendo o resultado de uma opção plenamente livre.

Artigo 5.º

Esta Declaração baseia-se no princípio de que os direitos de todas as comunidades linguísticas são iguais e independentes do seu estatuto jurídico ou político como línguas oficiais, regionais ou minoritárias. Designações tais como língua regional ou minoritária não são usadas neste texto porque, apesar de em certos casos o reconhecimento como língua minoritária ou regional poder facilitar o exercício de determinados direitos, a utilização destes e doutros adjetivos serve frequentemente para restringir os direitos de uma comunidade linguística.

Artigo 6.º

Esta Declaração exclui que uma língua possa ser considerada própria de um território unicamente por ser a língua oficial do Estado ou ser tradicionalmente utilizada nesse território como língua de administração ou de certas atividades culturais.

TÍTULO PRIMEIRO

Princípios gerais

Artigo 7.º

1. Todas as línguas são a expressão de uma identidade coletiva e de uma maneira distinta de apreender e descrever a realidade, pelo que devem poder beneficiar das condições necessárias ao seu desenvolvimento em todas as funções.

2. Cada língua é uma realidade constituída coletivamente e é no seio de uma comunidade que ela está disponível para o uso individual como instrumento de coesão, identificação, comunicação e expressão criadora.

Artigo 8.º

1. Todas as comunidades linguísticas têm o direito de organizar e gerir os seus próprios recursos, com vista a assegurarem o uso da sua língua em todas as funções sociais.

2. Todas as comunidades linguísticas têm o direito de dispor dos meios necessários para assegurarem a transmissão e a projeção futuras da língua.

Artigo 9.º

Todas as comunidades linguísticas têm direito a codificar, estandardizar, preservar, desenvolver e promover o seu sistema linguístico, sem interferências induzidas ou forçadas.

Artigo 10.º

1. Todas as comunidades linguísticas são iguais em direito.
2. Esta Declaração considera inadmissíveis as discriminações contra as comunidades linguísticas baseadas em critérios como o seu grau de soberania política, a sua situação social, económica ou qualquer outra, ou o nível de codificação, atualização ou modernização alcançado pelas suas línguas.
3. Em aplicação do princípio da igualdade, devem ser tomadas as medidas indispensáveis para que esta igualdade seja real e efetiva.

Artigo 11.º

Todas as comunidades linguísticas têm direito a beneficiar dos meios de tradução nos dois sentidos que garantam o exercício dos direitos constantes desta Declaração.

Artigo 12.º

1. No domínio público, todos têm o direito de desenvolver todas as actividades na sua língua, se for a língua própria do território onde residem.
2. No plano pessoal e familiar, todos têm o direito de usar a sua língua.

Artigo 13.º

1. Todos têm direito a aceder ao conhecimento da língua própria da comunidade onde residem.
2. Todos têm direito a serem políglotas e a saberem e usarem a língua mais apropriada ao seu desenvolvimento pessoal ou à sua mobilidade social, sem prejuízo das garantias previstas nesta Declaração para o uso público da língua própria do território.

Artigo 14.º

As disposições desta Declaração não podem ser interpretadas nem utilizadas em detrimento de qualquer norma ou prática do regime interno ou internacional mais favorável ao uso de uma língua no território que lhe é próprio.

TÍTULO SEGUNDO

Regime linguístico geral

Secção I - Administração pública e organismos oficiais

Artigo 15.º

1. Todas as comunidades linguísticas têm direito a que a sua língua seja utilizada como língua oficial dentro do seu território.
2. Todas as comunidades linguísticas têm direito a que as ações judiciais e administrativas, os documentos públicos e privados e as inscrições em registos públicos realizados na língua própria do território sejam válidos e eficazes, e ninguém possa alegar o desconhecimento dessa língua.

Artigo 16.º

Todo o membro de uma comunidade linguística tem direito a exprimir-se e a ser atendido na sua língua, nas suas relações com os serviços dos poderes públicos ou das divisões administrativas centrais, territoriais, locais e supraterritoriais aos quais pertence o território de que essa língua é própria.

Artigo 17.º

1. Todas as comunidades linguísticas têm direito a dispor e a obter na sua língua toda a documentação oficial, qualquer que seja o suporte (papel, informático, ou outro), nas relações respeitantes ao território de que essa língua é própria.
2. Os poderes públicos devem dispor de formulários, impressos e modelos, em papel, suporte informático, ou outro, nas línguas territoriais, e colocá-los à disposição do público nos serviços respeitantes aos territórios de que cada língua é própria.

Artigo 18.º

1. Todas as comunidades linguísticas têm direito a que as leis e outras disposições jurídicas que lhes digam respeito sejam publicadas na língua própria do território.
2. Os poderes públicos em cujo âmbito de atuação exista mais de uma língua territorialmente histórica devem publicar todas as leis e outras disposições de carácter geral nessas línguas, independentemente de os seus falantes compreenderem outras línguas.

Artigo 19.º

1. As Assembleias de representantes devem adotar como oficiais a língua ou as línguas historicamente faladas no território que representam.
2. Este direito é extensivo às línguas das comunidades de fixação dispersa referidas no artigo 1.º, n.º 4.

Artigo 20.º

1. Todos têm direito a utilizar oralmente e por escrito, nos Tribunais de Justiça, a língua historicamente falada no território onde estão situados. Os Tribunais devem utilizar a língua própria do território nas suas ações internas e se, por força da organização judicial do Estado, o procedimento prosseguir fora do lugar de origem, deverá manter-se a utilização da língua de origem.
2. De qualquer maneira, todos têm direito a serem julgados numa língua que sejam capazes de compreender e possam falar, ou a obterem gratuitamente um intérprete.

Artigo 21.º

Todas as comunidades linguísticas têm direito a que as inscrições nos registos públicos sejam feitas na língua própria do território.

Artigo 22.º

Todas as comunidades linguísticas têm direito a que os documentos notariais ou oficiais emitidos por funcionários que exerçam a autoridade pública sejam redigidos na língua própria do território onde o notário ou o funcionário autorizado tem oficialmente a sua sede.

Secção II

Ensino

Artigo 23.º

1. O ensino deve contribuir para fomentar a capacidade de auto-expressão linguística e cultural da comunidade linguística do território onde é ministrado.
2. O ensino deve contribuir para a manutenção e o desenvolvimento da língua falada pela comunidade linguística do território onde é ministrado.
3. O ensino deve estar sempre ao serviço da diversidade linguística e cultural, e das relações harmoniosas entre as diferentes comunidades linguísticas do mundo inteiro.
4. No quadro dos princípios anteriores, todos têm direito a aprender qualquer língua.

Artigo 24.º

Todas as comunidades linguísticas têm direito a decidir qual deve ser o grau de presença da sua língua, como língua veicular e como objeto de estudo, em todos os níveis de ensino no interior do seu território: pré-escolar, primário, secundário, técnico e profissional, universitário e formação de adultos.

Artigo 25.º

Todas as comunidades linguísticas têm direito a dispor de todos os recursos humanos e materiais necessários para alcançar o grau desejado de presença da sua língua em todos os níveis de ensino no interior do seu território: professores devidamente formados, métodos pedagógicos adequados, manuais, financiamento, edifícios e equipamentos, meios tecnológicos tradicionais e inovadores.

Artigo 26.º

Todas as comunidades linguísticas têm direito a um ensino que permita a todos os seus membros adquirirem o perfeito conhecimento da sua própria língua, com as diversas capacidades relativas a todos os domínios de uso da língua habituais, bem como o melhor conhecimento possível de qualquer outra língua que desejem aprender.

Artigo 27.º

Todas as comunidades linguísticas têm direito a um ensino que permita aos seus membros o conhecimento das línguas ligadas à sua própria tradição cultural, tais como as línguas literárias ou sagradas, usadas antigamente como línguas habituais da sua comunidade.

Artigo 28.º

Todas as comunidades linguísticas têm direito a um ensino que permita aos seus membros adquirirem um conhecimento profundo do seu património cultural (história e geografia, literatura e outras manifestações da própria cultura), assim como o melhor conhecimento possível de qualquer outra cultura que desejem conhecer.

Artigo 29.º

1. Todos têm direito ao ensino na língua própria do território onde residem.
2. Este direito não exclui o direito de acesso ao conhecimento oral e escrito de qualquer língua que lhes sirva de instrumento de comunicação com outras comunidades linguísticas.

Artigo 30.º

A língua e a cultura de cada comunidade linguística devem ser objeto de estudo e de investigação a nível universitário.

Secção III

Onomástica

Artigo 31.º

Todas as comunidades linguísticas têm direito a preservar e usar em todos os domínios e ocasiões o seu sistema onomástico.

Artigo 32.º

1. Todas as comunidades linguísticas têm direito a fazer uso dos topónimos na língua própria do território, tanto no que respeita às utilizações orais e escritas, como nos domínios privados, públicos e oficiais.

2. Todas as comunidades linguísticas têm direito a fixar, preservar e rever a toponímia autóctone. Esta não pode ser suprimida, alterada ou adaptada arbitrariamente, nem pode ser substituída em caso de mudanças de conjuntura política ou outras.

Artigo 33.º

Todas as comunidades linguísticas têm direito a designarem-se a si próprias na sua língua. Consequentemente, qualquer tradução para outras línguas deve evitar denominações confusas ou pejorativas.

Artigo 34.º

Todos têm direito ao uso do seu antropónimo na sua própria língua e em todos os domínios de utilização, bem como a uma transcrição fonética para outro sistema gráfico, quando necessário, tão fiel quanto possível.

Secção IV

Meios de comunicação e novas tecnologias

Artigo 35.º

Todas as comunidades linguísticas têm direito a decidir qual deve ser o grau de presença da sua língua nos meios de comunicação do seu território, tanto nos locais e tradicionais, como nos de maior difusão e de tecnologia mais avançada, independentemente do sistema de difusão ou de transmissão utilizado.

Artigo 36.º

Todas as comunidades linguísticas têm direito a dispor de todos os meios humanos e materiais

necessários para assegurar o grau desejado de presença da sua língua e de auto-expressão cultural nos meios de comunicação do seu território: pessoal devidamente formado, financiamento, edifícios e equipamentos, meios tecnológicos tradicionais e inovadores.

Artigo 37.º

Todas as comunidades linguísticas têm direito a obter, através dos meios de comunicação, um conhecimento profundo do seu património cultural (história e geografia, literatura e outras manifestações da própria cultura), assim como o máximo de informação possível sobre qualquer outra cultura que os seus membros desejem conhecer.

Artigo 38.º

Todas as línguas e todas as culturas das comunidades linguísticas devem receber um tratamento equitativo e não discriminatório nos conteúdos dos meios de comunicação do mundo inteiro.

Artigo 39.º

As comunidades descritas no artigo 1.º, n.ºs 3 e 4, desta Declaração, assim como os grupos mencionados no n.º 5 do mesmo artigo, têm direito a uma representação equitativa da sua língua nos meios de comunicação do território onde se fixaram ou para onde se deslocam. O exercício deste direito deve estar em harmonia com o exercício dos direitos próprios dos outros grupos ou comunidades linguísticas do território.

Artigo 40.º

Todas as comunidades linguísticas têm direito a dispor, no campo da informática, de equipamentos adaptados ao seu sistema linguístico e de utensílios e produtos na sua língua, a fim de aproveitarem ao máximo as potencialidades oferecidas por estas tecnologias no que respeita à auto-expressão, à educação, à comunicação, à edição, à tradução e, em geral, ao tratamento da informação e à difusão cultural.

Secção V

Cultura

Artigo 41.º

1. Todas as comunidades linguísticas têm direito a usar a sua língua e a mantê-la e promovê-la em todas as formas de expressão cultural.

2. O exercício deste direito deve poder ser plenamente assegurado sem que o espaço da comunidade em questão seja ocupado de forma hegemónica por uma cultura estrangeira.

Artigo 42.º

Todas as comunidades linguísticas têm direito a desenvolverem-se plenamente no seu próprio domínio cultural.

Artigo 43.º

Todas as comunidades linguísticas têm direito ao acesso às obras produzidas na sua língua.

Artigo 44.º

Todas as comunidades linguísticas têm direito ao acesso às programações interculturais, mediante a difusão de uma informação suficiente, e ao apoio às atividades de ensino da língua a estrangeiros, ou de tradução, de dobragem, de pós-sincronização e de legendagem.

Artigo 45.º

Todas as comunidades linguísticas têm direito a que a língua própria do território ocupe um lugar de primazia nas manifestações e serviços culturais, tais como bibliotecas, videotecas, cinemas, teatros, museus, arquivos, produção informática, folclore, indústrias culturais e todas as outras formas de expressão que derivem da realidade cultural.

Artigo 46.º

Todas as comunidades linguísticas têm direito à preservação do seu património linguístico e cultural, incluindo as manifestações materiais, como por exemplo, os fundos documentais, a herança artística, arquitetónica e monumental e a presença epigráfica da sua língua.

Secção VI

Artigo 47.º

1. Todas as comunidades linguísticas têm direito a estabelecer o uso da sua língua em todas as atividades socioeconómicas no interior do seu território.
2. Qualquer membro de uma comunidade linguística tem o direito de dispor na sua língua de todos os meios necessários ao exercício da atividade profissional, como por exemplo, documentos e livros de consulta, instruções, formulários e equipamentos, utensílios e programas informáticos.
3. A utilização de outras línguas neste domínio só é exigível na medida em que a natureza da atividade profissional desenvolvida o justificar. Em caso nenhum outra língua que tenha aparecido mais recentemente pode subordinar ou suplantar o uso da língua própria do território.

Artigo 48.º

1. No território da comunidade linguística, todos têm o direito de usar a sua língua, com plena validade jurídica, nas transações económicas de qualquer tipo, como por exemplo, a compra-venda de bens e serviços, as operações bancárias, os seguros, os contratos de trabalho e outros.
2. Nenhuma cláusula destes atos privados pode excluir ou limitar o uso de uma língua no seu próprio território.
3. No território da comunidade linguística, todos têm o direito de dispor na sua língua dos documentos necessários à realização das operações mencionadas, como por exemplo, impressos, formulários, cheques, contratos, faturas, recibos, licenças, notas de encomenda e outros.

Artigo 49.º

No território da comunidade linguística, todos têm direito a usar a sua língua em todos os tipos de organizações socioeconómicas: laborais, sindicais, patronais, profissionais e associativas.

Artigo 50.º

1. Todas as comunidades linguísticas têm direito a uma presença predominante da sua língua na publicidade, na rotulagem, na sinalização exterior e na imagem do país em geral.
2. No território da comunidade linguística, todos têm o direito de obter na sua língua uma informação completa, tanto oral como escrita, sobre os produtos e serviços propostos pelos estabelecimentos comerciais do território, como por exemplo, as instruções de utilização, os rótulos, as listas de ingredientes, a publicidade, as garantias e outros.
3. Todas as indicações públicas relativas à segurança dos cidadãos devem ser expressas na língua própria da comunidade linguística e em condições não inferiores às de qualquer outra língua.

Artigo 51.º

1. Todos têm o direito de usar a língua própria do território nas suas relações com as empresas, os estabelecimentos comerciais e as entidades privadas e de serem atendidos e obterem resposta nessa língua.
2. Todos têm direito, como clientes, consumidores, utentes, ou utilizadores, a serem informados, oralmente ou por escrito, na língua própria do território nos estabelecimentos abertos ao público.

Artigo 52.º

Todos têm direito a exercer as suas atividades laborais ou profissionais na língua própria do território, exceto se as funções inerentes ao posto de trabalho exigirem a utilização de outros idiomas, como no caso dos professores de línguas, dos tradutores, ou dos guias turísticos.

DISPOSIÇÕES ADICIONAIS

Primeira

Os poderes públicos devem tomar todas as medidas oportunas para a aplicação, no seu âmbito de atuação, dos direitos proclamados nesta Declaração. Mais concretamente, devem disponibilizar fundos internacionais de apoio ao exercício dos Direitos Linguísticos para as comunidades manifestamente carenciadas de recursos. Assim, os poderes públicos devem proporcionar o apoio necessário à codificação, à transcrição escrita, ao ensino das línguas das diversas comunidades e à

sua utilização na administração.

Segunda

Os poderes públicos devem garantir que as autoridades, as organizações e as pessoas interessadas sejam informadas dos direitos e deveres correlativos decorrentes desta Declaração.

Terceira

Os poderes públicos devem prever, de acordo com as legislações vigentes, as sanções decorrentes da violação dos direitos linguísticos constantes desta Declaração.

DISPOSIÇÕES FINAIS

O Plenário da Associação Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação Intercultural recomenda às Nações Unidas que tomem as medidas necessárias à adoção e aplicação de uma Declaração Universal dos Direitos Linguísticos;

Considerando a Convenção número 169 da Organização Internacional do Trabalho, de 26 de junho de 1989, relativa aos povos indígenas em países independentes;

Considerando que a Declaração Universal dos Direitos Coletivos dos Povos, realizada em maio de 1990 em Barcelona, declara que todos os povos têm direito a exprimir e a desenvolver a sua cultura, a sua língua e as suas normas de organização e, para o fazerem, a dotarem-se de estruturas políticas, educacionais, de comunicação e de administração pública próprias, em quadros políticos diferentes;

Considerando a Declaração Final da Assembleia Geral da Federação Internacional de Professores de Línguas Vivas, aprovada em Pécs (Hungria) em 16 de agosto de 1991, que recomenda que os direitos linguísticos sejam consagrados direitos fundamentais;

Primeira

Esta Declaração propõe a criação do Conselho das Línguas no seio das Nações Unidas. Compete à Assembleia Geral das Nações Unidas a criação e a definição deste Conselho, assim como a nomeação dos seus membros, e a criação do organismo de direito internacional que deve apoiar as comunidades linguísticas no exercício dos direitos reconhecidos nesta Declaração.

Segunda

Esta Declaração recomenda e promove a criação de uma Comissão Mundial de Direitos Linguísticos de natureza não oficial e de carácter consultivo, constituída por representantes de organizações não governamentais e de entidades ligadas ao direito linguístico.

Barcelona, junho de 1996

Anexo 6 - Declaração universal sobre a diversidade cultural

A Conferência Geral,

Reafirmando seu compromisso com a plena realização dos direitos humanos e das liberdades fundamentais proclamadas na Declaração Universal dos Direitos Humanos e em outros instrumentos universalmente reconhecidos, como os dois Pactos Internacionais de 1966 relativos respetivamente, aos direitos civis e políticos e aos direitos económicos, sociais e culturais,

Recordando que o Preâmbulo da Constituição da UNESCO afirma “ (...) que a ampla difusão da cultura e da educação da humanidade para a justiça, a liberdade e a paz são indispensáveis para a dignidade do homem e constituem um dever sagrado que todas as nações devem cumprir com um espírito de responsabilidade e de ajuda mútua”,

Recordando também seu Artigo primeiro, que designa à UNESCO, entre outros objetivos, o de recomendar “os acordos internacionais que se façam necessários para facilitar a livre circulação das ideias por meio da palavra e da imagem”,

Referindo-se às disposições relativas à diversidade cultural e ao exercício dos direitos culturais que figuram nos instrumentos internacionais promulgados pela UNESCO,

Reafirmando que a cultura deve ser considerada como o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças,

Constatando que a cultura se encontra no centro dos debates contemporâneos sobre a identidade, a coesão social e o desenvolvimento de uma economia fundada no saber,

Afirmando que o respeito à diversidade das culturas, à tolerância, ao diálogo e à cooperação, em um clima de confiança e de entendimento mútuos, estão entre as melhores garantias da paz e da segurança internacionais,

Aspirando a uma maior solidariedade fundada no reconhecimento da diversidade cultural, na consciência da unidade do género humano e no desenvolvimento dos intercâmbios culturais,

Considerando que o processo de globalização, facilitado pela rápida evolução das novas tecnologias da informação e da comunicação, apesar de constituir um desafio para a diversidade cultural, cria condições de um diálogo renovado entre as culturas e as civilizações,

Consciente do mandato específico confiado à UNESCO, no seio do sistema das Nações Unidas, de assegurar a preservação e a promoção da fecunda diversidade das culturas,

Proclama os seguintes princípios e adota a presente Declaração:

IDENTIDADE, DIVERSIDADE E PLURALISMO

Artigo 1 – A diversidade cultural, património comum da humanidade

A cultura adquire formas diversas através do tempo e do espaço. Essa diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que

compõem a humanidade. Fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade, a diversidade cultural é, para o género humano, tão necessária como a diversidade biológica para a natureza.

Nesse sentido, constitui o património comum da humanidade e deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras.

Artigo 2 – Da diversidade cultural ao pluralismo cultural

Em nossas sociedades cada vez mais diversificadas, torna-se indispensável garantir uma interação harmoniosa entre pessoas e grupos com identidades culturais a um só tempo plurais, variadas e dinâmicas, assim como sua vontade de conviver. As políticas que favoreçam a inclusão e a participação de todos os cidadãos garantem a coesão social, a vitalidade da sociedade civil e a paz. Definido desta maneira, o pluralismo cultural constitui a resposta política à realidade da diversidade cultural. Inseparável de um contexto democrático, o pluralismo cultural é propício aos intercâmbios culturais e ao desenvolvimento das capacidades criadoras que alimentam a vida pública.

Artigo 3 – A diversidade cultural, fator de desenvolvimento

A diversidade cultural amplia as possibilidades de escolha que se oferecem a todos; é uma das fontes do desenvolvimento, entendido não somente em termos de crescimento económico, mas também como meio de acesso a uma existência intelectual, afetiva, moral e espiritual satisfatória.

DIVERSIDADE CULTURAL E DIREITOS HUMANOS

Artigo 4 – Os direitos humanos, garantias da diversidade cultural

A defesa da diversidade cultural é um imperativo ético, inseparável do respeito à dignidade humana. Ela implica o compromisso de respeitar os direitos humanos e as liberdades fundamentais, em particular os direitos das pessoas que pertencem a minorias e os dos povos autóctones. Ninguém

pode invocar a diversidade cultural para violar os direitos humanos garantidos pelo direito internacional, nem para limitar seu alcance.

Artigo 5 – Os direitos culturais, marco propício da diversidade cultural

Os direitos culturais são parte integrante dos direitos humanos, que são universais, indissociáveis e interdependentes. O desenvolvimento de uma diversidade criativa exige a plena realização dos direitos culturais, tal como os define o Artigo 27 da Declaração Universal de Direitos Humanos e os artigos 13 e 15 do Pacto Internacional de Direitos Económicos, Sociais e Culturais. Toda pessoa deve, assim, poder expressar-se, criar e difundir suas obras na língua que deseje e, em particular, na sua língua materna; toda pessoa tem direito a uma educação e uma formação de qualidade que respeite plenamente sua identidade cultural; toda pessoa deve poder participar na vida cultural que escolha e exercer suas próprias práticas culturais, dentro dos limites que impõe o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais.

Artigo 6 – Rumo a uma diversidade cultural acessível a todos

Enquanto se garanta a livre circulação das ideias mediante a palavra e a imagem, deve-se cuidar para que todas as culturas possam se expressar e se fazer conhecidas. A liberdade de expressão, o pluralismo dos meios de comunicação, o multilinguismo, a igualdade de acesso às expressões artísticas, ao conhecimento científico e tecnológico – inclusive em formato digital - e a possibilidade, para todas as culturas, de estar presentes nos meios de expressão e de difusão, são garantias da diversidade cultural.

DIVERSIDADE CULTURAL E CRIATIVIDADE

Artigo 7 – O património cultural, fonte da criatividade

Toda criação tem suas origens nas tradições culturais, porém se desenvolve plenamente em contato com outras. Essa é a razão pela qual o património, em todas suas formas, deve ser preservado, valorizado e transmitido às gerações futuras como testemunho da experiência e das aspirações humanas, a fim de nutrir a criatividade em toda sua diversidade e estabelecer um verdadeiro diálogo entre as culturas.

Artigo 8 – Os bens e serviços culturais, mercadorias distintas das demais

Frente às mudanças económicas e tecnológicas atuais, que abrem vastas perspectivas para a criação e a inovação, deve-se prestar uma particular atenção à diversidade da oferta criativa, ao justo reconhecimento dos direitos dos autores e artistas, assim como ao carácter específico dos bens e serviços culturais que, na medida em que são portadores de identidade, de valores e sentido, não devem ser considerados como mercadorias ou bens de consumo como os demais.

Artigo 9 – As políticas culturais, catalisadoras da criatividade

As políticas culturais, enquanto assegurem a livre circulação das ideias e das obras, devem criar condições propícias para a produção e a difusão de bens e serviços culturais diversificados, por meio de indústrias culturais que disponham de meios para desenvolver-se nos planos local e mundial. Cada Estado deve, respeitando suas obrigações internacionais, definir sua política cultural e aplicá-la, utilizando-se dos meios de ação que julgue mais adequados, seja na forma de apoios concretos ou de marcos reguladores apropriados.

DIVERSIDADE CULTURAL E SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL

Artigo 10 – Reforçar as capacidades de criação e de difusão em escala mundial

Ante os desequilíbrios atualmente produzidos no fluxo e no intercâmbio de bens culturais em escala mundial, é necessário reforçar a cooperação e a solidariedade internacionais destinadas a permitir que todos os países, em particular os países em desenvolvimento e os países em transição, estabeleçam indústrias culturais viáveis e competitivas nos planos nacional e internacional.

Artigo 11 – Estabelecer parcerias entre o setor público, o setor privado e a sociedade civil

As forças do mercado, por si sós, não podem garantir a preservação e promoção da diversidade cultural, condição de um desenvolvimento humano sustentável. Desse ponto de vista, convém fortalecer a função primordial das políticas públicas, em parceria com o setor privado e a sociedade civil.

Artigo 12 – A função da UNESCO

A UNESCO, por virtude de seu mandato e de suas funções, tem a responsabilidade de:

- a) promover a incorporação dos princípios enunciados na presente Declaração nas estratégias de desenvolvimento elaboradas no seio das diversas entidades intergovernamentais;
- b) servir de instância de referência e de articulação entre os Estados, os organismos internacionais governamentais e não governamentais, a sociedade civil e o setor privado para a elaboração conjunta de conceitos, objetivos e políticas em favor da diversidade cultural;
- c) dar seguimento a suas atividades normativas, de sensibilização e de desenvolvimento de capacidades nos âmbitos relacionados com a presente Declaração dentro de suas esferas de competência;
- d) facilitar a aplicação do Plano de Ação, cujas linhas gerais se encontram apenas à presente Declaração.

Anexo 7 - Declaração universal dos direitos humanos

PREÂMBULO

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo;

Considerando que o desconhecimento e o desprezo dos direitos do homem conduziram a atos de barbárie que revoltam a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os seres humanos sejam livres de falar e de crer, libertos do terror e da miséria, foi proclamado como a mais alta inspiração do homem;

Considerando que é essencial a proteção dos direitos do homem através de um regime de direito, para que o homem não seja compelido, em supremo recurso, à revolta contra a tirania e a opressão;

Considerando que é essencial encorajar o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações;

Considerando que, na Carta, os povos das Nações Unidas proclamam, de novo, a sua fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres e se declararam resolvidos a favorecer o progresso social e a instaurar melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla;

Considerando que os Estados membros se comprometeram a promover, em cooperação com a Organização das Nações Unidas, o respeito universal e efetivo dos direitos do homem e das liberdades fundamentais;

Considerando que uma concepção comum destes direitos e liberdades é da mais alta importância para dar plena satisfação a tal compromisso:

A ASSEMBLEIA GERAL

Proclama a presente Declaração Universal dos Direitos do Homem como ideal comum a atingir por todos os povos e todas as nações, a fim de que todos os indivíduos e todos os órgãos da sociedade, tendo-a constantemente no espírito, se esforcem, pelo ensino e pela educação, por desenvolver o respeito desses direitos e liberdades e por promover, por medidas progressivas

de ordem nacional e internacional, o seu reconhecimento e a sua aplicação universais e efetivos tanto entre as populações dos próprios Estados membros como entre as dos territórios colocados sob a sua jurisdição.

ARTIGO 1.º

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.

ARTIGO 2.º

Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autónomo ou sujeito a alguma limitação de soberania.

ARTIGO 3.º

Todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

ARTIGO 4.º

Ninguém será mantido em escravatura ou em servidão; a escravatura e o trato dos escravos, sob todas as formas, são proibidos.

ARTIGO 5.º

Ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

ARTIGO 6.º

Todos os indivíduos têm direito ao reconhecimento em todos os lugares da sua personalidade jurídica.

ARTIGO 7.º

Todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual proteção da lei. Todos têm direito a proteção igual contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

ARTIGO 8.º

Toda a pessoa tem direito a recurso efetivo para as jurisdições nacionais competentes contra os atos que violem os direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição ou pela lei.

ARTIGO 9.º

Ninguém pode ser arbitrariamente preso, detido ou exilado.

ARTIGO 10.º

Toda a pessoa tem direito, em plena igualdade, a que a sua causa seja equitativa e publicamente julgada por um tribunal independente e imparcial que decida dos seus direitos e obrigações ou das razões de qualquer acusação em matéria penal que contra ela seja deduzida.

ARTIGO 11.º

1. Toda a pessoa acusada de um ato delituoso presume-se inocente até que a sua culpabilidade fique legalmente provada no decurso de um processo público em que todas as garantias necessárias de defesa lhe sejam asseguradas.

2. Ninguém será condenado por ações ou omissões que, no momento da sua prática, não constituíam ato delituoso à face do direito interno ou internacional. Do mesmo modo, não será infligida pena mais grave do que a que era aplicável no momento em que o ato delituoso foi cometido.

ARTIGO 12.º

Ninguém sofrerá intromissões arbitrárias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem ataques à sua honra e reputação. Contra tais intromissões ou ataques toda a pessoa tem direito a proteção da lei.

ARTIGO 13.º

1. Toda a pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado.

2. Toda a pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país.

ARTIGO 14.º

1. Toda a pessoa sujeita a perseguição tem o direito de procurar e de beneficiar de asilo em outros países.

2. Este direito não pode, porém, ser invocado no caso de processo realmente existente por crime de direito comum ou por atividades contrárias aos fins e aos princípios das Nações Unidas.

ARTIGO 15.º

1. Todo o indivíduo tem direito a ter uma nacionalidade.

2. Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua nacionalidade nem do direito de mudar de nacionalidade.

ARTIGO 16.º

1. A partir da idade núbil, o homem e a mulher têm o direito de casar e de constituir família, sem restrição alguma de raça, nacionalidade ou religião. Durante o casamento e na altura da sua dissolução, ambos têm direitos iguais.

2. O casamento não pode ser celebrado sem o livre e pleno consentimento dos futuros esposos.

3. A família é o elemento natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção desta e do Estado.

ARTIGO 17.º

1. Toda a pessoa, individual ou coletivamente, tem direito à propriedade.

2. Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua propriedade.

ARTIGO 18.º

Toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar a religião ou convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos.

ARTIGO 19.º

Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão.

ARTIGO 20.º

1. Toda a pessoa tem direito à liberdade de reunião e de associação pacíficas.
2. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

ARTIGO 21.º

1. Toda a pessoa tem o direito de tomar parte na direção dos negócios públicos do seu país, quer diretamente, quer por intermédio de representantes livremente escolhidos.
2. Toda a pessoa tem direito de acesso, em condições de igualdade, às funções públicas do seu país.
3. A vontade do povo é o fundamento da autoridade dos poderes públicos; e deve exprimir-se através de eleições honestas a realizar periodicamente por sufrágio universal e igual, com voto secreto ou segundo processo equivalente que salvaguarde a liberdade de voto.

ARTIGO 22.º

Toda a pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social; e pode legitimamente exigir a satisfação dos direitos económicos, sociais e culturais indispensáveis, graças ao esforço nacional e à cooperação internacional, de harmonia com a organização e os recursos de cada país.

ARTIGO 23.º

1. Toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego.

2. Todos têm direito, sem discriminação alguma, a salário igual por trabalho igual.

3. Quem trabalha tem direito a uma remuneração equitativa e satisfatória, que lhe permita e à sua família uma existência conforme com a dignidade humana, e completada, se possível, por todos os outros meios de proteção social.

4. Toda a pessoa tem o direito de fundar com outras pessoas sindicatos e de se filiar em sindicatos para a defesa dos seus interesses.

ARTIGO 24.º

Toda a pessoa tem direito ao repouso e aos lazeres e, especialmente, a uma limitação razoável da duração do trabalho e a férias periódicas pagas.

ARTIGO 25.º

1. Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade.

2. A maternidade e a infância têm direito a ajuda e a assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimónio, gozam da mesma proteção social.

ARTIGO 26.º

1. Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito.

2. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.

3. Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o género de educação a dar aos filhos.

ARTIGO 27.º

1. Toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam.

2. Todos têm direito à proteção dos interesses morais e materiais ligados a qualquer produção científica, literária ou artística da sua autoria.

ARTIGO 28.º

Toda a pessoa tem direito a que reine, no plano social e no plano internacional, uma ordem capaz de tornar plenamente efetivos os direitos e as liberdades enunciados na presente Declaração.

ARTIGO 29.º

1. O indivíduo tem deveres para com a comunidade, fora da qual não é possível o livre e pleno desenvolvimento da sua personalidade.

2. No exercício destes direitos e no gozo destas liberdades ninguém está sujeito senão às limitações estabelecidas pela lei com vista exclusivamente a promover o reconhecimento e o respeito dos direitos e liberdades dos outros e a fim de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar numa sociedade democrática.

3. Em caso algum estes direitos e liberdades poderão ser exercidos contrariamente aos fins e aos princípios das Nações Unidas.

ARTIGO 30.º

Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada de maneira a envolver para qualquer Estado, agrupamento ou indivíduo o direito de se entregar a alguma atividade ou de praticar algum ato destinado a destruir os direitos e liberdades aqui enunciados.

Anexo 8 - Convenção sobre os direitos da criança

Adotada e aberta à assinatura, ratificação e adesão pela resolução n.º 44/25 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 20 de novembro de 1989.

Entrada em vigor na ordem internacional: 2 de setembro de 1990, em conformidade com o artigo 49.º.

Portugal:

- Assinatura: 26 de janeiro de 1990;
- Aprovação para ratificação: Resolução da Assembleia da República n.º 20/90, de 12 de setembro, publicada no Diário da República, I Série A, n.º 211/90;
- Ratificação: Decreto do Presidente da República n.º 49/90, de 12 de setembro, publicado no Diário da República, I Série A, n.º 211/90;
- Depósito do instrumento de ratificação junto do Secretário-Geral das Nações Unidas: 21 de setembro de 1990;
- Aviso do depósito do instrumento de ratificação: Aviso do Ministério dos Negócios Estrangeiros publicado no Diário da República, I Série, n.º 248/90, de 26 de outubro;
- Entrada em vigor na ordem jurídica portuguesa: 21 de outubro de 1990;
- Portugal aceitou a emenda ao artigo 43.º, n.º 2 da Convenção (adotada pela Conferência dos Estados Partes a 12 de dezembro de 1995), disso tendo dado conta o aviso do Ministério dos Negócios Estrangeiros n.º 267/98, de 20 de novembro, publicado no Diário da República I Série-A, n.º 269/98.

[Estados partes](#): (informação disponível no website do Alto Comissariado para os Direitos Humanos das Nações Unidas)

A Assembleia Geral

Lembrando as suas resoluções anteriores, em especial as resoluções 33/166 de 20 de dezembro de 1978 e 43/112 de 8 de dezembro de 1988, e as resoluções da Comissão dos Direitos do Homem e do Conselho Económico e Social relativas à questão da elaboração de uma convenção sobre os direitos da criança,

Tomando nota, em particular, da resolução 1989/57 de 8 de março de 1989 (1) da Comissão dos Direitos do Homem pela qual a Comissão decidiu transmitir o projeto da Convenção sobre os Direitos da Criança, através do Conselho Económico e Social, à Assembleia Geral, bem como a resolução 1989/79 de 24 de maio de 1989 do Conselho Económico e Social.

Reafirmando que os Direitos da Criança exigem uma especial proteção e melhorias contínuas na situação das crianças em todo o mundo, bem como o seu desenvolvimento e a sua evolução em condições de paz e segurança.

Profundamente preocupada pelo facto de a situação das crianças permanecer crítica em muitas partes do mundo, como resultado de condições sociais inadequadas, calamidades naturais, conflitos armados, exploração, analfabetismo, fome e deficiências, e convicta de que é necessária uma ação nacional e internacional urgente e efetiva,

Consciente do importante papel do Fundo das Nações Unidas para as crianças e do papel das Nações Unidas na promoção do bem estar das crianças e do seu desenvolvimento,

Convicta de que uma convenção internacional sobre os direitos da criança, como uma realização das Nações Unidas no domínio dos direitos do homem, traria uma contribuição positiva à proteção dos direitos das crianças e à garantia do seu bem estar,

Consciente de que 1989 é o ano do trigésimo aniversário da Declaração sobre os Direitos da Criança (2) e o décimo aniversário do Ano Internacional da Criança,

1. *Exprime o seu apreço* pela conclusão da elaboração do texto da Convenção sobre os Direitos da Criança pela Comissão dos Direitos do Homem

2. *Adota* e abre à assinatura, ratificação e adesão a Convenção sobre os Direitos da criança contida no anexo à presente Resolução,

3. *Convida* os Estados membros a considerarem a possibilidade de assinatura e ratificação ou adesão à Convenção como prioridade e exprime o desejo de que ela entre em vigor no mais breve trecho,

4. *Solicita* ao Secretário Geral que forneça os meios e o auxílio necessários à difusão de informações sobre a Convenção,

5. *Convida* os serviços e organismos das Nações Unidas, bem como organizações intergovernamentais e não governamentais, a intensificarem os seus esforços com vista à difusão de informações sobre a Convenção e à promoção da sua compreensão,

6. *Solicita* ao Secretário-Geral que apresente um relatório sobre a situação da Convenção sobre os Direitos da Criança, à Assembleia Geral na sua quadragésima quinta sessão.

7. *Decide* considerar o relatório do Secretário-Geral na sua quadragésima quinta sessão sob o tema "Aplicação da Convenção sobre os Direitos da Criança"

61.^a

Reunião

Plenária

20 de novembro de 1989

ANEXO

Convenção sobre os Direitos da Criança *

Preâmbulo

Os Estados Partes na presente Convenção:

Considerando que, em conformidade com os princípios proclamados pela Carta das Nações Unidas, o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo;

Tendo presente que, na Carta, os povos das Nações Unidas proclamaram, de novo, a sua fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana e que resolveram favorecer o progresso social e instaurar melhores condições de vida numa liberdade mais ampla;

Reconhecendo que as Nações Unidas, na Declaração Universal dos Direitos do Homem (3) e nos pactos internacionais relativos aos direitos do homem (4), proclamaram e acordaram em que toda a pessoa humana pode invocar os direitos e liberdades aqui enunciados, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, nascimento ou de qualquer outra situação;

Recordando que, na Declaração Universal dos Direitos do Homem, a Organização das Nações Unidas proclamou que a infância tem direito a uma ajuda e assistência especiais;

Convictos de que a família, elemento natural e fundamental da sociedade e meio natural para o crescimento e bem-estar de todos os seus membros, e em particular das crianças, deve receber a proteção e a assistência necessárias para desempenhar plenamente o seu papel na comunidade;

Reconhecendo que a criança, para o desenvolvimento harmonioso da sua personalidade, deve crescer num ambiente familiar, em clima de felicidade, amor e compreensão;

Considerando que importa preparar plenamente a criança para viver uma vida individual na sociedade e ser educada no espírito dos ideais proclamados na Carta das Nações Unidas e, em particular, num espírito de paz, dignidade, tolerância, liberdade e solidariedade;

Tendo presente que a necessidade de garantir uma proteção especial à criança foi enunciada pela Declaração de Genebra de 1924 sobre os Direitos da Criança (5) e pela Declaração dos Direitos da Criança adotada pelas Nações Unidas em 1959 (2), e foi reconhecida pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, pelo Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (nomeadamente nos artigos 23.º e 24.º) 4, pelo Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (nomeadamente o artigo 10.º) e pelos estatutos e instrumentos pertinentes das agências especializadas e organizações internacionais que se dedicam ao bem-estar da criança;

Tendo presente que, como indicado na Declaração dos Direitos da Criança, adotada em 20 de novembro de 1959 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, «a criança, por motivo da sua falta de

maturidade física e intelectual, tem necessidade de uma proteção e cuidados especiais, nomeadamente de proteção jurídica adequada, tanto antes como depois do nascimento» (6) ;

Recordando as disposições da Declaração sobre os Princípios Sociais e Jurídicos Aplicáveis à Proteção e Bem-Estar das Crianças, com Especial Referência à Adoção e Colocação Familiar nos Planos Nacional e Internacional (7) (Resolução n.º 41/85 da Assembleia Geral, de 3 de dezembro de 1986), o Conjunto de Regras Mínimas das Nações Unidas relativas à Administração da Justiça para Menores («Regras de Beijing») (8) (Resolução n.º 40/33 da Assembleia Geral, de 29 de novembro de 1985) e a Declaração sobre Proteção de Mulheres e Crianças em Situação de Emergência ou de Conflito Armado (Resolução n.º 3318 (XXIX) da Assembleia Geral, de 14 de dezembro de 1974) (9);

Reconhecendo que em todos os países do mundo há crianças que vivem em condições particularmente difíceis e que importa assegurar uma atenção especial a essas crianças;

Tendo devidamente em conta a importância das tradições e valores culturais de cada povo para a proteção e o desenvolvimento harmonioso da criança;

Reconhecendo a importância da cooperação internacional para a melhoria das condições de vida das crianças em todos os países, em particular nos países em desenvolvimento;

Acordam no seguinte:

PARTE I

Artigo 1.º

Nos termos da presente Convenção, criança é todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo.

Artigo 2.º

1. Os Estados Partes comprometem-se a respeitar e a garantir os direitos previstos na presente Convenção a todas as crianças que se encontrem sujeitas à sua jurisdição, sem discriminação alguma, independentemente de qualquer consideração de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou

outra da criança, de seus pais ou representantes legais, ou da sua origem nacional, étnica ou social, fortuna, incapacidade, nascimento ou de qualquer outra situação.

2. Os Estados Partes tomam todas as medidas adequadas para que a criança seja efetivamente protegida contra todas as formas de discriminação ou de sanção decorrentes da situação jurídica, de atividades, opiniões expressas ou convicções de seus pais, representantes legais ou outros membros da sua família.

Artigo 3.º

1. Todas as decisões relativas a crianças, adotadas por instituições públicas ou privadas de proteção social, por tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, terão primordialmente em conta o interesse superior da criança.

2. Os Estados Partes comprometem-se a garantir à criança a proteção e os cuidados necessários ao seu bem-estar, tendo em conta os direitos e deveres dos pais, representantes legais ou outras pessoas que a tenham legalmente a seu cargo e, para este efeito, tomam todas as medidas legislativas e administrativas adequadas.

3. Os Estados Partes garantem que o funcionamento de instituições, serviços e estabelecimentos que têm crianças a seu cargo e asseguram que a sua proteção seja conforme às normas fixadas pelas autoridades competentes, nomeadamente nos domínios da segurança e saúde, relativamente ao número e qualificação do seu pessoal, bem como quanto à existência de uma adequada fiscalização.

Artigo 4.º

Os Estados Partes comprometem-se a tomar todas as medidas legislativas, administrativas e outras necessárias à realização dos direitos reconhecidos pela presente Convenção. No caso de direitos económicos, sociais e culturais, tomam essas medidas no limite máximo dos seus recursos disponíveis e, se necessário, no quadro da cooperação internacional.

Artigo 5.º

Os Estados Partes respeitam as responsabilidades, direitos e deveres dos pais e, sendo caso disso, dos membros da família alargada ou da comunidade nos termos dos costumes locais, dos

representantes legais ou de outras pessoas que tenham a criança legalmente a seu cargo, de assegurar à criança, de forma compatível com o desenvolvimento das suas capacidades, a orientação e os conselhos adequados ao exercício dos direitos que lhe são reconhecidos pela presente Convenção.

Artigo 6.º

1. Os Estados Partes reconhecem à criança o direito inerente à vida.
2. Os Estados Partes asseguram na máxima medida possível a sobrevivência e o desenvolvimento da criança.

Artigo 7.º

1. A criança é registada imediatamente após o nascimento e tem desde o nascimento o direito a um nome, o direito a adquirir uma nacionalidade e, sempre que possível, o direito de conhecer os seus pais e de ser educada por eles.
2. Os Estados Partes garantem a realização destes direitos de harmonia com a legislação nacional e as obrigações decorrentes dos instrumentos jurídicos internacionais relevantes neste domínio, nomeadamente nos casos em que, de outro modo, a criança ficasse apátrida.

Artigo 8.º

1. Os Estados Partes comprometem-se a respeitar o direito da criança e a preservar a sua identidade, incluindo a nacionalidade, o nome e relações familiares, nos termos da lei, sem ingerência ilegal.
2. No caso de uma criança ser ilegalmente privada de todos os elementos constitutivos da sua identidade ou de alguns deles, os Estados Partes devem assegurar-lhe assistência e proteção adequadas, de forma que a sua identidade seja restabelecida o mais rapidamente possível.

Artigo 9.º

1. Os Estados Partes garantem que a criança não é separada de seus pais contra a vontade destes, salvo se as autoridades competentes decidirem, sem prejuízo de revisão judicial e de harmonia com a legislação e o processo aplicáveis, que essa separação é necessária no interesse superior da criança.

Tal decisão pode mostrar-se necessária no caso de, por exemplo, os pais maltratarem ou negligenciarem a criança ou no caso de os pais viverem separados e uma decisão sobre o lugar da residência da criança tiver de ser tomada.

2. Em todos os casos previstos no n.º 1 todas as partes interessadas devem ter a possibilidade de participar nas deliberações e de dar a conhecer os seus pontos de vista.

3. Os Estados Partes respeitam o direito da criança separada de um ou de ambos os seus pais de manter regularmente relações pessoais e contactos directos com ambos, salvo se tal se mostrar contrário ao interesse superior da criança.

4. Quando a separação resultar de medidas tomadas por um Estado Parte, tais como a detenção, prisão, exílio, expulsão ou morte (incluindo a morte ocorrida no decurso de detenção, independentemente da sua causa) de ambos os pais ou de um deles, ou da criança, o Estado Parte, se tal lhe for solicitado, dará aos pais, à criança ou, sendo esse o caso, a um outro membro da família informações essenciais sobre o local onde se encontram o membro ou membros da família, a menos que a divulgação de tais informações se mostre prejudicial ao bem-estar da criança. Os Estados Partes comprometem-se, além disso, a que a apresentação de um pedido de tal natureza não determine em si mesmo consequências adversas para a pessoa ou pessoas interessadas.

Artigo 10.º

1. Nos termos da obrigação decorrente para os Estados Partes ao abrigo do n.º 1 do artigo 9.º, todos os pedidos formulados por uma criança ou por seus pais para entrar num Estado Parte ou para o deixar, com o fim de reunificação familiar, são considerados pelos Estados Partes de forma positiva, com humanidade e diligência. Os Estados Partes garantem, além disso, que a apresentação de um tal pedido não determinará consequências adversas para os seus autores ou para os membros das suas famílias.

2. Uma criança cujos pais residem em diferentes Estados Partes tem o direito de manter, salvo circunstâncias excepcionais, relações pessoais e contactos directos regulares com ambos. Para esse efeito, e nos termos da obrigação que decorre para os Estados Partes ao abrigo do n.º 2 do artigo 9.º, os Estados Partes respeitam o direito da criança e de seus pais de deixar qualquer país, incluindo o seu, e de regressar ao seu próprio país. O direito de deixar um país só pode ser objeto de restrições

que, sendo previstas na lei, constituam disposições necessárias para proteger a segurança nacional, a ordem pública, a saúde ou moral públicas, ou os direitos e liberdades de outrem, e se mostrem compatíveis com os outros direitos reconhecidos na presente Convenção.

Artigo 11.º

1. Os Estados Partes tomam as medidas adequadas para combater a deslocação e a retenção ilícitas de crianças no estrangeiro.
2. Para esse efeito, os Estados Partes promovem a conclusão de acordos bilaterais ou multilaterais ou a adesão a acordos existentes.

Artigo 12.º

1. Os Estados Partes garantem à criança com capacidade de discernimento o direito de exprimir livremente a sua opinião sobre as questões que lhe respeitem, sendo devidamente tomadas em consideração as opiniões da criança, de acordo com a sua idade e maturidade.
2. Para este fim, é assegurada à criança a oportunidade de ser ouvida nos processos judiciais e administrativos que lhe respeitem, seja diretamente, seja através de representante ou de organismo adequado, segundo as modalidades previstas pelas regras de processo da legislação nacional.

Artigo 13.º

1. A criança tem direito à liberdade de expressão. Este direito compreende a liberdade de procurar, receber e expandir informações e ideias de toda a espécie, sem considerações de fronteiras, sob forma oral, escrita, impressa ou artística ou por qualquer outro meio à escolha da criança.
2. O exercício deste direito só pode ser objeto de restrições previstas na lei e que sejam necessárias:
 - a) Ao respeito dos direitos e da reputação de outrem;
 - b) À salvaguarda da segurança nacional, da ordem pública, da saúde ou da moral públicas.

Artigo 14.º

1. Os Estados Partes respeitam o direito da criança à liberdade de pensamento, de consciência e de religião.
2. Os Estados Partes respeitam os direitos e deveres dos pais e, sendo caso disso, dos representantes legais, de orientar a criança no exercício deste direito, de forma compatível com o desenvolvimento das suas capacidades.
3. A liberdade de manifestar a sua religião ou as suas convicções só pode ser objeto de restrições previstas na lei e que se mostrem necessárias à proteção da segurança, da ordem e da saúde públicas, ou da moral e das liberdades e direitos fundamentais de outrem.

Artigo 15.º

1. Os Estados Partes reconhecem os direitos da criança à liberdade de associação e à liberdade de reunião pacífica.
2. O exercício destes direitos só pode ser objeto de restrições previstas na lei e que sejam necessárias, numa sociedade democrática, no interesse da segurança nacional ou da segurança pública, da ordem pública, para proteger a saúde ou a moral públicas ou os direitos e liberdades de outrem.

Artigo 16.º

1. Nenhuma criança pode ser sujeita a intromissões arbitrárias ou ilegais na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou correspondência, nem a ofensas ilegais à sua honra e reputação.
2. A criança tem direito à proteção da lei contra tais intromissões ou ofensas.

Artigo 17.º

Os Estados Partes reconhecem a importância da função exercida pelos órgãos de comunicação social e asseguram o acesso da criança à informação e a documentos provenientes de fontes nacionais e internacionais diversas, nomeadamente aqueles que visem promover o seu bem-estar social, espiritual e moral, assim como a sua saúde física e mental. Para esse efeito, os Estados Partes devem:

- a) Encorajar os órgãos de comunicação social a difundir informação e documentos que revistam utilidade social e cultural para a criança e se enquadrem no espírito do artigo 29.º;
- b) Encorajar a cooperação internacional tendente a produzir, trocar e difundir informação e documentos dessa natureza, provenientes de diferentes fontes culturais, nacionais e internacionais;
- c) Encorajar a produção e a difusão de livros para crianças;
- d) Encorajar os órgãos de comunicação social a ter particularmente em conta as necessidades linguísticas das crianças indígenas ou que pertençam a um grupo minoritário;
- e) Favorecer a elaboração de princípios orientadores adequados à proteção da criança contra a informação e documentos prejudiciais ao seu bem-estar, nos termos do disposto nos artigos 13.º e 18.º

Artigo 18.º

1. Os Estados Partes diligenciam de forma a assegurar o reconhecimento do princípio segundo o qual ambos os pais têm uma responsabilidade comum na educação e no desenvolvimento da criança. A responsabilidade de educar a criança e de assegurar o seu desenvolvimento cabe primacialmente aos pais e, sendo caso disso, aos representantes legais. O interesse superior da criança deve constituir a sua preocupação fundamental.
2. Para garantir e promover os direitos enunciados na presente Convenção, os Estados Partes asseguram uma assistência adequada aos pais e representantes legais da criança no exercício da responsabilidade que lhes cabe de educar a criança e garantem o estabelecimento de instituições, instalações e serviços de assistência à infância.
3. Os Estados Partes tomam todas as medidas adequadas para garantir às crianças cujos pais trabalhem o direito de beneficiar de serviços e instalações de assistência às crianças para os quais reúnam as condições requeridas.

Artigo 19.º

1. Os Estados Partes tomam todas as medidas legislativas, administrativas, sociais e educativas adequadas à proteção da criança contra todas as formas de violência física ou mental, dano ou sevícia, abandono ou tratamento negligente; maus tratos ou exploração, incluindo a violência sexual, enquanto se encontrar sob a guarda de seus pais ou de um deles, dos representantes legais ou de qualquer outra pessoa a cuja guarda haja sido confiada.

2. Tais medidas de proteção devem incluir, consoante o caso, processos eficazes para o estabelecimento de programas sociais destinados a assegurar o apoio necessário à criança e àqueles a cuja guarda está confiada, bem como outras formas de prevenção, e para identificação, elaboração de relatório, transmissão, investigação, tratamento e acompanhamento dos casos de maus tratos infligidos à criança, acima descritos, compreendendo igualmente, se necessário, processos de intervenção judicial.

Artigo 20.º

1. A criança temporária ou definitivamente privada do seu ambiente familiar ou que, no seu interesse superior, não possa ser deixada em tal ambiente tem direito à proteção e assistência especiais do Estado.

2. Os Estados Partes asseguram a tais crianças uma proteção alternativa, nos termos da sua legislação nacional.

3. A proteção alternativa pode incluir, entre outras, a forma de colocação familiar, a *kafala* do direito islâmico, a adoção ou, no caso de tal se mostrar necessário, a colocação em estabelecimentos adequados de assistência às crianças. Ao considerar tais soluções, importa atender devidamente à necessidade de assegurar continuidade à educação da criança, bem como à sua origem étnica, religiosa, cultural e linguística.

Artigo 21.º

Os Estados Partes que reconhecem e ou permitem a adoção asseguram que o interesse superior da criança será a consideração primordial neste domínio e:

a) Garantem que a adoção de uma criança é autorizada unicamente pelas autoridades competentes, que, nos termos da lei e do processo aplicáveis e baseando-se em todas as informações credíveis

relativas ao caso concreto, verificam que a adoção pode ter lugar face à situação da criança relativamente a seus pais, parentes e representantes legais e que, se necessário, as pessoas interessadas deram em consciência o seu consentimento à adoção, após se terem socorrido de todos os pareceres julgados necessários;

b) Reconhecem que a adoção internacional pode ser considerada como uma forma alternativa de proteção da criança se esta não puder ser objeto de uma medida de colocação numa família de acolhimento ou adotiva, ou se não puder ser convenientemente educada no seu país de origem;

c) Garantem à criança sujeito de adoção internacional o gozo das garantias e normas equivalentes às aplicáveis em caso de adoção nacional;

d) Tomam todas as medidas adequadas para garantir que, em caso de adoção internacional, a colocação da criança se não traduza num benefício material indevido para os que nela estejam envolvidos;

e) Promovem os objetivos deste artigo pela conclusão de acordos ou tratados bilaterais ou multilaterais, consoante o caso, e neste domínio procuram assegurar que as colocações de crianças no estrangeiro sejam efetuadas por autoridades ou organismos competentes.

Artigo 22.º

1. Os Estados Partes tomam as medidas necessárias para que a criança que requeira o estatuto de refugiado ou que seja considerada refugiado, de harmonia com as normas e processos de direito internacional ou nacional aplicáveis, quer se encontre só, quer acompanhada de seus pais ou de qualquer outra pessoa, beneficie de adequada proteção e assistência humanitária, de forma a permitir o gozo dos direitos reconhecidos pela presente Convenção e outros instrumentos internacionais relativos aos direitos do homem ou de carácter humanitário, de que os referidos Estados sejam Partes.

2. Para esse efeito, os Estados Partes cooperam, nos termos considerados adequados, nos esforços desenvolvidos pela Organização das Nações Unidas e por outras organizações intergovernamentais ou não governamentais competentes que colaborem com a Organização das Nações Unidas na proteção e assistência de crianças que se encontrem em tal situação, e na procura dos pais ou de

outros membros da família da criança refugiada, de forma a obter as informações necessárias à reunificação familiar. No caso de não terem sido encontrados os pais ou outros membros da família, a criança deve beneficiar, à luz dos princípios enunciados na presente Convenção, da proteção assegurada a toda a criança que, por qualquer motivo, se encontre privada temporária ou definitivamente do seu ambiente familiar.

Artigo 23.º

1. Os Estados Partes reconhecem à criança mental e fisicamente deficiente o direito a uma vida plena e decente em condições que garantam a sua dignidade, favoreçam a sua autonomia e facilitem a sua participação ativa na vida da comunidade.

2. Os Estados Partes reconhecem à criança deficiente o direito de beneficiar de cuidados especiais e encorajam e asseguram, na medida dos recursos disponíveis, a prestação à criança que reúna as condições requeridas e àqueles que a tenham a seu cargo de uma assistência correspondente ao pedido formulado e adaptada ao estado da criança e à situação dos pais ou daqueles que a tiverem a seu cargo.

3. Atendendo às necessidades particulares da criança deficiente, a assistência fornecida nos termos do n.º 2 será gratuita sempre que tal seja possível, atendendo aos recursos financeiros dos pais ou daqueles que tiverem a criança a seu cargo, e é concebida de maneira a que a criança deficiente tenha efetivo acesso à educação, à formação, aos cuidados de saúde, à reabilitação, à preparação para o emprego e a atividades recreativas, e beneficie desses serviços de forma a assegurar uma integração social tão completa quanto possível e o desenvolvimento pessoal, incluindo nos domínios cultural e espiritual.

4. Num espírito de cooperação internacional, os Estados Partes promovem a troca de informações pertinentes no domínio dos cuidados preventivos de saúde e do tratamento médico, psicológico e funcional das crianças deficientes, incluindo a difusão de informações respeitantes aos métodos de reabilitação e aos serviços de formação profissional, bem como o acesso a esses dados, com vista a permitir que os Estados Partes melhorem as suas capacidades e qualificações e alarguem a sua experiência nesses domínios. A este respeito atender-se-á de forma particular às necessidades dos países em desenvolvimento.

Artigo 24.º

1. Os Estados Partes reconhecem à criança o direito a gozar do melhor estado de saúde possível e a beneficiar de serviços médicos e de reeducação. Os Estados Partes velam pela garantia de que nenhuma criança seja privada do direito de acesso a tais serviços de saúde.

2. Os Estados Partes prosseguem a realização integral deste direito e, nomeadamente, tomam medidas adequadas para:

- a) Fazer baixar a mortalidade entre as crianças de tenra idade e a mortalidade infantil;
- b) Assegurar a assistência médica e os cuidados de saúde necessários a todas as crianças, enfatizando o desenvolvimento dos cuidados de saúde primários;
- c) Combater a doença e a má nutrição, no quadro dos cuidados de saúde primários, graças nomeadamente à utilização de técnicas facilmente disponíveis e ao fornecimento de alimentos nutritivos e de água potável, tendo em consideração os perigos e riscos da poluição do ambiente;
- d) Assegurar às mães os cuidados de saúde, antes e depois do nascimento;
- e) Assegurar que todos os grupos da população, nomeadamente os pais e as crianças, sejam informados, tenham acesso e sejam apoiados na utilização de conhecimentos básicos sobre a saúde e a nutrição da criança, as vantagens do aleitamento materno, a higiene e a salubridade do ambiente, bem como a prevenção de acidentes;
- f) Desenvolver os cuidados preventivos de saúde, os conselhos aos pais e a educação sobre planeamento familiar e os serviços respetivos.

3. Os Estados Partes tomam todas as medidas eficazes e adequadas com vista a abolir as práticas tradicionais prejudiciais à saúde das crianças.

4. Os Estados Partes comprometem-se a promover e a encorajar a cooperação internacional, de forma a garantir progressivamente a plena realização do direito reconhecido no presente artigo. A este respeito atender-se-á de forma particular às necessidades dos países em desenvolvimento.

Artigo 25.º

Os Estados Partes reconhecem à criança que foi objeto de uma medida de colocação num estabelecimento pelas autoridades competentes, para fins de assistência, proteção ou tratamento físico ou mental, o direito à revisão periódica do tratamento a que foi submetida e de quaisquer outras circunstâncias ligadas à sua colocação.

Artigo 26.º

1. Os Estados Partes reconhecem à criança o direito de beneficiar da segurança social e tomam todas as medidas necessárias para assegurar a plena realização deste direito, nos termos da sua legislação nacional.

2. As prestações, se a elas houver lugar, devem ser atribuídas tendo em conta os recursos e a situação da criança e das pessoas responsáveis pela sua manutenção, assim como qualquer outra consideração relativa ao pedido de prestação feito pela criança ou em seu nome.

Artigo 27.º

1. Os Estados Partes reconhecem à criança o direito a um nível de vida suficiente, de forma a permitir o seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social.

2. Cabe primacialmente aos pais e às pessoas que têm a criança a seu cargo a responsabilidade de assegurar, dentro das suas possibilidades e disponibilidades económicas, as condições de vida necessárias ao desenvolvimento da criança.

3. Os Estados Partes, tendo em conta as condições nacionais e na medida dos seus meios, tomam as medidas adequadas para ajudar os pais e outras pessoas que tenham a criança a seu cargo a realizar este direito e asseguram, em caso de necessidade, auxílio material e programas de apoio, nomeadamente no que respeita à alimentação, vestuário e alojamento.

4. Os Estados Partes tomam todas as medidas adequadas tendentes a assegurar a cobrança da pensão alimentar devida à criança, de seus pais ou de outras pessoas que tenham a criança economicamente a seu cargo, tanto no seu território quanto no estrangeiro. Nomeadamente, quando a pessoa que tem a criança economicamente a seu cargo vive num Estado diferente do da criança, os Estados Partes devem promover a adesão a acordos internacionais ou a conclusão de tais acordos, assim como a adoção de quaisquer outras medidas julgadas adequadas.

Artigo 28.º

1. Os Estados Partes reconhecem o direito da criança à educação e tendo, nomeadamente, em vista assegurar progressivamente o exercício desse direito na base da igualdade de oportunidades:

- a) Tornam o ensino primário obrigatório e gratuito para todos;
- b) Encorajam a organização de diferentes sistemas de ensino secundário, geral e profissional, tornam estes públicos e acessíveis a todas as crianças e tomam medidas adequadas, tais como a introdução da gratuidade do ensino e a oferta de auxílio financeiro em caso de necessidade;
- c) Tornam o ensino superior acessível a todos, em função das capacidades de cada um, por todos os meios adequados;
- d) Tornam a informação e a orientação escolar e profissional públicas e acessíveis a todas as crianças;
- e) Tomam medidas para encorajar a frequência escolar regular e a redução das taxas de abandono escolar.

2. Os Estados Partes tomam as medidas adequadas para velar por que a disciplina escolar seja assegurada de forma compatível com a dignidade humana da criança e nos termos da presente Convenção.

3. Os Estados Partes promovem e encorajam a cooperação internacional no domínio da educação, nomeadamente de forma a contribuir para a eliminação da ignorância e do analfabetismo no mundo e a facilitar o acesso aos conhecimentos científicos e técnicos e aos modernos métodos de ensino. A este respeito atender-se-á de forma particular às necessidades dos países em desenvolvimento.

Artigo 29.º

1. Os Estados Partes acordam em que a educação da criança deve destinar-se a :

- a) Promover o desenvolvimento da personalidade da criança, dos seus dons e aptidões mentais e físicos na medida das suas potencialidades;

b) Inculcar na criança o respeito pelos direitos do homem e liberdades fundamentais e pelos princípios consagrados na Carta das Nações Unidas;

c) Inculcar na criança o respeito pelos pais, pela sua identidade cultural, língua e valores, pelos valores nacionais do país em que vive, do país de origem e pelas civilizações diferentes da sua;

d) Preparar a criança para assumir as responsabilidades da vida numa sociedade livre, num espírito de compreensão, paz, tolerância, igualdade entre os sexos e de amizade entre todos os povos, grupos étnicos, nacionais e religiosos e com pessoas de origem indígena;

e) Promover o respeito da criança pelo meio ambiente.

2. Nenhuma disposição deste artigo ou do artigo 28.º pode ser interpretada de forma a ofender a liberdade dos indivíduos ou das pessoas coletivas de criar e dirigir estabelecimentos de ensino, desde que sejam respeitados os princípios enunciados no n.º 1 do presente artigo e que a educação ministrada nesses estabelecimentos seja conforme às regras mínimas prescritas pelo Estado.

Artigo 30.º

Nos Estados em que existam minorias étnicas, religiosas ou linguísticas ou pessoas de origem indígena, nenhuma criança indígena ou que pertença a uma dessas minorias poderá ser privada do direito de, conjuntamente com membros do seu grupo, ter a sua própria vida cultural, professar e praticar a sua própria religião ou utilizar a sua própria língua.

Artigo 31.º

1. Os Estados Partes reconhecem à criança o direito ao repouso e aos tempos livres, o direito de participar em jogos e atividades recreativas próprias da sua idade e de participar livremente na vida cultural e artística.

2. Os Estados Partes respeitam e promovem o direito da criança de participar plenamente na vida cultural e artística e encorajam a organização, em seu benefício, de formas adequadas de tempos livres e de atividades recreativas, artísticas e culturais, em condições de igualdade.

Artigo 32.º

1. Os Estados Partes reconhecem à criança o direito de ser protegida contra a exploração económica ou a sujeição a trabalhos perigosos ou capazes de comprometer a sua educação, prejudicar a sua saúde ou o seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social.

2. Os Estados Partes tomam medidas legislativas, administrativas, sociais e educativas para assegurar a aplicação deste artigo. Para esse efeito, e tendo em conta as disposições relevantes de outros instrumentos jurídicos internacionais, os Estados Partes devem, nomeadamente:

- a) Fixar uma idade mínima ou idades mínimas para a admissão a um emprego;
- b) Adotar regulamentos próprios relativos à duração e às condições de trabalho; e
- c) Prever penas ou outras sanções adequadas para assegurar uma efetiva aplicação deste artigo.

Artigo 33.º

Os Estados Partes adotam todas as medidas adequadas, incluindo medidas legislativas, administrativas, sociais e educativas para proteger as crianças contra o consumo ilícito de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas, tais como definidos nas convenções internacionais aplicáveis, e para prevenir a utilização de crianças na produção e no tráfico ilícitos de tais substâncias.

Artigo 34.º

Os Estados Partes comprometem-se a proteger a criança contra todas as formas de exploração e de violência sexuais. Para esse efeito, os Estados Partes devem, nomeadamente, tomar todas as medidas adequadas, nos planos nacional, bilateral e multilateral para impedir:

- a) Que a criança seja incitada ou coagida a dedicar-se a uma atividade sexual ilícita;
- b) Que a criança seja explorada para fins de prostituição ou de outras práticas sexuais ilícitas;
- c) Que a criança seja explorada na produção de espetáculos ou de material de natureza pornográfica.

Artigo 35.º

Os Estados Partes tomam todas as medidas adequadas, nos planos nacional, bilateral e multilateral, para impedir o rapto, a venda ou o tráfico de crianças, independentemente do seu fim ou forma.

Artigo 36.º

Os Estados Partes protegem a criança contra todas as formas de exploração prejudiciais a qualquer aspeto do seu bem-estar.

Artigo 37.º

Os Estados Partes garantem que:

- a) Nenhuma criança será submetida à tortura ou a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes. A pena de morte e a prisão perpétua sem possibilidade de libertação não serão impostas por infrações cometidas por pessoas com menos de 18 anos;
- b) Nenhuma criança será privada de liberdade de forma ilegal ou arbitrária: a captura, detenção ou prisão de uma criança devem ser conformes à lei, serão utilizadas unicamente como medida de último recurso e terão a duração mais breve possível;
- c) A criança privada de liberdade deve ser tratada com a humanidade e o respeito devidos à dignidade da pessoa humana e de forma consentânea com as necessidades das pessoas da sua idade. Nomeadamente, a criança privada de liberdade deve ser separada dos adultos, a menos que, no superior interesse da criança, tal não pareça aconselhável, e tem o direito de manter contacto com a sua família através de correspondência e visitas, salvo em circunstâncias excecionais;
- d) A criança privada de liberdade tem o direito de aceder rapidamente à assistência jurídica ou a outra assistência adequada e o direito de impugnar a legalidade da sua privação de liberdade perante um tribunal ou outra autoridade competente, independente e imparcial, bem como o direito a uma rápida decisão sobre tal matéria.

Artigo 38.º

1. Os Estados Partes comprometem-se a respeitar e a fazer respeitar as normas de direito humanitário internacional que lhes sejam aplicáveis em caso de conflito armado e que se mostrem relevantes para a criança.
2. Os Estados Partes devem tomar todas as medidas possíveis na prática para garantir que nenhuma criança com menos de 15 anos participe diretamente nas hostilidades.
3. Os Estados Partes devem abster-se de incorporar nas forças armadas as pessoas que não tenham a idade de 15 anos. No caso de incorporação de pessoas de idade superior a 15 anos e inferior a 18 anos, os Estados Partes devem incorporar prioritariamente os mais velhos.
4. Nos termos das obrigações contraídas à luz do direito internacional humanitário para a proteção da população civil em caso de conflito armado, os Estados Partes na presente Convenção devem tomar todas as medidas possíveis na prática para assegurar proteção e assistência às crianças afetadas por um conflito armado.

Artigo 39.º

Os Estados Partes tomam todas as medidas adequadas para promover a recuperação física e psicológica e a reinserção social da criança vítima de qualquer forma de negligência, exploração ou sevícias, de tortura ou qualquer outra pena ou tratamento cruéis, desumanos ou degradantes ou de conflito armado. Essas recuperação e reinserção devem ter lugar num ambiente que favoreça a saúde, o respeito por si próprio e a dignidade da criança.

Artigo 40.º

1. Os Estados Partes reconhecem à criança suspeita, acusada ou que se reconheceu ter infringido a lei penal o direito a um tratamento capaz de favorecer o seu sentido de dignidade e valor, reforçar o seu respeito pelos direitos do homem e as liberdades fundamentais de terceiros e que tenha em conta a sua idade e a necessidade de facilitar a sua reintegração social e o assumir de um papel construtivo no seio da sociedade.
2. Para esse feito, e atendendo às disposições pertinentes dos instrumentos jurídicos internacionais, os Estados Partes garantem, nomeadamente, que:

a) Nenhuma criança seja suspeita, acusada ou reconhecida como tendo infringido a lei penal por ações ou omissões que, no momento da sua prática, não eram proibidas pelo direito nacional ou internacional;

b) A criança suspeita ou acusada de ter infringido a lei penal tenha, no mínimo, direito às garantias seguintes:

i) Presumir-se inocente até que a sua culpabilidade tenha sido legalmente estabelecida;

ii) A ser informada pronta e diretamente das acusações formuladas contra si ou, se necessário, através de seus pais ou representantes legais, e beneficiar de assistência jurídica ou de outra assistência adequada para a preparação e apresentação da sua defesa;

iii) A sua causa ser examinada sem demora por uma autoridade competente, independente e imparcial ou por um tribunal, de forma equitativa nos termos da lei, na presença do seu defensor ou de outrem assegurando assistência adequada e, a menos que tal se mostre contrário ao interesse superior da criança, nomeadamente atendendo à sua idade ou situação, na presença de seus pais ou representantes legais;

iv) A não ser obrigada a testemunhar ou a confessar-se culpada; a interrogar ou fazer interrogar as testemunhas de acusação e a obter a comparência e o interrogatório das testemunhas de defesa em condições de igualdade;

v) No caso de se considerar que infringiu a lei penal, a recorrer dessa decisão e das medidas impostas em sequência desta para uma autoridade superior, competente, independente e imparcial, ou uma autoridade judicial, nos termos da lei;

vi) A fazer-se assistir gratuitamente por um intérprete, se não compreender ou falar a língua utilizada;

vii) A ver plenamente respeitada a sua vida privada em todos os momentos do processo.

3. Os Estados Partes procuram promover o estabelecimento de leis, processos, autoridades e instituições especificamente adequadas a crianças suspeitas, acusadas ou reconhecidas como tendo infringido a lei penal, e, nomeadamente:

a) O estabelecimento de uma idade mínima abaixo da qual se presume que as crianças não têm capacidade para infringir a lei penal;

b) Quando tal se mostre possível e desejável, a adoção de medidas relativas a essas crianças sem recurso ao processo judicial, assegurando-se o pleno respeito dos direitos do homem e das garantias previstas pela lei.

4. Um conjunto de disposições relativas, nomeadamente, à assistência, orientação e controlo, conselhos, regime de prova, colocação familiar, programas de educação geral e profissional, bem como outras soluções alternativas às institucionais, serão previstas de forma a assegurar às crianças um tratamento adequado ao seu bem-estar e proporcionado à sua situação e à infração.

Artigo 41.º

Nenhuma disposição da presente Convenção afeta as disposições mais favoráveis à realização dos direitos da criança que possam figurar:

a) Na legislação de um Estado Parte;

b) No direito internacional em vigor para esse Estado.

PARTE II

Artigo 42.º

Os Estados Partes comprometem-se a tornar amplamente conhecidos, por meios ativos e adequados, os princípios e as disposições da presente Convenção, tanto pelos adultos como pelas crianças.

Artigo 43.º

1. Com o fim de examinar os progressos realizados pelos Estados Partes no cumprimento das obrigações que lhes cabem nos termos da presente Convenção, é instituído um Comité dos Direitos da Criança, que desempenha as funções seguidamente definidas.

2. O Comité é composto de 10 peritos de alta autoridade moral e de reconhecida competência no domínio abrangido pela presente Convenção. Os membros do Comité são eleitos pelos Estados Partes de entre os seus nacionais e exercem as suas funções a título pessoal, tendo em consideração a necessidade de assegurar uma repartição geográfica equitativa e atendendo aos principais sistemas jurídicos.

3. Os membros do Comité são eleitos por escrutínio secreto de entre uma lista de candidatos designados pelos Estados Partes. Cada Estado Parte pode designar um perito de entre os seus nacionais.

4. A primeira eleição tem lugar nos seis meses seguintes à data da entrada em vigor da presente Convenção e, depois disso, todos os dois anos. Pelo menos quatro meses antes da data de cada eleição, o Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas convida, por escrito, os Estados Partes a proporem os seus candidatos num prazo de dois meses. O Secretário-Geral elabora, em seguida, a lista alfabética dos candidatos assim apresentados, indicando por que Estado foram designados, e comunica-a aos Estados Partes na presente Convenção.

5. As eleições realizam-se aquando das reuniões dos Estados Partes convocadas pelo Secretário-Geral para a sede da Organização das Nações Unidas. Nestas reuniões, em que o quórum é constituído por dois terços dos Estados Partes, são eleitos para o Comité os candidatos que obtiverem o maior número de votos e a maioria absoluta dos votos dos representantes dos Estados Partes presentes e votantes.

6. Os membros do Comité são eleitos por um período de quatro anos. São reelegíveis no caso de recandidatura. O mandato de cinco dos membros eleitos na primeira eleição termina ao fim de dois anos. O presidente da reunião tira à sorte, imediatamente após a primeira eleição, os nomes destes cinco elementos.

7. Em caso de morte ou de demissão de um membro do Comité ou se, por qualquer outra razão, um membro declarar que não pode continuar a exercer funções no seio do Comité, o Estado Parte que havia proposto a sua candidatura designa um outro perito, de entre os seus nacionais, para preencher a vaga até ao termo do mandato, sujeito a aprovação do Comité.

8. O Comité adota o seu regulamento interno.

9. O Comité elege o seu secretariado por um período de dois anos.

10. As reuniões do Comité têm habitualmente lugar na sede da Organização das Nações Unidas ou em qualquer outro lugar julgado conveniente e determinado pelo Comité. O Comité reúne em regra anualmente. A duração das sessões do Comité é determinada, e se necessário revista, por uma reunião dos Estados Partes na presente Convenção, sujeita à aprovação da Assembleia Geral.

11. O Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas põe à disposição do Comité o pessoal e as instalações necessárias para o desempenho eficaz das funções que lhe são confiadas ao abrigo da presente Convenção.

12. Os membros do Comité instituído pela presente Convenção recebem, com a aprovação da Assembleia Geral, emolumentos provenientes dos recursos financeiros das Nações Unidas, segundo as condições e modalidades fixadas pela Assembleia Geral.

Artigo 44.º

1. Os Estados Partes comprometem-se a apresentar ao Comité, através do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, relatórios sobre as medidas que hajam adotado para dar aplicação aos direitos reconhecidos pela Convenção e sobre os progressos realizados no gozo desses direitos:

a) Nos dois anos subsequentes à data da entrada em vigor da presente Convenção para os Estados Partes;

b) Em seguida, de cinco em cinco anos.

2. Os relatórios apresentados em aplicação do presente artigo devem indicar os fatores e as dificuldades, se a elas houver lugar, que impeçam o cumprimento, pelos Estados Partes, das obrigações decorrentes da presente Convenção. Devem igualmente conter informações suficientes para dar ao Comité uma ideia precisa da aplicação da Convenção no referido país.

3. Os Estados Partes que tenham apresentado ao Comité um relatório inicial completo não necessitam de repetir, nos relatórios subsequentes, submetidos nos termos do n.º 1, alínea b), as informações de base anteriormente comunicadas.

4. O Comité pode solicitar aos Estados Partes informações complementares relevantes para a aplicação da Convenção.

5. O Comité submete de dois em dois anos à Assembleia Geral, através do Conselho Económico e Social, um relatório das suas atividades.

6. Os Estados Partes asseguram aos seus relatórios uma larga difusão nos seus próprios países.

Artigo 45.º

De forma a promover a aplicação efetiva da Convenção e a encorajar a cooperação internacional no domínio coberto pela Convenção:

a) As agências especializadas, a UNICEF e outros órgãos das Nações Unidas podem fazer-se representar quando for apreciada a aplicação de disposições da presente Convenção que se inscrevam no seu mandato. O Comité pode convidar as agências especializadas, a UNICEF e outros organismos competentes considerados relevantes a fornecer o seu parecer técnico sobre a aplicação da convenção no âmbito dos seus respetivos mandatos. O Comité pode convidar as agências especializadas, a UNICEF e outros órgãos das Nações Unidas a apresentar relatórios sobre a aplicação da Convenção nas áreas relativas aos seus domínios de atividade;

b) O Comité transmite, se o julgar necessário, às agências especializadas, à UNICEF e a outros organismos competentes os relatórios dos Estados Partes que contenham pedidos ou indiquem necessidades de conselho ou de assistência técnicos, acompanhados de eventuais observações e sugestões do Comité relativos àqueles pedidos ou indicações;

c) O Comité pode recomendar à Assembleia Geral que solicite ao Secretário-Geral a realização, para o Comité, de estudos sobre questões específicas relativas aos direitos da criança;

d) O Comité pode fazer sugestões e recomendações de ordem geral com base nas informações recebidas em aplicação dos artigos 44.º e 45.º da presente Convenção. Essas sugestões e recomendações de ordem geral são transmitidas aos Estados interessados e levadas ao conhecimento da Assembleia Geral, acompanhadas, se necessário, dos comentários dos Estados Partes.

PARTE III

Artigo 46.º

A presente Convenção está aberta à assinatura de todos os Estados.

Artigo 47.º

A presente Convenção está sujeita a ratificação. Os instrumentos de ratificação serão depositados junto do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas.

Artigo 48.º

A presente Convenção está aberta a adesão de todos os Estados. A adesão far-se-á pelo depósito de um instrumento de adesão junto do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas.

Artigo 49.º

1. A presente Convenção entrará em vigor no 30.º dia após a data do depósito junto do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas do 20.º instrumento de ratificação ou de adesão.
2. Para cada um dos Estados que ratificarem a presente Convenção ou a ela aderirem após o depósito do 20.º instrumento de ratificação ou de adesão, a Convenção entrará em vigor no 30.º dia após a data do depósito, por parte desse Estado, do seu instrumento de ratificação ou de adesão.

Artigo 50.º

1. Qualquer Estado Parte pode propor uma emenda e depositar o seu texto junto do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas. O Secretário-Geral transmite, em seguida, a proposta de emenda aos Estados Partes na presente Convenção, solicitando que lhe seja comunicado se são favoráveis à convocação de uma conferência de Estados Partes para apreciação e votação da proposta. Se, nos quatro meses subsequentes a essa comunicação, pelo menos um terço dos Estados Partes se declarar a favor da realização da referida conferência, o Secretário-Geral convocá-la-á sob os auspícios da Organização das Nações Unidas. As emendas adotadas pela maioria dos Estados Partes presentes e votantes na conferência são submetidas à Assembleia Geral das Nações Unidas para aprovação.

2. As emendas adotadas nos termos do disposto no n.º 1 do presente artigo entram em vigor quando aprovadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas e aceites por uma maioria de dois terços dos Estados Partes.

3. Quando uma emenda entrar em vigor, terá força vinculativa para os Estados que a hajam aceite, ficando os outros Estados Partes ligados pelas disposições da presente Convenção e por todas as emendas anteriores que tenham aceite.

Artigo 51.º

1. O Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas recebe e comunica a todos os Estados o texto das reservas que forem feitas pelos Estados no momento da ratificação ou da adesão.

2. Não é autorizada nenhuma reserva incompatível com o objeto e com o fim da presente Convenção.

3. As reservas podem ser retiradas em qualquer momento por via de notificação dirigida ao Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, o qual informará todos os Estados Partes na Convenção. A notificação produz efeitos na data da sua receção pelo Secretário-Geral.

Artigo 52.º

Um Estado Parte pode denunciar a presente Convenção por notificação escrita dirigida ao Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas. A denúncia produz efeitos um ano após a data de receção da notificação pelo Secretário-Geral.

Artigo 53.º

O Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas é designado como depositário da presente Convenção.

Artigo 54.º

A presente Convenção, cujos textos em inglês, árabe, chinês, espanhol, francês e russo fazem igualmente fé, será depositada junto do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas.

Em fé do que os plenipotenciários abaixo assinados, devidamente habilitados pelos seus governos respectivos, assinaram a Convenção.

Anexo 9 - Planificação global das sessões

1ª Parte				
Sessões	Duração	Objetivos	Interdisciplinaridade	Recursos
1ª Sessão: “As cores do Mundo”	90 Minutos	<ul style="list-style-type: none"> •Motivar para lidar com diferentes línguas e culturas numa educação para a cidadania e para o diálogo intercultural; •Fomentar a inserção da criança em grupos sociais diversos, no respeito pela pluralidade das culturas, favorecendo uma progressiva consciência como membro da sociedade; •Fomentar na criança o reconhecimento e valorização da diversidade de características e hábitos de outras pessoas e grupos. 	Formação Pessoal e Social Expressão e Comunicação - Linguagem oral Conhecimento do Mundo	Livro – “Meninos de todas as cores”, Luísa Ducla Soares; Imagens 4 crianças; Imagens de Animais; Imagens de folhas de árvore em papel; Régua da Cidadania; Mapa Mundo; Globo terrestre; Cartões coloridos; Fichas de registo; Plasticina; Lápis de Cor; Canetas.
2ª Sessão: “A diversidade do planeta”	90 Minutos	<ul style="list-style-type: none"> •Desenvolver a expressão e a comunicação através de linguagens múltiplas como meios de relação, de informação, de sensibilização estética e de compreensão do mundo; •Fomentar na criança o reconhecimento da diversidade de características e hábitos de animais e plantas, em que a criança manifeste atitudes de respeito pela diversidade; •Promover a criatividade e a imaginação. 		
3ª Sessão: “Os problemas do planeta – saber conviver”	90 Minutos	Preparar os alunos para os novos desafios de forma a contribuir para a construção de um futuro mais solidário e sustentável; <ul style="list-style-type: none"> •Alertar para a necessidade de se viver num ambiente saudável e para os perigos da poluição; •Consciencializar para um ambiente limpo; •Promover a criatividade e a imaginação; •Sensibilizar a criança a manifestar comportamentos de 		

		<p>preocupação com a conservação da natureza e respeito pelo ambiente, indicando algumas práticas adequadas;</p> <ul style="list-style-type: none"> •Fomentar na criança a importância da separação dos resíduos sólidos domésticos, levando-a a identificar os materiais a colocar em cada um dos ecopontos. 		
4ª Sessão: “A régua da cidadania”	90 Minutos	<p>Preparar os alunos para os novos desafios de forma a contribuir para a construção de um futuro mais solidário e sustentável;</p> <p>Alertar para a necessidade de se viver num ambiente saudável e para os perigos da poluição;</p> <p>Sensibilizar a criança a manifestar comportamentos de preocupação com a conservação da natureza e respeito pelo ambiente, indicando algumas práticas adequadas.</p>		
2ª Parte				
Sessões	Duração	Objetivos	Interdisciplinaridade	Recursos
5ª Sessão: “Os direitos num mundo colorido”	90 Minutos	<ul style="list-style-type: none"> •Desenvolver a consciência de si e do outro; •Contribuir para a interiorização de valores (família, partilha, cooperação, solidariedade, tolerância); •Sensibilizar para a necessidade de adoção de comportamentos de respeito pelo outro, liberdade; •Sensibilizar para a importância de reconhecer, aceitar e ajudar os outros com capacidades e necessidades diferentes; •Educar para a cidadania, promovendo atitudes e comportamentos de cidadãos conscientes e participativos. 	<p>Formação Pessoal e Social</p> <p>Expressão e Comunicação</p> <p>- Linguagem oral</p> <p>Conhecimento do Mundo</p>	<p>Livro – “Meninos de todas as cores”, Luísa Ducla Soares;</p> <p>Imagens 4 crianças;</p> <p>Imagens de Animais;</p> <p>Imagens de folhas de árvore em papel;</p> <p>Régua da Cidadania;</p> <p>Mapa Mundo;</p> <p>Globo terrestre;</p> <p>Cartões coloridos;</p>
6ª Sessão: “O livro das línguas”	90 Minutos	<ul style="list-style-type: none"> •Desenvolver a consciência de si e do outro; •Levar as crianças a reconhecer o valor da amizade; •Sensibilizar para a necessidade de adoção de comportamentos reveladores de emergência de valores como: respeito pelo outro, liberdade...; •Sensibilizar para a importância de reconhecimento e respeito das várias línguas além da sua; •Contribuir para o enriquecimento linguístico e cultural 		

		<p>de cada criança;</p> <ul style="list-style-type: none"> •Sensibilizar para a preservação de todas as línguas e da diversidade; •Educar para a cidadania, promovendo atitudes e comportamentos de cidadãos conscientes e participativos. 		Fichas de registo; Plasticina; Lápis de Cor; Canetas.
7ª Sessão: “De olho nas culturas”	90 Minutos	<p>Desenvolver a consciência de si e do outro;</p> <ul style="list-style-type: none"> •Sensibilizar para a importância de reconhecimento e respeito das várias línguas além da sua; •Contribuir para o enriquecimento linguístico e cultural de cada criança; •Sensibilizar para a preservação de todas as línguas e da diversidade; •Educar para a cidadania, promovendo atitudes e comportamentos de cidadãos conscientes e participativos. 		
8ª Sessão: “A árvore dos direitos”	90 Minutos	<ul style="list-style-type: none"> •Desenvolver a consciência de si e do outro; •Contribuir para a interiorização de valores (família, partilha, cooperação, solidariedade, tolerância); •Sensibilizar para a necessidade de adoção de comportamentos de respeito pelo outro, liberdade; •Sensibilizar para a importância de reconhecer, aceitar e ajudar os outros com capacidades e necessidades diferentes; •Educar para a cidadania, promovendo atitudes e comportamentos de cidadãos conscientes e participativos. 		

Anexo 10 - Planificação das sessões com objetivos e descrição pormenorizada

1ª Sessão	
As cores do planeta	
Objetivos Principais	Descrição pormenorizada
<ul style="list-style-type: none"> • Motivar para lidar com diferentes línguas e culturas numa educação para a cidadania e para o diálogo intercultural; • Fomentar a inserção da criança em grupos sociais diversos, no respeito pela pluralidade das culturas, favorecendo uma progressiva consciência como membro da sociedade; • Fomentar na criança o reconhecimento e valorização da diversidade de características e hábitos de outras pessoas e grupos. 	<p>O projeto será iniciado pela leitura da história “Meninos de todas as cores” da Luísa Ducla Soares. A história será explorada relativamente às cores, ao planeta e às línguas selecionadas (Português, Mandarim; Crioulo da Guiné-Bissau e Quechua), onde será visto com as crianças o nome de cada menino tratado na história.</p> <p>Os continentes usados serão apenas quatro (Europa- português; Ásia- Mandarim; África- Crioulo da Guiné-Bissau; América- Quechua). Nesta sessão será apresentado o Mapa-múndi com as cores de cada criança (branco, amarelo, vermelho e castanho), idêntico ao que aparece na história, este mapa será afixado na sala. Cada criança irá colocar em cada continente a imagem da respetiva criança com as mesmas características dos que são retratados no livro. Será apresentado o globo terrestre, para que as crianças percebam que a terra é redonda em forma de esfera e não plana, como é apresentado no planisfério.</p> <p>Ainda em grande grupo, será debatido que estes meninos podem estar em qualquer continente e que podem estar todos misturados.</p> <p>Será apresentada o tema/palavra do dia, em que o luka vai ensinar as cores na língua quechua, (oral e escrito no quadro com cartões de cada cor: laranja, vermelho, preto, castanho, branco, azul, cor-de-rosa e amarelo).No final cada criança faz um desenho do que vivenciou.</p>

2ª Sessão	
A diversidade do planeta	
Objetivos Principais	Descrição pormenorizada
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver a expressão e a comunicação através de linguagens múltiplas como meios de relação, de informação, de sensibilização estética e de compreensão do mundo; • Fomentar na criança o reconhecimento da diversidade de características e hábitos de animais e plantas, em que a criança manifeste atitudes de respeito pela diversidade; • Promover a criatividade e a imaginação. 	<p>Na segunda sessão será relembrada a história da 1ª sessão e será explorada a diversidade dos animais e das plantas no mundo e dos animais em vias de extinção a partir da mesma história.</p> <p>Em grande grupo haverá um diálogo sobre os animais/ plantas apresentando alguns animais/ plantas e as características deles (habitat, alimentação...).</p> <p>Com o mesmo Mapa-múndi, utilizado na primeira sessão, previamente colocámos as imagens de vários animais e plantas nos respetivos continentes, para na sessão seguinte ser tratada a extinção dos animais. Será relembrado apenas quatro cores que o luka ensinou na sessão anterior (amarelo, vermelho, castanho e branco).</p> <p>Nesta sessão o tema/palavra do dia é a Jia li que vai apresentar, sendo que vai ensinar os nomes dos animais na língua mandarim. Após este momento serão exploradas as cores do planeta, dos animais e das plantas, será entregue a cada criança um pedaço pequeno de plasticina, de várias cores. As crianças ao mexerem e misturarem as cores vão formar uma bola apenas de uma cor. Teremos que chegar à conclusão e alertar para que se não cuidarmos e não respeitarmos a diversidade de cores que existe no nosso planeta ele fica sem cor e sem diversidade. No fim as crianças fazem o registo gráfico de toda esta sessão.</p>

3ª Sessão	
O planeta e os problemas ambientais	
Objetivos Principais	Descrição pormenorizada
<ul style="list-style-type: none"> • Preparar os alunos para os novos desafios de forma a contribuir para a construção de um futuro mais solidário e sustentável. • Alertar para a necessidade de se viver num ambiente saudável e para os perigos da poluição; • Consciencializar para um ambiente limpo; • Promover a criatividade e a imaginação; • Sensibilizar a criança a manifestar comportamentos de preocupação com a conservação da natureza e respeito pelo ambiente, indicando algumas práticas adequadas; <p>Fomentar na criança a importância da separação dos resíduos sólidos domésticos, no qual venha a identificar os materiais a colocar em cada um dos ecopontos.</p>	<p>A sessão iniciar-se-á com o conto da história “A floresta está em perigo” e serão trabalhados os aspetos da história (explicar que os problemas fazem com que alguns animais e plantas desapareçam e que algumas pessoas tenham que mudar de local. Essa mudança leva a que tenham que aprender outras línguas para poderem comunicar).</p> <p>Retirar do mesmo mapa-múndi alguns animais, para que as crianças percebam o sentido de extinção e de desaparecimento das espécies.</p> <p>Abordaremos algumas situações pertinentes, tais como: As pessoas também têm que mudar de local, quando não tem condições para viver no sítio onde nasceram; Que vivemos todos misturados e em qualquer parte podemos encontrar pessoas de todas as cores e línguas; Alguns problemas ambientais fazem com que as espécies desapareçam e por isso entrem em extinção e que por isso há necessidade de preservar o ambiente que nos rodeia e de cuidar dos animais para que a diversidade não desapareça.</p> <p>O tema/palavra do dia desta sessão é o Djuma a apresentar algumas palavras na língua crioulo da Guiné-Bissau (terra, planta, animal).</p> <p>No final falaremos dos direitos do Planeta, registando em várias folhas para se construir uma árvore de direitos do planeta, em que cada criança diz uma frase sobre a proteção do planeta e das espécies. Cada criança faz um registo gráfico da história e das atividades realizadas.</p>

4ª Sessão	
A régua da cidadania	
Objetivos Principais	Descrição pormenorizada
<ul style="list-style-type: none"> • Preparar os alunos para os novos desafios de forma a contribuir para a construção de um futuro mais solidário e sustentável; • Alertar para a necessidade de se viver num ambiente saudável e para os perigos da poluição; <p>Sensibilizar a criança a manifestar comportamentos de preocupação com a conservação da natureza e respeito pelo ambiente, indicando algumas práticas adequadas.</p>	<p>Esta sessão iniciar-se-á com a exploração da capa e a leitura da história “Sim, eu posso! Ajudar a salvar o Planeta” de Emma Brownjohn. Após este momento, será explorado em grande grupo o conteúdo desta história, como por exemplo, o que está a acontecer ao planeta; o que podemos fazer para ajudar, em casa, na escola, no jardim, nas viagens...</p> <p>De seguida será a vez do Miguel lançar o desafio, que consiste em preencher /apresentar a régua de cidadania. Depois de apresentarmos a régua de cidadania, com 150cm de altura, que servirá como um resumo de todas estas sessões e que tem as medidas de comprimento à escala. Em grande grupo será preenchida uma régua e, posteriormente, as outras serão distribuídas pelas crianças agrupadas em grupos de 4 / 5 crianças, sendo uma régua para cada grupo. A régua é constituída por um texto, a carta da terra, adaptada às crianças, com espaços para elas preencherem; uma imagem, onde as crianças tinham que desenhar o planeta; quatro caixas, onde cada criança dizia uma frase sobre o planeta, o que fazer para proteger o planeta, entre outras ideias que elas tivessem e, por fim, as crianças assinavam a sua respetiva régua. Estas régua serão afixadas na sala de aula do jardim de infância, pois servirão para as crianças se medirem.</p>

5ª Sessão	
Os direitos num mundo colorido	
Objetivos Principais	Descrição pormenorizada
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver a consciência de si e do outro; • Contribuir para a interiorização de valores (família, partilha, cooperação, solidariedade, tolerância); • Sensibilizar para a necessidade de adoção de comportamentos de respeito pelo outro, liberdade; • Sensibilizar para a importância de reconhecer, aceitar e ajudar os outros com capacidades e necessidades diferentes; <p>Educar para a cidadania, promovendo atitudes e comportamentos de cidadãos conscientes e participativos;</p>	<p>A 5ª sessão iniciar-se-á fazendo, juntamente com as crianças, um breve resumo do que foi tratado nas três primeiras sessões. Após esse resumo, é apresentado o livro “Direitos da Criança” ao grupo explorando primeiro a capa com o intuito de identificar o que vai ser tratado ao longo do livro.</p> <p>No momento seguinte é lida a história, colocando-se algumas questões relativas às ilustrações do livro. Terminada a história é feita a exploração da mesma com interpretação das ilustrações e com questões feitas por mim, com enfoque para as cores existentes ao longo de todo o livro e às associações feitas (p.e. “vermelho dos desertos”).</p> <p>Após este momento de exploração serão introduzidos os direitos, primeiramente de uma forma muito geral, para que percebam o significado da palavra(o que é afinal um direito e quais as finalidades), far-se-á com situações reais e, num segundo momento, introduzem-se os direitos da criança. A identificação dos mesmos será feita com a ajuda das crianças, recorrendo a imagens e pedindo que descrevam o que está a acontecer nas mesmas (correto ou errado).</p> <p>Por fim é elaborada uma lista dos direitos identificados pelas crianças e afixados num cartaz.</p>

6ª Sessão	
O livro das línguas	
Objetivos Principais	Descrição pormenorizada
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver a consciência de si e do outro; • Levar as crianças a reconhecer o valor da amizade; • Sensibilizar para a necessidade de adoção de comportamentos reveladores de emergência de valores como: respeito pelo outro, liberdade... ; • Sensibilizar para a importância de reconhecimento e respeito das várias línguas além da sua; • Contribuir para o enriquecimento linguístico e cultural de cada criança; • Sensibilizar para a preservação de todas as línguas e da diversidade; • Educar para a cidadania, promovendo atitudes e comportamentos de cidadãos conscientes e participativos. 	<p>No início desta sessão, tal como nas anteriores, é feito um resumo da sessão anterior para que todas as temáticas tratadas sejam recordadas e possam estar presentes, uma vez que todas as sessões estão relacionadas. Após o resumo apresentarei um novo livro às crianças, designado “O livro das Línguas”. Iniciarei a exploração do mesmo através da capa, onde estão presentes os quatro meninos já apresentados nas primeiras sessões pela Susana (o Miguel, a Jai Li, o Djuma, o Iuka) e pedirei ainda que identifiquem o número de palavras do título do livro. Depois desta pequena introdução, será dada uma missão ao grupo. Esta consiste em ajudar os quatro amigos visto que precisam da nossa colaboração para terminar o livro, que contém espaços em branco para serem preenchidos. Assim, o livro inicia-se com a apresentação dos meninos e das línguas que estes falam. De seguida é feito o levantamento das línguas faladas pelo grupo, das línguas que já ouviram, e por fim quais as línguas que gostavam de aprender, registando-as no local destinado.</p> <p>Depois deste registo será questionado às crianças o que é uma língua e para que serve, a importância da língua e, se estas se podem extinguir e o motivo disso acontecer. Por fim será feito o registo do que do poderá ser feito para preservar as línguas.</p>

7ª Sessão	
De olho nas culturas	
Objetivos Principais	Descrição pormenorizada
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver a consciência de si e do outro; • Sensibilizar para a importância de reconhecimento e respeito das várias línguas além da sua; • Contribuir para o enriquecimento linguístico e cultural de cada criança; • Sensibilizar para a preservação de todas as línguas e da diversidade; <p>Educar para a cidadania, promovendo atitudes e comportamentos de cidadãos conscientes e participativos.</p>	<p>Na sétima sessão será mais uma vez feito um breve resumo da sessão anterior, com especial enfoque para as personagens e as suas línguas, e por fim os direitos linguísticos feitos pelo grupo.</p> <p>Será então utilizado um documento em Powerpoint com imagens que caracterizam as culturas da Jai Li, do Djuma e do luka, como a língua e bandeira, onde se localiza o seu país de origem, tipo de habitação, vestuário, alimentação, música e religião. No caso da Jai Li, poderão ainda ouvir uma mensagem em chinês. Ao longo do documento, farei comparações juntamente com o grupo, com a nossa cultura, apelando às diferenças existentes.</p> <p>Por fim deixarei em aberto a abordagem à cultura do Miguel, sendo que este personagem “vive” em Portugal, e as características da cultura do mesmo serão definidas pelas crianças.</p>

8ª Sessão	
A árvore dos direitos	
Objetivos Principais	Descrição pormenorizada
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver a consciência de si e do outro; • Contribuir para a interiorização de valores (família, partilha, cooperação, solidariedade, tolerância); • Sensibilizar para a necessidade de adoção de comportamentos de respeito pelo outro, liberdade; • Sensibilizar para a importância de reconhecer, aceitar e ajudar os outros com capacidades e necessidades diferentes; • Educar para a cidadania, promovendo atitudes e comportamentos de cidadãos conscientes e participativos. 	<p>A última sessão iniciar-se-á com um breve resumo sobre as sessões anteriores, com realce na sessão onde foram abordados os direitos da criança. Após esta reflexão com o grupo, ser-lhe-ão mostradas imagens onde estão duas crianças a segurar num círculo e este encontra-se vazio. Pedirei a cada criança que refira um direito e registarei no círculo. Posteriormente poderão pintar a imagem a seu gosto e por fim esta será colada na árvore em cartolina que já se encontra recortada.</p>

Anexo 11 - Tabelas de análise de níveis de implicação das crianças na 1ª sessão

	C1			C2			C3		
	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto
Concentração	X				X				X
Energia		X				X		X	
Expressão Facial e postural		X			X			X	
Persistência									
Tempo de reação	X				X				X

	C4			C5			C6		
	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto
Concentração		X				X	X		
Energia		X			X			X	
Expressão Facial e postural		X				X		X	
Persistência									
Tempo de reação		X			X		X		

Anexo 12 - Tabelas de análise de níveis de bem estar das crianças na 1ª sessão

	C1			C2			C3		
	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto
Abertura e recetividade		X				X			X
Flexibilidade			X			X			X
Alegria			X			X			X

	C4			C5			C6		
	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto
Abertura e recetividade			X			X			X
Flexibilidade			X			X			X
Alegria			X		X			X	

Anexo 13 - Tabelas de análise de níveis de implicação das crianças na 2ª sessão

	C3			C4			C5		
	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto
Concentração	X				X				X
Energia		X				X		X	
Expressão Facial e postural		X			X			X	
Persistência									
Tempo de reação	X				X				X

	C6			C7			C9		
	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto
Concentração		X				X	X		
Energia		X			X			X	
Expressão Facial e postural		X				X		X	
Persistência									
Tempo de reação		X			X		X		

Anexo 14 - Tabelas de análise de níveis de bem estar das crianças na 2ª sessão

	C3			C4			C5		
	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto
Abertura e recetividade		X				X			X
Flexibilidade			X			X			X
Alegria			X			X			X

	C6			C7			C9		
	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto
Abertura e recetividade			X			X			X
Flexibilidade			X			X			X
Alegria			X		X			X	

Anexo 15 - Tabelas de análise de níveis de implicação das crianças na 3ª sessão

	C1			C2			C3		
	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto
Concentração			X		X				X
Energia			X		X			X	
Expressão Facial e postural			X		X			X	
Persistência									
Tempo de reação			X	X				X	

	C4			C5			C6		
	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto
Concentração		X				X		X	
Energia		X				X		X	
Expressão Facial e postural		X			X			X	
Persistência									
Tempo de reação	X				X				X

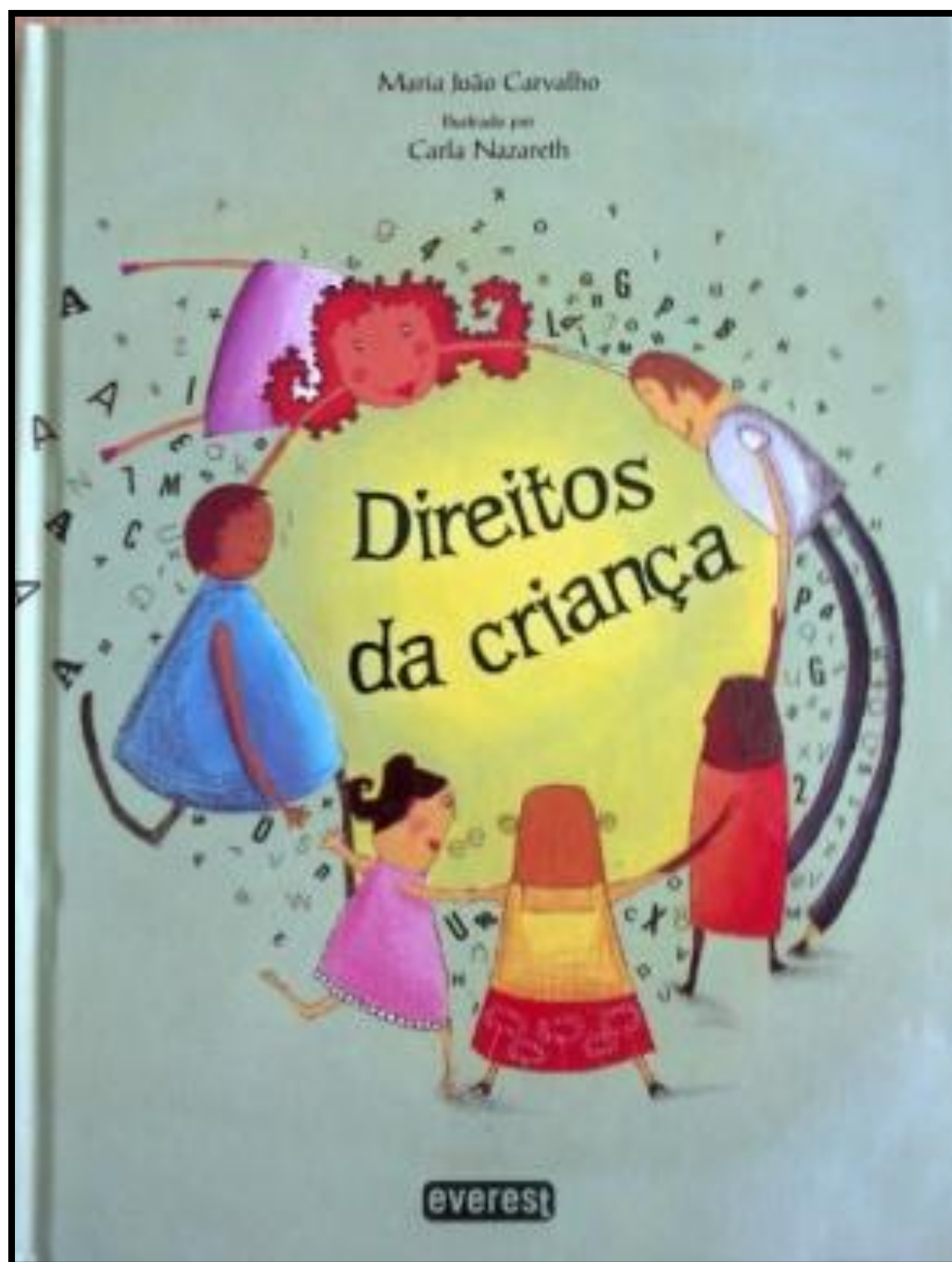
	C7			C8			C9			C10		
	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto
Concentração			X		X				X		X	
Energia		X			X			X			X	
Expressão Facial e postural		X			X			X			X	
Persistência												
Tempo de reação			X		X			X			X	

Anexo 16 - Tabelas de análise de níveis de bem estar das crianças na 3ª sessão

	C1			C2			C3		
	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto
Abertura e recetividade			X			X			X
Flexibilidade			X			X			X
Alegria			X			X			X
	C4			C5			C6		
	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto
Abertura e recetividade			X			X			X
Flexibilidade			X			X			X
Alegria			X			X		X	

	C7			C8			C9			C10		
	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto
Abertura e recetividade			X			X			X			X
Flexibilidade			X			X			X			X
Alegria			X			X			X			X

Anexo 17 – Capa do livro “Direitos da criança”



Anexo 18 - Exemplo de uma ilustração usada na sessão dos direitos da criança




Anexo 19 - Ficha de registo utilizada na 1ª Sessão / trabalho de texto





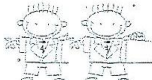

Trabalho de Texto

DIREITO A TER UMA
FAMÍLIA QUE CUIDE DE NÓS

4
5



Realizei o meu trabalho:

☐  ☐  ☐  ☒  ☐  ☐ 

NOME: E MANUEL DATA: 23-11-11

Docente: Adelaide Martins Alves
emanuel

23-11-11

Anexo 20 - Trabalho realizado na 8ª sessão - Árvore dos direitos



Anexo 21 - Imagem utilizada na 8ª sessão

